

**Expediente:**

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

DIRETORIA-EXECUTIVA**PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO****1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS****2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA****3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO****4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO****1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA****2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO****3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS****1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA****2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA****CONSELHO FISCAL****EFETIVOS****RONALDO R. DE QUEIROZ – GURIÃO****JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA****JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS****CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA****MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA****SUPLENTE****AGUIFALDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO****ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM****JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS****JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR****DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA

MUNICÍPIO DE CAAPORÃ

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00012/2021 DESPACHO Nº PP 00012/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00012/2021, que objetiva o **Registro de Preços** para: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E COLETES PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: EMPRESA: ALISAUTO ALINHAMENTO E SUSPENSÃO PARA AUTOS LTDA - CNPJ: 70.106.513/0001-67 - VALOR: R\$ 169.480,00. EMPRESA: NORCOL NORDESTE COMERCIO E SERVICOS LTDA - CNPJ: 13.440.646/0001-31 - VALOR: R\$ 388.475,00. **TOTAL: R\$ 557.955,00.**

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:5CB5E1D1

LICITAÇÃO**GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO****PRESENCIAL Nº 00012/2021 DESPACHO Nº PP 00012/2021-01**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: DESIGNAR os servidores José Carlos Ferreira Monteiro, Secretário, como **Gestor** e Alessandro Paulino Ferreira, Diretor de Transportes, para **Fiscal** dos contratos decorrentes da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00012/2021, que objetiva o Registro de Preços para: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E COLETES PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DO MUNICÍPIO; com as atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar (Gestor) e para fiscalizar (Fiscal) a execução do referido contrato.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:023F1547

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00016/2021 DESPACHO Nº PP 00016/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00016/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ESGOTAMENTO E DESOBSTRUÇÃO DE FOSSAS, COM REMOÇÃO, TRANSPORTE DE DEJETOS PARA DESCARTE EM LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: EMPRESA: LIMPARAIBA LIMPADORA E DESENTUPIDORA PARAIBANA LTDA - CNPJ: 35.583.475/0001-32 - VALOR: R\$ 272.400,00.

Publique-se e cumpra-se. Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:E75ED0AA

LICITAÇÃO**GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO****PRESENCIAL Nº 00016/2021 DESPACHO Nº PP 00016/2021-01**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E: DESIGNAR os servidores José Carlos Ferreira Monteiro, Secretário, como **Gestor** e Jose Breno Gonzaga Veloso, Diretor de Serviços Urbanos, para **Fiscal** do contrato decorrente da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00016/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ESGOTAMENTO E DESOBSTRUÇÃO DE FOSSAS, COM REMOÇÃO, TRANSPORTE DE DEJETOS PARA DESCARTE EM LOCAL DEVIDAMENTE LICENCIADO PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PREFEITURA; com as atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar (Gestor) e para fiscalizar (Fiscal) a execução do referido contrato.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:34972CF4

LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00018/2021 DESPACHO Nº PP 00018/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E: HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00018/2021, que objetiva o **Registro de Preços** para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS DESINADOS AOS PACIENTES CRÍTICOS QUE NECESSITAM DE REABILITAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: EMPRESA: TECNOCENTER MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 06.948.769/0001-12 - VALOR: R\$ 135.217,70.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:B4C0F38C

LICITAÇÃO

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00018/2021 DESPACHO Nº PP 00018/2021-01

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E: DESIGNAR as servidoras Amanda Pereira Freire de Albuquerque, Secretária, como **Gestor** e Rosane Bezerra da Silva, Chefe de Divisão, para **Fiscal** do contrato decorrente da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00018/2021, que objetiva o Registro de Preços para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES E FÓRMULAS INFANTIS DESINADOS AOS PACIENTES CRÍTICOS QUE NECESSITAM DE REABILITAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; com as atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar (Gestor) e para fiscalizar (Fiscal) a execução do referido contrato.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:D5FD23A5

LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00020/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAL DE INFORMÁTICA (INSUMOS) CONFORME DEMANDA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÃ. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00020/2021. **DOTAÇÃO:** 02010.04.122.2005.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02020.04.062.2005.2027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROJUR 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02030.04.122.2005.3017 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. ADMINISTRAÇÃO 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02040.04.122.2005.2922 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02051.10.301.1012.2955 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 3390300000 211 MATERIAL DE CONSUMO 3390300000 214 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 211 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4490520000 214 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02060.04.122.2005.2161 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DO MEIO AMBIENTE 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02070.12.361.1005.2930 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE 3390300000 111 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 111 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02080.08.244.2005.2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 3390300000 311 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4490520000 311 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02090.15.122.2005.2014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02100.13.122.2005.2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DA JUVENTUDE, CULTURA, TURISMO E EVENTO 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02110.20.122.2005.2920 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 02120.27.812.2005.3018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES 3390300000 001 MATERIAL DE CONSUMO 4490520000 001 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2021.**PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Caaporã e as empresas: **LUIS EDUARDO PINHO TROCOLI** – CNPJ nº 26.995.037/0001-90- CONTRATO Nº 00059/2021 – Data do contrato: 09/06/2021 – Valor total: R\$ 155.635,42 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS); **REDE DE NEGOCIOS EM TECNOLOGIA LTDA** – CNPJ nº 11.004.395/0001-17 - CONTRATO Nº 00060/2021 – Data do

contrato: 09/06/2021 – Valor total: R\$ 98.296,00 (NOVENTA E OITO MIL E DUZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS).

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:E7933CEA

LICITAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DP00030/2021 DESPACHO Nº DV 00030/2021-01

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: ADJUDICAR o objeto da Dispensa de licitação nº DV00030/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE LENÇOL DE TECIDO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL ANA VIRGINIA; com base nos elementos constantes do processo correspondente, a: EMPRESA: LOPES, SOUZA E SILVA CONFECÇÕES LTDA - CNPJ: 07.956.131/0001-96 - VALOR: R\$ 5.000,00.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:5D0AB5A4

LICITAÇÃO

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DP00030/2021 DESPACHO Nº DV 00030/2021-02

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: DESIGNAR as servidoras Amanda Pereira Freire de Albuquerque, Secretária, como **Gestor** e Lívia Araújo de Farias, Diretora Geral do Hospital Municipal Ana Virginia, para **Fiscal** do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV00030/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE LENÇOL DE TECIDO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL ANA VIRGINIA; com as atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar (Gestor) e para fiscalizar (Fiscal) a execução do referido contrato.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:E5845BBF

LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DP00030/2021 DESPACHO Nº DV 00030/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: RATIFICAR o processo da Dispensa de Licitação nº DV00030/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO DE LENÇOL DE TECIDO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL ANA VIRGINIA; com base nos elementos constantes da Exposição de Motivos correspondente, a qual sugere a contratação de: EMPRESA: LOPES, SOUZA E SILVA CONFECÇÕES LTDA - CNPJ: 07.956.131/0001-96 - VALOR: R\$ 5.000,00.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:C6C6D6F6

LICITAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00022/2021 DESPACHO Nº PP 00022/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: HOMOLOGAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00022/2021, que objetiva o **Registro de Preços** para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CARGA DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AO SAMU E HOSPITAL ANA VIRGINIA; com base nos elementos constantes do processo correspondente, especialmente o relatório final apresentado pela Pregoeira Oficial, o qual declara a **Licitação Fracassada**.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:AA850612

LICITAÇÃO

TERMO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00022/2021 DESPACHO Nº PP 00022/2021-01

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E: REVOGAR a licitação, modalidade Pregão Presencial nº 00022/2021, que objetiva o **Registro de Preços** para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE CARGA DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO DE CILINDRO EM REGIME DE COMODATO PARA ATENDER AO SAMU E HOSPITAL ANA VIRGINIA; com base nos elementos constantes do processo correspondente: **Licitação Fracassada**.

Publique-se e cumpra-se.

Caaporã - PB, 09 de Junho de 2021.

CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Kalinna Helen Ferreira Franco Borges

Código Identificador:E0948647

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CABACEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA COM VESTIÁRIOS, COM 980,40m² DE ARÉACOBERTA E PROJETO PADRÃO DO FNDE NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS PB.** FUNDAMENTO LEGAL: **Tomada de Preços nº 0001/2014.** ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS e: CT Nº 072/2014 – **JAILSON BATISTA DOS SANTOS** - ME - CNPJ: 16.707.246/0001-38 - 9º Aditivo - prorroga o prazo por mais 180 (cento e oitenta) dias, ficando a nova vigência de 17/05/2021 a 13/11/2021. ASSINATURA: 17.05.21

Cabaceiras – PB, 17 de Maio de 2021

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:84D5A9CD

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00016/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, às 11:00 horas do dia 22 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada em assessoria na área educacional para prestar serviços no município de Conceição/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02e Decreto Federal nº. 3.555/2000. Informações: no horário 08h00min às 13h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3453-2486. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 09 de junho de 2021

KESSIA MEDEIROS LACERDA FIGUEIREDO DE SOUSA

Pregoeira Oficial

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:6EC20533

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00036/2021

A Prefeitura Municipal de Conceição – PB, torna público o ADIAMENTO do Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa para recarga e aquisição de Gás de Cozinha (GLP) destinada a todas as Secretarias Órgãos e Programas da Prefeitura Municipal de Conceição/PB, que estava marcado para o dia 11/06/2021 às 13:25 horas do dia. Data e horário do início da disputa: 13:30 horas do dia 11/06/2021. **Dessa forma fica ADIADA o referido Pregão Eletrônico para a seguinte Data de limite para apresentação das propostas e documentação: 18/06/2021 às 08:45 hs/min. Data e horário do início da disputa: 09:00hs do dia 18/06/2021.** LOCAL: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br. Modo de Disputa: Aberto. Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos na sede temporária da Prefeitura Municipal, das 08:00 às 13:00hs, através do Setor de Licitação, na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição – PB, CEP: 58970-000.

Conceição – PB, 09 de junho de 2021.

KÉSSYA MEDEIROS LACERDA FIGUEIREDO DE SOUSA

Pregoeira

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:139A17AC

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº. 032/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DAS FESTIVIDADES JUNINAS EM TODA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO, EM RAZÃO DA GRAVE CRISE DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DEFINE OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 54, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições aplicáveis e, ainda, **Considerando** as deliberações da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Recursos destinados ao COVID-19, instituído por meio da Portaria 141/2020;

Considerando que este Município mediante Decretos adotou medidas para o combate ao coronavírus bem como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em razão da grave crise de saúde pública;

Considerando que a transmissibilidade da COVID-19 aumenta sensivelmente em ambientes fechados com mais de 10 (dez) pessoas, ou mesmo em ambientes abertos aglomerados;

Considerando que a situação atual exige o emprego de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos à população, de modo a minimizar os danos à saúde pública;

Considerando a necessidade premente de evitar a disseminação da doença, sendo o isolamento social à medida que atualmente se mostra mais eficaz;

Considerando que o Município de Conceição mantém viva tradição de realizar seus festejos juninos, com inquestionável aglomeração de pessoas, vindos de incontáveis regiões do todo o País;

Considerando, por fim, a necessidade de mitigação de disseminação da doença em face dos elevados riscos de saúde pública, exigindo de todos o esforço conjunto em vista do bem comum,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam CANCELADAS as Festividades Juninas em toda circunscrição territorial do município de Conceição – PB, até ulterior deliberação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Conceição, Estado da Paraíba, em 09 de junho de 2021.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:E8D0AA42

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA 234/2021

Considerando: que o enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19 - Coronavírus ensejou decreto de calamidade pública em toda circunscrição territorial do município;

Considerando: a imperiosa necessidade de promover o atendimento à população nas ações de saúde e demais ações à população do município e com isso utilizar recursos próprios e oriundos das demais esferas de governo;

Considerando: a necessidade na boa aplicação dos recursos com a participação e acompanhamento da sociedade com indicação de prioridades, e;

Considerando: a necessária observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e primazia do interesse público.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **HIVINA KELLY FIGUEIREDO**, inscrito(a) no CPF sob nº 082.903.034-40, RG nº 3577340 SSP/PB para compor a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos

recursos destinados às ações de combate ao COVID-19, com o representante dos Comerciantes.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Conceição - PB, 09 de junho de 2021.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho

Código Identificador:24E1A20F

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 040/2021.**

DECRETO Nº 040/2021.

*DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE
ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUNCO DO SERIDÓ-PB**, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município (artigo 63, inciso IX da LOM).

CONSIDERANDO o agravamento na forma de evolução da pandemia neste Município de Junco do Seridó/PB., que ultimamente, constatou um considerável aumento do número de casos positivos de COVID-19;

CONSIDERANDO a determinação da Organização Mundial de Saúde para que os cuidados sejam redobrados;

CONSIDERANDO que é tradição desta região, em virtude dos festejos juninos, a queima de fogueiras;

CONSIDERANDO que a Covid-19 é um vírus que atinge as vias respiratórias e por consequência a prática de acender fogueiras coloca em risco a população de forma a causar-lhes prejuízos e danos irreparáveis;

CONSIDERANDO que o atual momento de crise em saúde pública, impede a prática da queima de fogueiras, das mais variadas formas, em espaços públicos e/ou privados de todo Município, conforme recomendação do Ministério da Saúde

DECRETA:

Art. 1º - Ficam PROIBIDOS, enquanto perdurar as medidas adotadas em virtude da Pandemia, em todo território do Município de Junco do Seridó-PB, Zona Urbana e Rural, acender fogueiras em espaços públicos e ou privados de qualquer natureza;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Junco do Seridó-PB, em 09 de junho de 2021.

DR. PAULO NEIDE MELO FRAGOSO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Maria Clara Barros de Farias Garcia

Código Identificador:7989A084

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE – PB, CNPJ: 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA ANTONIO JUSTINO EMILIANO NETO - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 26.874.029/0001-96.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de São Mamede – PB, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo Pregão Eletrônico nº. 09/2021.

FONTE DE RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento do Município de São Mamede - PB, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.070 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.2008.2030 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (MDE); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.361.2008.2032 – Desenvolvimento das Atividades de Apoio de Valorização do Magistério (FUNDEB40%); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.361.2008.2037 – 12 365 2008 2037 Desenvolvimento das atividades da educação infantil (de 0 a 5); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2044 Manutenção de Programas Básicos do FNDE; ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.368.2008.2050 – Manutenção da Quota Salário Educação – QSE; ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2040 Manutenção de Creches - 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2118 Manutenção de Outros Programas/Convênios destinados a Educação Infantil – Federal - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2108 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2119 Manutenção de Programas/Convênios destinados a Educação Fundamental – Convênio Estadual - 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2120 Manutenção de Outros Programas/Convênios destinados a Educação Infantil – Convênio Estadual - 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2117 Manutenção de Programas/Convênios destinados a Educação Fundamental – Convênio Federal - 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2033 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar- PNAE Ensino Fundamental - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2109 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE Mais Educação Fundamental - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2110 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PANE - Pré – escola; 12 306 2015 2111 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE –AEE; 12 306 2015 2112 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE Creche - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2113 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE EJA - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo.**

VALOR GLOBAL: R\$ 17.100,00 (Dezessete Mil e Cem Reais).

VIGÊNCIA: 09/06/2021 à 31/12/2021

DATA E ASSINATURA: São Mamede – PB, 09 de junho de 2021, **UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA, Prefeito Municipal e empresa Contratada.**

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:06D0FCA5

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO**

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 127/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE – PB, CNPJ: 08.922.718/0001-47 E A EMPRESA J J

DISTRIBUIDORA EIRELI - Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 19.502.091/0001-91.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de São Mamede – PB, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo Pregão Eletrônico nº. 09/2021.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento do Município de São Mamede - PB, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.070 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.2008.2030 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (MDE); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.361.2008.2032 – Desenvolvimento das Atividades de Apoio de Valorização do Magistério (FUNDEB40%); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.361.2008.2037 – 12 365 2008 2037 Desenvolvimento das atividades da educação infantil (de 0 a 5); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2044 Manutenção de Programas Básicos do FNDE; ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.368.2008.2050 – Manutenção da Quota Salário Educação – QSE; ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2040 Manutenção de Creches – 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2118 Manutenção de Outros Programas/Convênios destinados a Educação Infantil – Federal - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo, 12 365 2008 2108 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2119 Manutenção de Programas/Convênios destinados a Educação Fundamental – Convênio Estadual - 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2120 Manutenção de Outros Programas/Convênios destinados a Educação Infantil – Convênio Estadual - 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2117 Manutenção de Programas/Convênios destinados a Educação Fundamental – Convênio Federal - 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2033 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar- PNAE Ensino Fundamental - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2109 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE Mais Educação Fundamental - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2110 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PANE - Pré – escola; 12 306 2015 2111 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE –AEE; 12 306 2015 2112 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE Creche - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2113 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE EJA - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo.**

VALOR GLOBAL: R\$ 12.290,00 (Doze Mil Duzentos e Noventa Reais).

VIGÊNCIA: 09/06/2021 à 31/12/2021

DATA E ASSINATURA: São Mamede – PB, 09 de junho de 2021, UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA, Prefeito Municipal e empresa Contratada

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:5B06F20C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 128/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 09/2021

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE – PB, CNPJ: 08.922.718/0001-47 E A RUMMENIGGE DE LIMA

FIGUEIREDO - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 11.338.538/0001-27.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de São Mamede – PB, conforme proposta de preço, tipo menor preço por item, julgada vencedora pelo Pregoeiro, no processo Pregão Eletrônico nº. 09/2021.

FONTE DE RECURSO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA: Os pagamentos das despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato correrão por conta dos recursos do orçamento do Município de São Mamede - PB, para atender o empenhamento que será na seguinte rubrica: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.070 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – 12.361.2008.2030 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (MDE); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.361.2008.2032 – Desenvolvimento das Atividades de Apoio de Valorização do Magistério (FUNDEB40%); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.361.2008.2037 – 12 365 2008 2037 Desenvolvimento das atividades da educação infantil (de 0 a 5); ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2044 Manutenção de Programas Básicos do FNDE; ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12.368.2008.2050 – Manutenção da Quota Salário Educação – QSE; ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2040 Manutenção de Creches – 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2118 Manutenção de Outros Programas/Convênios destinados a Educação Infantil – Federal - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo, 12 365 2008 2108 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2119 Manutenção de Programas/Convênios destinados a Educação Fundamental – Convênio Estadual - 33.90.30, Material de Consumo; 12 365 2008 2120 Manutenção de Outros Programas/Convênios destinados a Educação Infantil – Convênio Estadual - 33.90.30, Material de Consumo; 12 361 2008 2117 Manutenção de Programas/Convênios destinados a Educação Fundamental – Convênio Federal - 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2033 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar- PNAE Ensino Fundamental - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2109 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE Mais Educação Fundamental - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2110 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PANE - Pré – escola; 12 306 2015 2111 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE –AEE; 12 306 2015 2112 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE Creche - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo; 12 306 2015 2113 Manutenção do Programa de Alimentação Escolar - PNAE EJA - ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30, Material de Consumo.**

VALOR GLOBAL: R\$ 40.518,50 (Quarenta Mil Quinhentos e Dezoito Reais e Cinquenta Centavos).

VIGÊNCIA: 09/06/2021 à 31/12/2021

DATA E ASSINATURA: São Mamede – PB, 09 de junho de 2021, UMBERTO JEFFERSON DE MORAIS LIMA, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:F22F93E5

ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º. 058/2021 - GP

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para o Biênio 2021/2023.

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Yandson Ferreira de Lima Lira;
Suplente: Nathalie Ferreira Ventura dos Santos.

b) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Andréia Felix dos Santos Silva;
Suplente: Rosimere Aguiar de Oliveira Pontes.

c) Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Wendson Barbosa dos Santos;
Suplente: Milene Sales da Silva.

d) Secretaria de Administração:
Titular: Ana Flávia Pereira da Silva;
Suplente: Amanda de Lourdes Ferreira da Silva.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular: Ricardo Elias Nunes da Silva;
Suplente: Lucas Nunes da Silva.

b) Representantes dos trabalhadores do SUAS:
Titular: Admir Gonçalves da Rocha;
Suplente: Mylena Duarte da Silva.

c) Representantes dos Usuários:
Titular: Severina da Silva Santos;
Suplente: Maria José da Silva.

d) Representantes do Credo Religioso Católico/Evangélico:
Titular: Efraim Guimarães da Silva;
Suplente: Erland Bernardo dos Santos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 08 DE JUNHO DE 2021.

FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Jose Wilson da Silva Rocha
Código Identificador:B1455F21

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº. 025/2021 - GP

Decreta Luto Oficial pelo falecimento do Senhor JAILTON FERREIRA DE MOURA e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o falecimento do Senhor JAILTON FERREIRA DE MOURA, ocorrido no dia 08 de junho de 2021, decorrente da COVID-19,

CONSIDERANDO que o falecido prestou inúmeros e relevantes serviços a este Município, notadamente nas áreas do esporte e da infraestrutura, ocupando desde janeiro de 2021, o cargo de Diretor da Divisão de Obras e Serviços Urbanos neste Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial por 03 (três) dias em todo território municipal em virtude do falecimento do Senhor JAILTON FERREIRA DE MOURA.

Art. 2º Que se dê conhecimento deste Decreto à família enlutada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, EM 09 DE JUNHO DE 2021.

FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS
Prefeito

Publicado por:
Jose Wilson da Silva Rocha
Código Identificador:2DBEFB6D

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº. 026/2021 - GP

DISPÕE SOBRE REGRAS TEMPORÁRIAS E EMERGENCIAIS DE PREVENÇÃO DE CONTÁGIO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA/PB.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº. 672, que reconheceu e assegurou o exercício da competência concorrente dos governos estaduais e distrital e suplementar dos governos municipais, cada qual no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus respectivos territórios, para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia, tais como, a imposição de distanciamento/isolamento social, quarentena, suspensão de atividades de ensino, restrições de comércio, atividades culturais e à circulação de pessoas, entre outras;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº. 41.323, de 02 de junho de 2021, que dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a decisão proferida em 06 de junho de 2021 nos autos do Processo nº. 0807789-91.2021.8.15.0000, do Tribunal de Justiça deste Estado, pelo Douto Desembargador Joás de Brito Pereira Filho, que explicitou que “Diferentemente da interpretação que vem sendo feita acerca dos dispositivos normativos em questão, entendendo que em nenhum momento o Decreto Estadual proibiu o funcionamento das academias e escolas de esporte, pelo contrário, o dispositivo acima transcrito confere a possibilidade do funcionamento do setor de serviços, no qual se enquadra as academias e escolas de esporte, afinal, são estabelecimentos contribuintes do ISS, conforme item 6.04 da Lei Complementar nº 116/2003”;

CONSIDERANDO que esse entendimento jurisprudencial confere nova interpretação ao Decreto Estadual nº. 41.323, de 02 de junho de 2021, no sentido de que as academias estão incluídas no rol de setor de serviços e que este está autorizado a funcionar pelo supracitado ato normativo, exceto nos dias 05, 06, 12 e 13 de junho de 2021;

CONSIDERANDO que no tocante à ameaça à saúde, a prática regular de exercícios físicos se constitui como sendo uma importante arma no combate à COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º No período compreendido entre **08 de junho de 2021 a 18 de junho de 2021**, as Academias poderão funcionar com até 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, devendo observar todas as normas de distanciamento social e os protocolos específicos do setor, sendo vedadas nestes espaços as atividades coletivas, uso de armários e de chuveiros para banhos dos alunos.

Parágrafo Único - Nos dias **12 e 13 de junho**, fica vedado o funcionamento das Academias.

Art. 2º As medidas previstas nesse Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com as taxas e índices de transmissibilidade do COVID-19 no Município, bem como em caso de edição de novo Decreto Estadual incluindo expressamente as Academias no rol das atividades que estão proibidas de funcionar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 08 de junho de 2021.

GABINETE DO PREFEITO, EM 09 DE JUNHO DE 2021.

FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS

Prefeito

Publicado por:

Jose Wilson da Silva Rocha

Código Identificador:D9F5C652

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2021

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Dom Adaauto, 11 - Centro - Serra Redonda - PB, às **09:30 horas do dia 21 de Junho de 2021**, **licitação modalidade Pregão Presencial**, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada em disponibilização, implantação de sistemas de informação para locação, suporte e licença de uso de SOFTWARES integrados de gestão municipal, visando à modernização dos procedimentos administrativos, gestão financeira e contábil e gestão pessoal, dentre outras demandas da administração pública, incluindo os serviços de importação, migração e conversão de dados, instalação, configuração, parametrização dos dados, hospedagem, manutenção de sistemas, suporte té. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas e 14:00 as 17:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 987215798. E-mail: CPLSerraRedonda@gmail.com. Edital: <https://serraredonda.pb.gov.br/>; www.tce.pb.gov.br.

Serra Redonda - PB, 09 de Junho de 2021

SAIONARA LUCENA SILVA CAVALCANTE

Pregoeira Oficial

Publicado por:

Saionara Lucena Silva

Código Identificador:84F28ABF

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº 00031/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº 00031/2021, que objetiva: Aquisição de Testes para detecção de coronavírus (COVID-19), visando o diagnóstico da população deste Município, através da Secretaria Municipal de Saúde; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: ALLFAMED

COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 86.000,00.

Alhandra - PB, 03 de Junho de 2021

MARCELO RODRIGUES DA COSTA

Prefeito

Publicado por:

Thiago da Silveira Martins

Código Identificador:BD421AF5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº 00031/2021

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Aquisição de Testes para detecção de coronavírus (COVID-19), visando o diagnóstico da população deste Município, através da Secretaria Municipal de Saúde; DESIGNO os servidores Harvey Jefferson de Carvalho Ferreira, Secretário Municipal de Saúde, como Gestor; e José Romildo Ferreira Barbosa, Secretário Municipal Adjunto de Saúde, para Fiscal, do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº 00031/2021, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Alhandra - PB, 03 de Junho de 2021

MARCELO RODRIGUES DA COSTA

Prefeito

Publicado por:

Thiago da Silveira Martins

Código Identificador:8F642AE6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de Testes para detecção de coronavírus (COVID-19), visando o diagnóstico da população deste Município, através da Secretaria Municipal de Saúde. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 00031/2021. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Alhandra: 02.007 SECRETARIA DE SAÚDE 10.122.2023.2079 Ações de Enfrentamento ao COVID-19 3390.30.00.214 Material de Consumo – Recursos do SUS 10.301.3004.2078 Manutenção dos Serviços de Atenção Básica de Saúde 3390.30.00.211 Material de Consumo – Recursos FUS 3390.30.00.214 Material de Consumo – Recursos do SUS 3390.30.00.530 Material de Consumo – Recursos Royalties 10.302.1025.2088 Manut. Atenção de Media e Alta Complexidade MAC 3390.30.00.211 Material de Consumo – Recursos FUS 3390.30.00.214 Material de Consumo – Recursos do SUS. VIGÊNCIA: até 03/12/2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Alhandra e: CT Nº 00076/2021 - 03.06.21 - ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 31.187.918/0001-15 - R\$ 86.000,00. LOCAL DE ENTREGA: Neste Município.

Publicado por:

Thiago da Silveira Martins

Código Identificador:F4819504

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº. 0038/2021

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO Nº. 0038/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

Objeto: Fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e filtros destinados a todas secretarias da Prefeitura de Aparecida

Vencedores:

- DERIVADOS DE PETRÓLEO CHABOCÃO LTDA com o valor de R\$ 900.890,00 (Novecentos Mil e Oitocentos e Noventa Reais),

vencendo nos seguintes itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19; , perfazendo o Valor Global de 900.890,00 (Novecentos Mil e Oitocentos e Noventa Reais).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO em 09/06/2021, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado os licitantes vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Aparecida

PREGÃO 0038/2021

Nº. CONTRATO 00144/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Aparecida

Contratado: DERIVADOS DE PETRÓLEO CHABOCÃO LTDA

Objeto: Fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes e filtros destinados a todas secretarias da Prefeitura de Aparecida

Valor: R\$ 900.890,00 (Novecentos Mil e Oitocentos e Noventa Reais)

Data do Contrato: 09 de Junho de 2021

Vigência: 09/06/2022

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Filizardo da Silva Neto

Código Identificador:4E9CC398

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N.º. 0039/2021

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO N.º. 0039/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°

Objeto: Aquisição de vidros para portas e janelas e serviço de montagem de portas e janelas destinado a PMA

Vencedores: - MARIA DA SOLIDADE CESAR FERNANDES com o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), vencendo no item: 1; , perfazendo o Valor Global de 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO em 09/06/2021, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado os licitantes vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Aparecida

PREGÃO 0039/2021

Nº. CONTRATO 00145/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Aparecida

Contratado: MARIA DA SOLIDADE CESAR FERNANDES

Objeto: Aquisição de vidros para portas e janelas e serviço de montagem de portas e janelas destinado a PMA

Valor: R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais)

Data do Contrato: 9 de Junho de 2021

Vigência: 09/06/2022

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Filizardo da Silva Neto

Código Identificador:C0738C4F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N.º. 0040/2021

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO N.º. 0040/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°

Objeto: Prestação de serviço para locação de software para auxiliar as atividades administrativas à cargo da PMA

Vencedores: - ODINILDO QUEIROGA DE SOUSA-ME com o valor de R\$ 21.600,00 (Vinte e Um Mil e Seiscentos Reais), vencendo no item: 2;

- PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA - ME com o valor de R\$ 63.000,00 (Sessenta e Três Mil Reais), vencendo no item: 1; , perfazendo o Valor Global de 84.600,00 (Oitenta e Quatro Mil e Seiscentos Reais).

Após análise do processo, e, estando o mesmo de acordo com a Lei, HOMOLOGO em 09/06/2021, nos termos da Lei 10.520/2002, em consequência, fica convocado os licitantes vencedor(es) para a assinatura do termo de contrato, nos termos do art. 64, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Aparecida

PREGÃO 0040/2021

Nº. CONTRATO 00146/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Aparecida

Contratado: PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviço para locação de software para auxiliar as atividades administrativas à cargo da PMA

Valor: R\$ 63.000,00 (Sessenta e Três Mil Reais)

Data do Contrato: 9 de Junho de 2021

Vigência: 09/06/2022

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito Constitucional

EXTRATO DE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Aparecida

PREGÃO 0040/2021

Nº. CONTRATO 00147/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de Aparecida

Contratado: ODINILDO QUEIROGA DE SOUSA-ME

Objeto: Prestação de serviço para locação de software para auxiliar as atividades administrativas à cargo da PMA

Valor: R\$ 21.600,00 (Vinte e Um Mil e Seiscentos Reais)

Data do Contrato: 9 de Junho de 2021

Vigência: 09/06/2022

JOÃO RABELO DE SÁ NETO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Filizardo da Silva Neto

Código Identificador:8EC6ECDA

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REFERÊNCIA:

CONCORRÊNCIA N° 00001/2019 - CONTRATO N° 10083/2019 - CPL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA N° 00001/2019 - CONTRATO N° 10083/2019 -CPL

Ilmo Senhor

Representante Legal da Contratada

REGILDO COSTA

Rua Conselheiro Paulo Araújo Soares, 498, Alto Branco, na cidade de Campina Grande-PB, Cep: 58.401-494.

O MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.993.925/0001-92, com sede à Rua Manoel de Sousa Lima, nº 1180, Centro, Barra de Santa Rosa, representado neste ato pelo seu Prefeito Constitucional, o Senhor

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 049.124.004-08 e RG 2.911.369 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora da Conceição nº 470, Centro, Barra de Santa rosa – PB, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a NOTIFICADA é vencedora da Licitação concorrência nº 00001/2019;

Considerando que o prazo final de execução da obra nos termos do contrato nº 10083/2019 -CPL é até 16/06/2021;

Considerando que em visita técnica realizada em 30/04/2021 pela equipe de fiscalização da Prefeitura, através do **Engenheiro Civil Francisco Silva Soares, CREA 161821185-4**, constatou-se que a **OBRA ESTÁ PARALISADA**;

Considerando que a empresa contratada não informou, como também não justificou os motivos para paralisação da obra e possível retardamento da conclusão da obra;

Considerando que o retardamento da execução e conclusão da obra provoca graves e injustificados transtornos;

Considerando o disposto nos Art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

Resolve **NOTIFICAR** a empresa **SST CONSTRUTORA EIRELI - ME**, na condição de contratada para **EXECUÇÃO DA OBRA DE CONCLUSÃO DE ESCOLA PROJETO PADRÃO FNDE - 12 SALAS DE AULA**, para no prazo de **48 (horas)** , a partir da publicação desta, retomar imediatamente a execução da obra, nos termos das especificações técnicas, sob pena de, não fazendo, ser promovida a execução do contrato, com a sua rescisão, pelo descumprimento das obrigações contratuais, conforme preleciona os incisos **I, II, III e V do artigo 78 da Lei de Licitações**.

Por fim, registre-se que o não atendimento das exigências estabelecidas contratualmente a partir desta notificação implicará, ainda, na aplicação das sanções cabíveis e constantes da **Lei Federal nº 8.666/93**, em especial em seus **artigos 77, 78, 79 e 109 em suas alíneas 'e' e 'f'**, em especial, aplicar advertência, multas, suspensão e consequente rescisão do Contrato firmado, como também possível demanda judicial, visando assim resguardar os recursos financeiros públicos.

Barra de Santa Rosa, 30 de abril de 2021.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:2FA617B1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 00006/2019 - CONTRATO Nº 10096/2019 -CPL

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 00006/2019 - CONTRATO Nº 10096/2019 -CPL

Ilmo Senhor

Representante Legal da Contratada

REGEILDO COSTA

Rua Conselheiro Paulo Araújo Soares, 498, Alto Branco, na cidade de Campina Grande-PB, Cep: 58.401-494.

O MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.993.925/0001-92, com sede à Rua Manoel de Sousa Lima, nº 1180, Centro, Barra de Santa Rosa, representado neste ato pelo seu Prefeito Constitucional, o Senhor **JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 049.124.004-08 e RG 2.911.369 SSP/PB,

residente e domiciliado à Rua Nossa Senhora da Conceição nº 470, Centro, Barra de Santa rosa – PB, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando que a NOTIFICADA é vencedora da Licitação **Tomada de Preço nº 00006/2019**;

Considerando que o prazo final de execução da obra nos termos do contrato nº 10096/2019 -CPL é até 16/08/2021;

Considerando que em visita técnica realizada em 30/04/2021 pela equipe de fiscalização da Prefeitura, através do **Engenheiro Civil Francisco Silva Soares, CREA 161821185-4**, constatou-se que a **OBRA ESTÁ PARALISADA**;

Considerando que a empresa contratada não informou, como também não justificou os motivos para paralisação da obra e possível retardamento da conclusão da obra;

Considerando que o retardamento da execução e conclusão da obra provoca graves e injustificados transtornos;

Considerando o disposto nos Art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

Resolve **NOTIFICAR** a empresa **SST CONSTRUTORA EIRELI - ME**, na condição de contratada para **EXECUÇÃO DA OBRA DE CONCLUSÃO DE COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA PEQUENA**, para no prazo de **48 (horas)** , a partir da publicação desta, retomar imediatamente a execução da obra, nos termos das especificações técnicas, sob pena de, não fazendo, ser promovida a execução do contrato, com a sua rescisão, pelo descumprimento das obrigações contratuais, conforme preleciona os incisos **I, II, III e V do artigo 78 da Lei de Licitações**.

Por fim, registre-se que o não atendimento das exigências estabelecidas contratualmente a partir desta notificação implicará, ainda, na aplicação das sanções cabíveis e constantes da **Lei Federal nº 8.666/93**, em especial em seus **artigos 77, 78, 79 e 109 em suas alíneas 'e' e 'f'**, em especial, aplicar advertência, multas, suspensão e consequente rescisão do Contrato firmado, como também possível demanda judicial, visando assim resguardar os recursos financeiros públicos.

Barra de Santa Rosa, 30 de abril de 2021.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:B327106B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DV00015/2021

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DV00015/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00015/2021, que objetiva: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³, PARA FICAR À DISPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA-PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MATRIX CONSTRUTORA LTDA – EPP - R\$ 15.750,00.**

Barra de Santa Rosa - PB, 05 de Maio de 2021

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:F33AF3F5

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DV00015/2021**

EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DV00015/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 12M³, PARA FICAR À DISPOSIÇÃO DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA-PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00015/2021. DOTAÇÃO: RECURSOS ORDINÁRIOS 07.00 SEC. DE INFRAESTRUTURA 15.451.0012.2044 MANTER AS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA/COLETA LIXO 26.782.0010.2047 MANUTENCAO DAS ESTRADAS VICINAIS 15.452.0001.2045 MANTER ATIVIDADES DA SEC DE INFRAESTRUTURA 05.00 SEC. DE AGRICULTURA 20.606.0001.2014 MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 05/08/2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 10085/2021 - 05.05.21 - MATRIX CONSTRUTORA LTDA - EPP - R\$ 15.750,00.

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:E8EF60B1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DP00017/2021**

**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DP00017/2021**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00017/2021, que objetiva: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE CILINDROS DE OXIGÊNIO MEDICINAL DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SISTEMA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO NO ENFRENTAMENTO AO COVID-19; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: LIDER GASES COMERCIO E SERVICO LTDA - R\$ 14.800,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 04 de Junho de 2021

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:F9874CCE

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DP00017/2021**

EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DP00017/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE CILINDROS DE OXIGÊNIO MEDICINAL DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SISTEMA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO NO ENFRENTAMENTO AO COVID-19. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00017/2021. DOTAÇÃO: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS 08.00 FUNDO MUN DE SAUDE – SEC.SAUDE 10.301.0007.2055 MANUTENÇÃO ASPS – BLC CUSTEIO: ATENÇÃO BÁSICA (PAB) 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. VIGÊNCIA: até 07/08/2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 10089/2021 -

08.06.21 - LIDER GASES COMERCIO E SERVICO LTDA - CNPJ 41.852.127/0001-16 - R\$ 14.800,00. LOCAL DE ENTREGA: Neste Município.

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:902A1AA5

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DP00018/2021**

**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DP00018/2021**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00018/2021, que objetiva: LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE GRADES DISCIPLINADORAS E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO NO ENFRENTAMENTO AO COVID-19; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: JOSE EDSON CORREIA – ME - R\$ 38.000,00.

Barra de Santa Rosa - PB, 04 de Junho de 2021

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:E462A2CB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DP00018/2021**

EXTRATO DE CONTRATO - DISPENSA Nº DP00018/2021

OBJETO: LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE GRADES DISCIPLINADORAS E TENDAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO NO ENFRENTAMENTO AO COVID-19. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00018/2021. DOTAÇÃO: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS 08.00 FUNDO MUN DE SAUDE – SEC.SAUDE 10.301.0007.2055 MANUTENÇÃO ASPS – BLC CUSTEIO: ATENÇÃO BÁSICA (PAB) 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 07/12/2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa e: CT Nº 10090/2021 - 08.06.21 - JOSE EDSON CORREIA - ME - CNPJ 08.787.753/0001-09 - R\$ 38.000,00. LOCAL DE EXECUÇÃO: Neste Município.

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:640C040B

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
00019/2021**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
00019/2021**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Sousa Lima, 118 - Centro - Barra de Santa Rosa - PB, às 09:00 horas do dia 22 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES PARA ATENDER AOS SISTEMAS DE FOLHA DE PAGAMENTO, CONTABILIDADE PÚBLICA, TRIBUTOS, LICITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.** Recursos: previstos no orçamento 2021. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02e Decreto Municipal nº. 024/2009. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço

supracitado. Telefone: (083) 3376-1040. E-mail: pmbsr.pb2017@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Barra de Santa Rosa - PB, 09 de Junho de 2021

JOSÉ DANIEL MARTINS SILVA

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:225E10AE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
00020/2021

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº
00020/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Sousa Lima, 118 - Centro - Barra de Santa Rosa - PB, às 11:00 horas do dia 22 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA REFORMA DE CANTEIROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICÍPIO**. Recursos: previstos no orçamento 2021. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02e Decreto Municipal nº. 024/2009. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3376-1040. E-mail: pmbsr.pb2017@gmail.com. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Barra de Santa Rosa - PB, 09 de Junho de 2021

JOSÉ DANIEL MARTINS SILVA

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
José Daniel Martins Silva
Código Identificador:8EFD3483

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDINO BATISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 697 / 2021.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A
ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO
ANO DE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BERNARDINO BATISTA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2022, compreendendo:

- I – Prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II – As diretrizes para elaboração dos orçamentos do município;
- III – As disposições para despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV – Das diretrizes para a execução e limitação do orçamento e suas alterações;
- V – As disposições relativas à dívida pública municipal;

VI – As disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII – As disposições relativas à elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

VIII – As condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – As disposições finais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, excepcionalmente para o exercício financeiro de 2022, as Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal serão definidas quando da elaboração do projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025.

§ 1º. Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2022, definidas no projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025, terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2022 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS
ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 3º. O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2022, como instrumento de transparência da gestão fiscal, deverá assegurar o controle social na sua execução mediante o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão.

Art. 4º. Em razão da pandemia do coronavírus a Audiência Pública referente à Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2022, será realizada no prazo previsto na legislação, preferencialmente de forma virtual.

§ 1º A fim de garantir a participação da sociedade na elaboração do planejamento orçamentário municipal será disponibilizado no site oficial do município formulário eletrônico, pelo qual poderão ser propostas ações ou sugestões nas diversas áreas de atuação do Poder Público, que irão subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022.

§ 2º Para participação da sociedade por meio do formulário eletrônico de trata o parágrafo anterior, será solicitada a identificação do cidadão com nome completo, endereço e CPF.

§ 3º. O Poder Executivo consolidará as contribuições recebidas através do formulário eletrônico, devendo providenciar o encaminhamento do projeto de lei para apreciação do Poder Legislativo, em conformidade com os prazos legalmente estabelecidos.

Art. 5º. A lei orçamentária para o exercício de 2022, que compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA 2022-2025 – e nesta lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreenderá a programação do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos e órgãos.

Art. 7º. Para os efeitos desta Lei entende-se por:

I – Função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa: um instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos e que será mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV – Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, que envolve um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;

V – Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, que envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – Operações especiais: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e que não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII – Unidade orçamentária: o menor nível de classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Art. 8º. Os valores de receitas e despesas contidos na Lei Orçamentária Anual e nos quadros que a integram serão expressos em preços correntes.

Art. 9º. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação em vigor:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, para fins do disposto no art. 212 e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

IV – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do disposto no art. 169 da Constituição da República e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

Art. 10. A elaboração do projeto de lei orçamentária para 2022 e a execução da respectiva lei deverão levar em conta a obtenção do superávit primário, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante nesta Lei.

Art. 11. A LOA conterá dotação para Reserva de Contingência, no valor de até % 2,0 (dois por cento) da Receita Corrente Líquida fixada para o exercício de 2022, a ser utilizada como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para o atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 12. O Poder Legislativo encaminhará a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, até o dia 15 de agosto de 2021, a sua proposta orçamentária para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 13. O Poder Legislativo poderá propor emendas à Lei Orçamentária Anual obedecendo às Diretrizes da Lei Orçamentária e às metas do Plano Plurianual não sendo admitidas as emendas que visem a:

I – Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexistência da proposta;

II – Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

III – Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

IV – Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em lei específica de auxílios e subvenções.

Art. 14. Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância do princípio da publicidade, o Poder Executivo disponibilizará na internet, na página da Prefeitura e no Portal da Transparência, os respectivos documentos para acesso de toda a sociedade:

I – O Plano Plurianual – PPA;

II – A Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – A Lei Orçamentária Anual.

Art. 15. Os valores estimados para Proposta Orçamentária de 2022 terão como base a projeção da média mensal da execução da receita e despesa no período compreendido entre 01 de agosto de 2020 a 31 de julho de 2021.

Art. 16. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminará a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação por função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e seus desdobramentos, indicando, para cada um, a fonte de recurso, a modalidade de aplicação e o grupo de despesa, conforme discriminado:

I – Pessoal e encargos sociais (1);

II – Juros e encargos da dívida (2);

III – Outras despesas correntes (3);

IV – Investimentos (4);

V – Inversões financeiras (5);

VI – Amortização da dívida (6).

Parágrafo único. A Reserva de Contingência, prevista no art. 11 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo de despesa.

Seção II Dos Débitos Judiciais

Art. 17. É obrigatória a inclusão no orçamento de 2022, de dotações necessárias ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 2021, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Art. 18. A Procuradoria Geral do Município, encaminhará a Secretaria Municipal de Administração e Finanças até o dia 05 de agosto de 2021, a relação dos precatórios com sentenças transitados em julgado a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2022, conforme determinação do art. 100, § 1º da Constituição Federal, discriminada por órgão devedor, especificando:

I – Número do processo judicial;

II – Número do precatório;

III – Tipo de causa julgada;

IV – Data de autuação do precatório;

V – Nome do beneficiário;

VI – Valor do precatório a ser pago;

VII – Data do trânsito em julgado;

VIII – Número da vara ou comarca de origem.

Seção III Dos Prazos

Art. 19. O Poder Executivo enviará até o dia 30 de setembro de 2021 ao Poder Legislativo Municipal o Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022.

Parágrafo único: O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária, o qual servirá de base para edição e publicação da Lei Orçamentária Anual de 2022.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES PARA DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 20. Os Poderes Executivo e Legislativo observarão as regras constitucionais e as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, realização de concurso público, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2022, cujos valores serão compatíveis com os limites da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Quaisquer acréscimos só poderão ser autorizados por lei que prevê aumento de despesa com a discriminação da disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

§ 3º Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 21. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que, simultaneamente:

I – Sejam acessórios, instrumentais ou complementares às atribuições legais do órgão ou entidade, na forma prevista em regulamento;

II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extintos, total ou parcialmente;

III – Não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E LIMITAÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 22. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2022, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 23. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art. 24. A classificação e a contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias – empenho, liquidação e pagamento, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, fiscal e da

seguridade social, serão registradas na data de suas respectivas ocorrências.

Art. 25. Fica autorizado, durante a execução orçamentária de 2022, o remanejamento, a transposição e a transferência de recursos, de acordo com o art. 167, inciso VI da Constituição da República, cujo detalhamento da origem e aplicação dos recursos orçamentários se dará por meio de decreto do Poder Executivo, sem cômputo do percentual a que se refere o art. 7º, inciso I da Lei Federal 4.320/64, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada.

Art. 26. Fica autorizado, durante a execução orçamentária de 2022:

I - A criação, por decreto, de elementos de despesas em qualquer projeto, atividade e operações especiais já existentes no orçamento;

II – A inclusão de fonte de recurso em crédito orçamentário já existente, inclusive aquelas codificações relacionadas ao superávit financeiro;

III – Efetuar o remanejamento de recursos, entre fontes de recursos existentes no mesmo crédito orçamentário sem cômputo no percentual a que se refere o art. 7º, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

Art. 27. Entende-se, como crédito orçamentário, a programação da despesa composta por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa até o nível de elemento de despesa.

Seção II Da Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 28. Na hipótese de ocorrência da circunstância estabelecida no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2022.

§ 1º Não serão objetos de limitação de empenhos as despesas relativas:

I – À obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida; e

II – Às dotações custeadas com recursos de doações, convênios e operações especiais.

§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenhos e movimentação financeira de acordo com os seguintes critérios:

I – Redução de empenhos relativos a horas extras;

II – Redução de empenhos com obras, exceto as decorrentes de convênios;

III – Redução de empenhos relativos a serviços de terceiros;

IV – Redução de despesas de consumo;

Art. 29. Se durante o exercício de 2022 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações

emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, devidamente justificados.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.

Art. 31. O município, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 32. As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 33. O Projeto de Lei que conceda, amplie incentivo ou benefício de natureza tributária, somente será aprovado ou editado se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Os efeitos orçamentários e financeiros de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira, creditícia ou patrimonial, poderão ser compensados mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 34. São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para os fins do art. 33 desta Lei, os gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 35. A estimativa da receita que constará no projeto de lei orçamentária para o exercício de 2022 com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – Edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução dos sistemas de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário e administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – Edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução e aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – Edição de normas e aplicações de condutas e procedimentos que determine a evolução dos processos tributários e administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária, incluindo a inscrição do contribuinte inadimplente na dívida ativa e, se for o caso, podendo ser levado a protesto com a consequente execução fiscal.

Art. 36. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – Atualização da planta genérica de valores do Município;

II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – Revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

V – Revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI;

VI – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – Instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X – A instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Parágrafo único. A estimativa da receita com o IPTU levará em consideração a estimativa de lançamentos e a estimativa de inadimplência, para aproximar a previsão da efetiva arrecadação.

CAPÍTULO VIII DA ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 37. O Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022.

§ 2º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de que trata o caput deste artigo, deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

CAPÍTULO IX DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 38. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, auxílios e contribuições para entidades pública e/ou privadas com ou sem fins lucrativos, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – De atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esporte, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – Associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais;

III – Sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o município.

Art. 39. O Poder Executivo poderá mediante autorização legislativa, realizar projetos que exigem investimentos em conjunto com a iniciativa privada desde que resultem em crescimento econômico e que visem:

I – À redução dos níveis de desemprego;

II – Financiar ações para o incentivo e a atração de novos investimentos;

III – Promover empreendimento produtivos em todos os segmentos da economia, de maior efeito multiplicador do emprego e da renda;

IV – Aumentar as oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais, através de empréstimos de recursos financeiros aos empreendedores.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual, dentro do prazo legal para apresentação de emendas reservado à respectiva proposição, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 41. A execução da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º É vedada a adoção de qualquer procedimento que resulte na execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 2º A Contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no § 1º deste artigo.

Art. 42. As entidades beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 43. As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Parágrafo único. Decorrido o prazo de que trata o caput deste artigo e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado à existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Art. 44. O recurso não vinculado por lei específica, convênio ou ajuste que se constituir em superávit financeiro de 2021 poderá ser convertido pelo Poder Executivo em recurso ordinário do Tesouro Municipal para o exercício de 2022.

Art. 45. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congênere.

Art. 46. Para fins do art. 16 da Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas com valor de até R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art. 47. Caso o projeto de lei orçamentária não seja sancionado até 31 de dezembro de 2021, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – Com pessoal e encargos sociais;

II – Benefícios previdenciários;

III – Transferências constitucionais e legais;

IV – Serviço da dívida;

V – Outras despesas correntes, à razão de 1/12 (um doze avos).

Art. 48. Integram esta lei, em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00:

Anexo I – Metas Fiscais;

Anexo II – Riscos Fiscais;

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bernardino Batista/PB, em 09 de junho de 2021.

ANTONIO ALDO ANDRADE DE SOUSA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Mateus Ribeiro Dantas

Código Identificador:D10253DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS LEI ORDINÁRIA

LEI Nº 698 / 2021

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- CME REVOGANDO A LEI MUNICIPAL Nº 608, DE 22 DE JANEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TÍTULO I CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO I DA NATUREZA, FUNÇÕES, OBJETIVOS, VINCULAÇÃO E ÁREA DE JURISDIÇÃO.

Art. 1º. Fica reestruturado, no âmbito do Município de Bernardino Batista/PB, o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME, órgão colegiado, integrado ao sistema municipal de ensino, de natureza participativa e representativa na gestão da educação, o qual passa a ser disciplinado nos termos da presente lei.

Parágrafo único: O Conselho Municipal de Educação exercerá as funções de caráter normativo, consultivo, propositivo, fiscalizador e deliberativo sobre a formulação e o planejamento das políticas de educação do Município de Bernardino Batista-PB.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES E CONSTITUIÇÃO

Art. 2º. São atribuições do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME:

- Diagnosticar a realidade educacional do município e propor medidas ao Sistema Municipal de Ensino para sua melhoria;
- Coordenar o Processo de definição de políticas e diretrizes municipais de educação promovendo a colaboração entre o Sistema Municipal de Ensino e os demais Sistemas de Ensino no âmbito do Município;
- Participar da elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, em conformidade com o estabelecido no artigo 109 da Lei Orgânica do Município de Bernardino Batista e observar o cumprimento da aplicação dos recursos destinados à Educação, respeitada a aprovação pela Câmara Municipal das propostas orçamentárias;
- Autorizar, credenciar os estabelecimentos de ensino e ainda avaliar a convivência da criação de novas escolas e cursos bem como a ampliação de unidades já existentes propondo medidas a Secretaria Municipal de Educação;
- Autorizar credenciar e pronunciar-se sobre o funcionamento de instituições de Educação Infantil criada e mantida pela iniciativa privada;
- Avaliar e pronunciar-se sobre acordos, convênios e similar a serem formados pelo poder Público Municipal com os demais Poderes Governamentais ou com o setor privado no âmbito educacional;
- Sugerir políticas de qualificação dos profissionais da educação do sistema Municipal de Ensino, objetivando a habilitação e qualificação para o magistério em especial a formação continuada;
- Emitir pareceres sobre assuntos educacionais e questões de natureza pedagógica pertinentes ao sistema Municipal de Ensino que lhe forem submetidos;
- Fiscalizar o cumprimento das disposições constitucionais e legislação específica em matéria de educação, fazendo-se representar junto às autoridades competentes quando for o caso;
- Interpretar a Legislação vigente pertinente à educação propondo a devida adequação às peculiaridades do Sistema Municipal de Ensino;
- Elaborar e reformular seu Regimento, o qual será homologado pelo Poder executivo Municipal;
- Participar da elaboração e avaliar o Plano Municipal de Educação, acompanhando sua execução;
- Manter intercâmbio com os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e outros Conselhos afins;
- Acompanhar e fiscalizar o uso dos recursos públicos no ensino e na educação, em conformidade com a legislação pertinente;
- Analisar e divulgar resultados de estudos, pesquisas estatísticas sobre a situação do ensino municipal encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;
- Estabelecer critérios visando garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, proporcionando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos;
- Propor medidas e formas de melhoria do funcionamento dos estabelecimentos de ensino, do desempenho escolar e das relações com a comunidade;
- Zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;
- Propor diretrizes e critérios para o bom funcionamento dos serviços de apoio ao educando, visando o aprimoramento dos mesmos;
- Exercer outras atribuições previstas em lei ou que lhe forem conferidas.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Educação é constituído por 08(oito) membros titulares conduzidos por nomeação específica do Chefe do Executivo Municipal, com a seguinte composição:

02 (dois) conselheiros de livre escolha e indicação pelo chefe do Executivo Municipal, observando as exigências do caput deste artigo;
 01 (um) conselheiro representante de organizações da sociedade civil;
 01 (um) conselheiro representante dos pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino, eleito dentre aqueles que integrem o Conselho Escolar em reunião específica para tal finalidade, registrada em ata;
 01 (um) conselheiro representante dos estudantes da educação básica;

01 (um) conselheiro representante dos Diretores das Escolas Municipais eleito dentre os seus pares e escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

01 (um) representante dos Professores Efetivos da Rede Municipal de Ensino de Bernardino Batista, eleito e escolhido dentre os seus pares efetivos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

01 (um) representante das escolas do campo, eleito dentre os seus pares e escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§ 1º. Os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO farão jus a uma gratificação de R\$ 100,00(cent reais), pagos por cada reunião ordinária e por no máximo 02(duas) reuniões extraordinárias realizadas e efetivamente comprovadas através de atas.

§ 2º. A cada membro efetivo/titular do Conselho Municipal de Educação corresponde 01(um) suplente indicado e nomeado segundo o que estabelece e exige o artigo 3º desta lei.

§ 3º. Os membros efetivos/titulares e respectivos suplentes serão nomeados, pelo Chefe do Executivo Municipal para mandato de 02(dois) anos, permitindo-se uma única recondução para cumprir mandato de igual período.

§ 4º. Os mandatos dos conselheiros de que trata a alínea "a", do caput deste artigo 3º encerrar-se-á ao término do período do mandato constitucional do prefeito municipal, independentemente da data do ato de suas nomeações.

§ 5º. A Secretaria Municipal de Educação deverá enviar ofício solicitando as indicações das respectivas entidades, seguimentos representativos e órgãos especificados neste artigo.

§ 6º. Para fins da representação referida na alínea "b", do "caput" deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

- ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- desenvolver atividades direcionadas ao Município de Bernardino Batista-PB;
- estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital;
- desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;
- não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo Conselho Municipal de Educação-CME ou como contratada pela Administração a título oneroso.

§ 7º. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, no caso da alínea "d", do "caput" deste artigo, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

§ 8º. São impedidos de integrar os conselhos a que se refere o **caput** deste artigo:

titulares dos cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito e de Secretário Municipal, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
 tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, desses profissionais;
 estudantes que não sejam emancipados;
 pais de alunos ou representantes da sociedade civil que:
 exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou
 prestem serviços terceirizados, no âmbito do Poder Executivo em que atua o respectivo conselho.

§ 9º. Os membros do CME, observados os impedimentos previstos no §8º, deste artigo, serão indicados na seguinte conformidade:

- pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;
- pelos Conselhos de Escolas, por meio de processo eletivo organizado para esse fim, no caso dos representantes dos estudantes e dos responsáveis por alunos;
- pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de diretores de escola e professores;

• pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas no §§ 6º, 7º e 8º deste artigo, quando se tratar de organizações da sociedade civil e, se necessário, do segmento de estudantes e seus responsáveis.

Art. 4º. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20(vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º. O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, terá seu funcionamento disciplinado pelo Regimento Interno obedecendo as seguintes normas básicas.

- O Plenário é Instância de deliberação máxima do CONSELHO;
- O CONSELHO reunir-se-á em sessões ordinárias, cuja periodicidade será especificada no seu Regimento Interno e em sessões extraordinária, quando motivos de ordem assim o exigirem;
- As sessões do CONSELHO serão públicas e suas convocações, previamente comunicadas aos seus respectivos titulares;
- Cada conselheiro titular terá seu respectivo suplente, que o substituirá nos casos de afastamentos temporários ou eventuais, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo.
- Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrita no caput e seus incisos, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.
- Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho.
- O mandato dos membros do Conselho Municipal terá duração de 02(dois) anos, sendo permitida a recondução por uma única vez.
- O Conselho terá uma diretoria composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, que serão eleitos pelos conselheiros, para o mandato de 02 (dois) anos.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º. A Secretaria de Educação prestará apoio técnico administrativo e operacional necessário ao funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME.

Art. 7º. Para assegurar o melhor desempenho de suas funções, o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, poderá a seu critério, recorrer a pessoas e instituições observadas os seguintes critérios:

- Consideram-se colaboradores do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO instituições de formação de recursos humanos para educação e entidades representativas dos profissionais e usuários dos serviços de educação, sem embargos da condição de membro do CONSELHO;
- Pessoas de Instituições de notória especialização em assuntos pertinentes a educação.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. As despesas decorrentes da implantação e funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-CME, correrão por conta da dotação orçamentária vigente, destinada ao Sistema Municipal de Ensino.

Art. 9º. Até a composição e nomeação do novo Conselho Municipal de Educação, com indicação conforme estabelecido no Art. 3º, desta Lei Municipal, permanecerá válida e vigente a composição do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO anterior a esta Lei, uma vez que em curso os seus respectivos mandatos.

Art. 10. Caberá ao Poder Executivo, com vistas à execução plena das competências do CME, assegurar:

- infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;
- profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 11. O regimento interno do CME deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros, com a respectiva homologação pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal Nº 608/2019, de 22 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Bernardino Batista/PB, em 09 de junho de 2021.

ANTONIO ALDO ANDRADE DE SOUSA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Mateus Ribeiro Dantas
Código Identificador: A0048664

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2021

A Prefeitura Municipal de Boa Vista – PB, através do Pregoeiro abaixo transcrito, TORNA PÚBLICO e comunica aos interessados o ADIAMENTO do PREGÃO PRESENCIAL nº. 027/2021, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE COMBATE AO COVID E LIVES DIVERSAS**, obedecendo ao Decreto Municipal nº 813, de 02 de junho de 2021, onde suspende até dia 18 de junho de 2021. Fica adiada “*sine die*” a sessão que estava marcada para o dia 09/06/2021, às 08h30min.

Boa Vista – PB, 08 de junho de 2021.

FERNANDO VIEIRA DE OLIVEIRA NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Kézia Silmara Costa Farias
Código Identificador: 716548F7

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO LEI MUNICIPAL Nº. 792/2021 - ESTABELECEM DIRETRIZES E METAS ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022 E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº. 792/2021

**ESTABELECEM DIRETRIZES E METAS
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2022 E DAS OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei estabelece, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 2º, da Constituição Federal e com base no art. 4º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2022, compreendendo:

- I - As propriedades da administração pública municipal;
- II - A estrutura e organização do orçamento anual;
- III - As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município e suas eventuais alterações;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- V - As disposições relativas à dívida consolidada e seus respectivos encargos;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária Municipal;
- VII - Da política para aplicação dos recursos de fomento;
- VIII - Outras disposições gerais sobre orçamento e a gestão fiscal do Município.

CAPITULO II **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas e prioridades da administração pública municipal, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária do exercício financeiro de 2022, embora não se constituam limites à programação das despesas, serão assim fixadas:

I - Em relação à Câmara Municipal: modernização dos serviços do Poder Legislativo e melhoria das rotinas de trabalho;

II - Em relação ao Poder Executivo;

a) Melhoria e ampliação da infraestrutura e oferta de serviços básicos, nos segmentos:

1º - De educação - com melhoria do ensino, oferta de vagas no ensino regular fundamental, para todas as crianças em idade escolar;

2º - De saúde e saneamento - com restauração da rede física e elevação dos níveis de atendimento, visando a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;

3º - De promoção social à família, à criança e ao adolescente;

4º - De incentivo aos trabalhos rurais;

5º - De apoio aos programas de melhorias populares;

6º - De ampliação de oferta de emprego e renda à população;

7º - De recuperação e conservação do meio ambiente;

8º - De desenvolvimento, em articulação com os governos estadual e federal, de programas voltados à implementação de políticas de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, preservação do meio ambiente, construção de casas populares e preservação das festividades histórico-cultural e artístico.

b) Reforço da infraestrutura econômica, nas áreas de:

1º - Transporte, com melhoramento e conservação da malha viária municipal;

2º - Energia elétrica, para fins de irrigação e eletrificação rural;

3º - Construção de reservatório e de rede de distribuição de água para o consumo humano e de irrigação.

c) Apoio ao desenvolvimento dos setores diretamente produtivos, nos segmentos:

1º - Do desenvolvimento da agropecuária;

2º - Da indústria, com ênfase à pequenas e micro empresas;

3º - Do desenvolvimento da produção mineral.

d) Ações administrativas que objetivem:

1º - A reorganização e modernização da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, visando a otimização da prestação dos serviços públicos à comunidade;

2º - A busca do equilíbrio financeiro do município pela eficiência das políticas de administração tributária, cobrança da dívida e combate à sonegação.

I - NA ÁREA SOCIAL:

a) Na educação e cultura:

1º - Atendimento do ensino infantil (creches e pré-escolas) à população de zero a cinco anos, de modo a atender à totalidade das crianças nesta faixa etária;

2º - Atendimento do ensino fundamental à população de seis a quatorze anos, aumentando a oferta de vagas em 100%;

3º - Melhoria da produtividade do sistema educacional, provendo cursos ou treinamento para o mínimo de 100% dos professores da rede municipal;

4º - Redução do índice de analfabetismo da população acima de 14 (quatorze) anos, aumentando a oferta de vagas no ensino de jovens e adultos em 90%;

5º - Redução a zero a taxa de evasão escolar, implementando o programa de garantia de bolsa escola e de esporte e lazer;

6º - Apoio ao portador de deficiências físicas e de necessidades especiais;

7º - Manutenção do transporte escolar para os alunos do município;

8º - Expansão das atividades de educação física e desporto para mais escolas da rede Municipal de ensino;

9º - Distribuição da merenda escolar a todas as escolas do município;

10 - Apoio à atividades e extensão universitária;

11 - Apoio a todos os projetos culturais do município, especialmente, a promoção das festividades comemorativas do dia da cidade, carnaval, festas juninas e do(a) padroeiro(a).

b) DA SAÚDE PÚBLICA:

1º - Elevação dos níveis de saúde da população, reduzindo pela metade o índice de mortalidade infantil.

2º - Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar à população do município;

3º - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde;

4º - Estruturação dos serviços de vigilância sanitária, controle de doenças e fortalecimento dos serviços de saúde do município;

5º - Manutenção de todos os Programas de Saúde na Família.

c) DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO:

1º - Aprimoramento da infraestrutura básica do município;

2º - Construção e melhoria de casas populares.

d) DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1º - Assistência a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física, mediante a ampliação dos atuais programas;

2º - Ampliar os programas de assistência comunitária;

3º - Melhorar a assistência nutricional, com a distribuição de cestas básicas a famílias carentes;

4º - Estimular programas de assistência comunitária;

5º - Ajuda financeira para pessoas carentes, em deslocamento para outros centros, seguindo os critérios estabelecidos pela Secretaria de Assistência Social e ou Fundo Municipal de Assistência Social;

6º - Distribuição de medicamentos a pessoas de baixa renda;

7º - Apoio aos pequenos negócios, às empresas comunitárias, na criação de emprego e melhoria de renda familiar;

8º - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

II - NA ÁREA ECONÔMICA:

a) AGROPECUÁRIA:

1º - Assistência e incentivo à produção agrícola;

2º - Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, para distribuição com agricultores carentes;

3º - Fortalecimento do pequeno produtor rural;

4º - Distribuição de sementes ao pequeno produtor;

5º - Combate à seca e à pobreza rural.

b) INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO:

1º - Apoio às pequenas e micro empresas do município;

III - NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

a) RECURSOS HÍDRICOS:

1º - Desenvolvimento da infraestrutura rural, para fins de irrigação;

b) TRANSPORTES:

1º - Conservação e apoio a malha rodoviária municipal;

c) ENERGIA:

1º - Ampliação de redes de eletrificação urbana e rural;

2º - Manutenção da eletrificação urbana e rural;

d) SERVIÇOS URBANOS:

1º - Melhoria e ampliação das condições de funcionamento dos serviços de limpeza pública da cidade, com modernização da coleta de lixo;

2º - Ampliação e manutenção da coleta de lixo;

3º - Manutenção, ampliação e adaptação de prédios públicos do município;

4º - Arborização da cidade;

e) POLÍTICAS PÚBLICAS:

1º Apoio a pessoas em risco social, Jovens e Idosos;

2º Política de Assistência Social para os grupos;

3º Serviços especiais para prevenção e atendimento as vítimas de maus-tratos;

4º Proteção Jurídico-social.

f) ESPORTE:

1º Revitalizar espaços e praças para prática de esporte;

2º Organizar e executar os eventos criando calendário esportivo;

3º Promover torneio com apoio das associações e comunidades;

Parágrafo Único - Parte integrante desta Lei, anexo único que estabelece a fixação das despesas de capital para o exercício de 2022.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental, visando a realização dos objetivos pretendidos, em consonância com o plano plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação destinado a alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações de caráter contínuo e permanente, dos quais resulte um produto característico da ação do governo.

III - Projeto: um instrumento de programação necessário para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, de que decorra a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

IV - Operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou de serviços.

Parágrafo 1º - Cada programa deverá identificar as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as respectivas unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Parágrafo 2º - As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em metas específicas, com localização física integral ou parcial, em relação as quais não poderá haver alteração na finalidade ou na denominação.

Parágrafo 3º - Cada atividade, projeto ou operação especial deverá indicar a função e a subfunção a que se vincula.

Parágrafo 4º - A lei do orçamento identificará as atividades, projetos e operações especiais, por categoria de programação e respectivos subtítulos, com indicação de suas metas físicas.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto de:

I - Mensagem;

II - Projeto de Lei do Orçamento;

III - Tabelas explicativas;

Parágrafo 1º - A mensagem que encaminhar ao projeto de lei orçamentária anual conterá:

Exposição circunstancial da situação econômica financeira do Município;

Exposição e justificativa da política econômico-financeira;
Justificativa da receita no tocante ao orçamento de capital;

Art. 5º - O orçamento fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária delatando-a, por categoria de programação, em seu menor nível, com as respectivas dotações, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme a seguir discriminados:

I - DESPESAS CORRENTE

- a) Pessoal e encargos sociais;
- b) Renegociação das dívidas e pagamentos de juros e demais encargos decorrentes;
- c) Pagamento de precatórios judiciais e de outras obrigações legais;
- d) Outras despesas correntes.

II - DESPESAS DE CAPITAL

- a) Investimentos;
- b) Inversão financeira;
- c) Amortização da dívida consolidada;
- d) Outras despesas de capital.

CAPITULO IV DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 6º - Na elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2022 deverão ser observadas, ainda, as seguintes orientações:

I – Evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade;

II - O chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 30 de Setembro do corrente ano, a previsão de receita e respectiva memória de cálculo para o ano de 2022;

III - A Mesa da Câmara encaminhará ao Prefeito Municipal, até 31 de Agosto do corrente exercício, a proposta orçamentária relativa às dotações do Legislativo Municipal para o exercício de 2022, observadas as disposições do art. 29-A da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº. 25/2000;

IV - O Prefeito do Município encaminhará a Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, até 30 de Setembro de 2021;

V - A Câmara Municipal deverá devolver para sansão do Chefe do Poder Executivo o projeto com os respectivos autógrafos, até 31 de dezembro de 2021;

VI - O Prefeito deverá sancionar a Lei Orçamentária Anual e Publicá-la até 31 de dezembro do corrente ano;

VII – As estimativas de receitas serão feitas com observância das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

VIII - A Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá:

a) Ser acompanhada dos demonstrativos e anexos previstos no art. 5º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

b) Consignar, sob o título de "RESERVA DE CONTIGÊNCIA", dotação genérica no valor de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida do exercício de 2020;

VIII - Na Lei Orçamentária, a receita prevista e a despesa fixada deverão Obedecer a classificação constante dos anexos 2 e 6 da Lei 4.320 de 17 de Março de 1964;

IX - Para a reserva de contingência tenha realidade material, durante o exercício financeiro de 2022, somente poderão ser comprometidos 98% (Noventa e oito por Cento), da receita com as despesas orçamentárias;

X - Durante a execução orçamentária a RESERVA DE CONTIGÊNCIA só deverá ser utilizada para:

a) Financiar passivos contingentes de natureza emergencial ou de valor imprevisível quando da elaboração da lei orçamentária;

b) Pagar despesas relativas a eventos extraordinários que representam riscos à vida, à saúde ou à segurança da população;

c) Cobrir frustração de arrecadação de receita de transferências, que deveria ser empregada em projetos ou atividades pertinentes às metas e prioridades da administração municipal fixada para o ano de 2022.

Art. 7º - O projeto da lei orçamentária a ser encaminhado pelo poder Executivo à Câmara Municipal será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Quadros orçamentários consolidados;

III - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa, na forma definida nesta lei e nas demais leis federais que regem a espécie;

IV - os quadros orçamentários a que se refere o inciso III do Art. 22 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o ano de 2022, em valores correntes e em termos de percentual da receita líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 9º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a melhor transparência na gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2022 deverão levar em conta, ainda, a obtenção de superávit primário a ser demonstrado no anexo de Metas Fiscais, observados, contudo, o que dispõe a respeito o parágrafo único do art. 7º antecedente.

Art. 11 - O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2022, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano de 2021, em observância, ainda, aos princípios da emenda constitucional nº. 25/2000.

Art. 12 - É de se observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei do orçamento e em seus créditos adicionais será feita de forma a proporcionar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 13 - A cada programa das áreas de educação, saúde e assistência social previstos no orçamento, deverá ser associado um produto, medido segundo unidades não monetárias, tendo custo unitário estimado igual ao total das dotações previstas no orçamento para o programa, dividido pelo número de unidades físicas previstas.

Parágrafo 1º - Por unidades físicas entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas, e assim por diante.

Parágrafo 2º - Ao final do exercício, o custo unitário será representado pelo valor da despesa realizada no programa, dividida pelo número de unidades efetivamente produzidas.

Parágrafo 3º - Até 31 de Janeiro de 2022, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará divulgar custo unitário revisto, o custo unitário realizado, o produto obtido na execução do programa, a quantidade estimada e a quantidade realizada.

Parágrafo 4º - Divulgará, também, o total das despesas realizadas pela administração pública e o total dos gastos na realização dos programas das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 14 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada que preencham uma das seguintes condições:

- I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II - Sejam vinculadas a organismos nacionais ou internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;
- III - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, bem como ao art. 61 de suas Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Parágrafo 1º - A habilitação ao recebimento de subvenções sociais por parte de entidades privadas sem fins lucrativos dar-se-á mediante a apresentação de declaração, que comprove seu regular funcionamento nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2022 por três autoridades locais, além de comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Parágrafo 2º - As subvenções sociais previstas no orçamento só poderão ser transferidas mediante celebração do convênio, obrigando-se o beneficiário à prestação de contas e a obedecer, na formalização dos respectivos instrumentos e na liberação de recursos, as regras do art. 116 da Lei Federal nº. 8.666/93, com suas alterações posteriores.

Parágrafo 3º - É vedada a inclusão no orçamento de dotação global a título de subvenções sociais.

Art. 15 - É vedada, também, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "AUXÍLIOS" a entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que:

- I - prestem atendimento direto e gratuito ao público e estejam voltadas para o ensino especial junto à comunidade escolar municipal do ensino fundamental ou equivalente;
- II - estejam voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, ou que estejam registradas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- III - sejam consórcios intermunicipais de saúde, ou equivalente, constituídos exclusivamente por entes públicos, que participem da execução de programas nacionais de saúde;
- IV - sejam qualificados como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, na forma da legislação pertinente.

Art. 16 - A execução das ações de que tratam os artigos 13 e 14 desta Lei fica condicionado, entretanto, à autorização exigida pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº. 101/2000 (LRF).

Art. 17 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do orçamento municipal, a qualquer título, sujeitar-se à fiscalização pelo Poder concedente, com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Seção II Das Diretrizes do Orçamento de Investimentos

Art. 18 - O orçamento de investimento, previsto para cada órgão, deverá necessariamente, do plano plurianual de investimentos, bem como nos demonstrativos orçamentário, destacando-se, pelo menos:

- I - os investimentos correspondentes à aquisição de bens móveis e/ou construção de bens imóveis;
- II - os investimentos financiados com recursos originários de operações de crédito vinculados a projetos específicos, quando for preciso.

Parágrafo Único - Só será incluído na proposta orçamentária dotações para investimentos, se forem consideradas prioritários para o município ou atendem às exigências desta lei.

Art. 19 - Na programação de investimentos serão observadas, ainda, as seguintes prioridades:

- I - inclusão de projetos em andamento;
- II - inclusão de projetos em fase de conclusão.

Parágrafo Único - Não poderá ser programado investimentos à custa de anulação de dotações de projetos em andamento, desde que executados em pelo menos 10% (dez por cento).

Seção III DAS DIRETRIZES PARA O EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 20 - Se ao final de cada bimestre, a realização da receita demonstrar que não comporta o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, o ente promoverá por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, excluídos os recursos destinados as despesas que se constituem em obrigações constitucionais ou legais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 21 - O orçamento fiscal compreenderá a despesa com pessoal de todos os órgãos dos poderes do Município.

Parágrafo Único - Consideram-se despesas com pessoal, para fins previstos neste artigo:

- I - a remuneração dos agentes políticos;
- II - os vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos do Município;
- III - as obrigações patronais;
- IV - as demais despesas, assim consideradas pela nº. 101/2000.

Art. 22 - As despesas com pessoal ativo e inativo, do Poder Executivo, da Câmara Municipal e respectivos encargos sociais, obedecerão aos limites máximos previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

Art. 23 - Se a despesa total com pessoal e encargos de qualquer dos Poderes do Município ultrapassar os limites de que trata o artigo precedente, o chefe do Poder Executivo adotará as providências previstas no art. 23 da mencionada Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, com vistas a reduzi-la aos limites máximos permitidos por lei.

Art. 24 - O projeto de lei orçamentária demonstrará, ainda, a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício financeiro de 2022, em valores correntes e em termos de percentual da receita corrente líquida, destacando-se, pelo menos, as relativas aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 1º - As despesas com pessoal e encargos sociais no ano de 2022 não poderão ultrapassar, em percentual da receita corrente líquida previsto no Art. 20 da Lei 101/2000.

CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25 - O Poder executivo considerará na estimativa da receita orçamentaria as medidas que venham a ser adotadas para a expansão da arrecadação tributária, bem como modificações da legislação tributária.

§ 1º A justificativa ou mensagem que acompanhe o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.

§ 2º Caso as alterações não sejam aprovadas, as despesas correspondentes, se contempladas na Lei do Orçamento Anual, terão suas realizações canceladas mediante decreto do Poder Executivo.

§ 3º Fica limitado a 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida do ano imediatamente anterior o impacto financeiro da concessão de novos programas de benefícios fiscais que forem instituídos.

Art. 26 - A lei municipal, que concede ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira deverá observar a devida anulação de despesas em valor equivalente caso produza impacto financeiro no mês exercício, respeitadas as disposições do art. 14 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

CAPÍTULO VII POLÍTICA DE FOMENTO

Art. 27 O Poder Executivo poderá mediante autorização legislativa, realizar projetos que exijam investimentos em conjunto com a iniciativa privada desde que resultem em crescimento econômico.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28 - Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Prefeito Municipal divulgará o cronograma mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2022.

Art. 29 - Ocorrendo frustração das metas bimestrais de arrecadação, ou acaso seja necessária a limitação de empenho de dotações e da movimentação financeira, para se fazer face às metas de resultado primário, em observância aos princípios do art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitações para o conjunto de projetos ou de atividades orçados e calculados de forma proporcional à participação dos Poderes em cada um dos citados. Conjuntos, excluídos as despesas cuja execução se constitua obrigação constitucional ou legal, observando-se, ainda:

I - o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal determinarão por atos próprios a limitação de empenho;

II - a limitação de empenho ou, simplesmente, limitação de despesas deverá se dar no montante equivalente à diferença entre a receita arrecadada e a prevista até o bimestre;

III - o Poder Executivo e a Meta da Câmara Municipal limitarão suas despesas em valor proporcional à participação de cada um no montante das dotações relativas aos projetos, atividades ou operações especiais a serem afetados com a medida, na forma estabelecida no "caput" deste artigo;

IV - as despesas com pessoal e encargos, bem como as referentes ao pagamento do principal e encargos da dívida, não serão objetos de limitação.

Parágrafo Único - Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Mesa da Câmara, mediante apresentação de memória de cálculo, premissas, parâmetros e as justificativas do ato, o montante que caberá ao legislativo limitar seus empenhos e movimentações financeiras.

Art. 30 - As ajudas financeiras e doações concedidas a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com lei municipal específica.

Art. 31 - É vedado consignar no orçamento municipal para 2022 dotações para subvenções econômicas, ressalvas as que se destinam a incentivar atividades econômicas voltadas para a geração de emprego e renda, hipótese em que a execução da despesa deverá estar autorizada por lei específica.

Art. 32 - São vedados quaisquer procedimentos por parte dos ordenadores de despesas, visando a viabilidade a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - Caberá à contabilidade registrar os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira, efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 33 - Não sendo sancionada e publicada a Lei Orçamentária Anual até 31 de Dezembro do ano em curso, o orçamento referente às dotações relativas às atividades, projetos ou as operações especiais pertinentes aos objetivos e metas, previstos nos artigos 2º e 3º, desta lei, podendo ser executados como proposto, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês.

Art. 34 - O ANEXO DE METAS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para o exercício financeiro de 2022, as prioridades da administração na forma dos anexos abaixo discriminados:

Anexo I - Metas Anuais;

Anexo II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

Anexo III - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos exercícios anteriores;

Anexo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Anexo V - Origem de aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos;

Anexo VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

Anexo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

Anexo IX - Margem de expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 35 - O ANEXO DE RISCOS FISCAIS, anexo a esta Lei, estabelece para evidenciar passivos contingentes e outros riscos fiscais no decorrer do exercício de 2022.

Art. 36 - O Poder Executivo enviará, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei criando o Conselho de Gestão Fiscal de que trata o art. 67 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 2000.

Art. 37 - O Município só contribuirá para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver autorização do Legislativo através de Projeto de Lei específico.

Art. 38 - Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins de atendimento ao que dispõe o § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites fixados nos incisos I e II do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Art. 39 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba, em 09 de junho de 2021.

ANTONIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Antonio Furtado de Figueiredo Neto

Código Identificador:05367E47

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLIC AVISO PP 014 2021**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00014/2021**

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Rio Branco, 231 - Centro - Caiçara - PB, às 09:00 horas do dia 21 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS (SOFTWARE), DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA**. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Municipal nº 436/07; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3370 1200. E-mail: prefeituracaicara@gmail.com. Edital: Diário Famup; www.tce.pb.gov.br.

Caiçara - PB, 09 de Junho de 2021

SEVERINO VIEIRA DE LIMA JÚNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Severino Vieira de Lima Junior
Código Identificador:6EAD1926

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00019/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00019/2021, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de didáticos e de expediente, de forma parcelada, destinados a manutenção das atividades de diversas secretarias do Município de Cajazeirinhas; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ELYR ANTONIO DE SANTANA ME - R\$ 46.310,80; LUCIEUDO MARIA DA SILVA - ME - R\$ 132.671,80.

Cajazeirinhas - PB, 07 de Junho de 2021

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE LIMA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Geraldo de Assis Cezario
Código Identificador:85D49BE3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de didáticos e de expediente, de forma parcelada, destinados a manutenção das atividades de diversas secretarias do Município de Cajazeirinhas. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00019/2021. DOTAÇÃO: 02.00 - GABINETE DO PREFEITO 04.122.1003.2003 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.1003.2008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.368.1021.2017 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO 12.124.1021.2020 - MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNDE 12.365.1021.2025 - MANUTENÇÃO DAS ATIV DE EDUCAÇÃO INFANTIL - OUTRAS DESPESAS 12.366.1021.2027 - MANUTENÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - OUTRAS DESPESAS 12.368.1021.2029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 06.00 - SECRETARIA DE SAÚDE 10.301.1012.2032 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE 06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.1012.2033 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - TRANSIÇÃO E PONDERADA 10.302.1012.2041 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192

10.304.1012.2042 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 10.305.1012.2043 - VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE 10.301.1012.2044 - MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS 10.302.1012.2087 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMBATE AO CORONAVÍRUS - COVID 19 07.00 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 08.244.1015.2047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL 08.244.1015.2050 - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS 08.244.1015.2052 - SERVIÇO À GESTÃO DESCENTRALIZADA DO BOLSA FAMÍLIA - IGDBF 08.244.1015.2054 - MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO FNAS 08.00 SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, SERV. URBANOS E HABITAÇÃO 15.122.1003.2061 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DA SEC. DE OBRAS PÚBLICAS, SERV. URBANOS E HABITAÇÃO 09.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA 04.122.1003.2068 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA As dotações acima correspondem ao seguinte elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas e: CT Nº 00132/2021 - 07.06.21 - ELYR ANTONIO DE SANTANA ME - R\$ 20.000,00; CT Nº 00133/2021 - 07.06.21 - LUCIEUDO MARIA DA SILVA - ME - R\$ 50.000,00.

Publicado por:

Geraldo de Assis Cezario
Código Identificador:9E4E21A2

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00020/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00020/2021, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS para manutenção preventiva e corretiva, assim como a reposição de peças dos veículos de pequeno e médio porte que compõem a frota do Fundo Municipal de Saúde de Cajazeirinhas/PB; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: GIPAGEL AUTO PECAS LTDA - R\$ 92.060,00; ZENAS MARTINS FERREIRA JUNIOR - R\$ 109.470,00.

Cajazeirinhas - PB, 07 de Junho de 2021

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE LIMA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Geraldo de Assis Cezario
Código Identificador:CD61F430

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para manutenção preventiva e corretiva, assim como a reposição de peças dos veículos de pequeno e médio porte que compõem a frota do Fundo Municipal de Saúde de Cajazeirinhas/PB. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00020/2021. DOTAÇÃO: 06.00 - SECRETARIA DE SAÚDE 10.301.1012.2032 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE 06.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.1012.2033 - INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - TRANSIÇÃO E PONDERADA 10.302.1012.2041 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 10.304.1012.2042 - AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA 10.305.1012.2043 - VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO EM SAÚDE 10.301.1012.2044 - MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS As dotações acima correspondem ao seguinte elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO 3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas e: CT Nº 00134/2021 - 07.06.21 - GIPAGEL AUTO

PECAS LTDA - R\$ 46.030,00; CT Nº 00135/2021 - 07.06.21 - ZENAS MARTINS FERREIRA JUNIOR - R\$ 54.735,00.

Publicado por:
Geraldo de Assis Cezario
Código Identificador:6051F2D4

GABINETE DO PREFEITO HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00021/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00021/2021, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS para a prestação de serviços de empreitada para manutenção e conservação de bens públicos, mediante ajuste de mão de obra por tarefa para execução de pequenos trabalhos, sem fornecimento de materiais, nos termos da alínea “d” do inc. VIII do art. 6º da Lei nº 8.666/93; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: GENIVAL ARAÚJO DE MEDEIROS - R\$ 33.000,00.

Cajazeirinhas - PB, 07 de Junho de 2021

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES DE LIMA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Geraldo de Assis Cezario
Código Identificador:FA59551F

GABINETE DO PREFEITO EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a prestação de serviços de empreitada para manutenção e conservação de bens públicos, mediante ajuste de mão de obra por tarefa para execução de pequenos trabalhos, sem fornecimento de materiais, nos termos da alínea “d” do inc. VIII do art. 6º da Lei nº 8.666/93. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00021/2021. DOTAÇÃO: 03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 04.122.1003.2008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 12.368.1021.2029 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 06.00 – SECRETARIA DE SAÚDE 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.1012.2033 – MANUTENÇÃO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO – PAB FIXO 10.301.1012.2032 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE 10.302.1012.2041 – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS – SAMU 192 10.301.1012.2044 – MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DO SUS 07.00 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 08.244.1015.2047 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL 08.00 – SEC. DE OBRAS PÚBLICAS, SERV. URBANOS E HABITAÇÃO 08.122.1003.2061 – MANUTENÇÃO DA ATIV. DA SEC. DE OBRAS PÚBLICAS, SERV. URBANOS E HABITAÇÃO As dotações acima correspondem ao seguinte elemento de despesa: 3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS–PESSOA FÍSICA 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS–PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cajazeirinhas e: CT Nº 00136/2021 - 07.06.21 - GENIVAL ARAÚJO DE MEDEIROS - R\$ 33.000,00.

Publicado por:
Geraldo de Assis Cezario
Código Identificador:16E638C4

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 00023/2021

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00023/2021

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00023/2021, que objetiva: Contratação de empresa para fornecer licença particular de uso de Sistema de Gestão de Saúde Móvel e Desktop, incluiu os serviços de implantação, adequação, capacitação e suporte técnico para atender as necessidades de informatização da produção da Atenção Básica e da Vigilância em Saúde, cumprindo assim as normas e Portarias Ministeriais, efetivando a integração do sistema de informação e–SUS e entre demais sistemas que o Ministério da Saúde possibilite integração ou conforme necessidade da ge; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: SYSVALE SOFTGROUP TECNOLOGIA LTDA - R\$ 42.860,00.

Camalaú - PB, 23 de Março de 2021

UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
Prefeito Interino

Publicado por:
Jeferson Douglas da Silva
Código Identificador:28E45FA8

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATINGUEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO CONTRATO Nº 01.051/ 2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cattingueira-PB.
CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA CNPJ Nº 40.876.269/0001- 50
OBJETO: Aquisição parcelada de material de expediente, destinado a atender às atividades todas as secretarias do município de Cattingueira-PB
VALOR GLOBAL: 133.462,30 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL E QUATROCENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E TRINTA CENTAVOS)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021
PRAZO: 31 de dezembro de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 27 de maio de 2021.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR
Prefeito Municipal de Cattingueira -PB

Publicado por:
Ionara Félix Tavares
Código Identificador:8A282FAD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 01.050/ 2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cattingueira-PB.
CONTRATADO: ANDERTON CAVALCANTI SOUTO CNPJ Nº 32.056.101/0001-70
OBJETO: Aquisição parcelada de material de expediente, destinado a atender às atividades de todas as secretarias do município de Cattingueira-PB
VALOR GLOBAL: 61.017,20 (Sessenta e um mil e dezessete reais e vinte centavos)
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021
PRAZO: 31 de dezembro de 2021.
DATA DA ASSINATURA: 27 de maio de 2021.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR
Prefeito Municipal de Cattingueira -PB

Publicado por:
Ionara Félix Tavares
Código Identificador:66FD08AB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 01.052/ 2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cattingueira-PB.
CONTRATADO: VINICIUS JOSE NOGUEIRA CAVALCANTI CNPJ Nº 28.330.631/0001-98

OBJETO: Aquisição parcelada de material de expediente, destinado a atender às atividades todas as secretarias do município de Catingueira-PB

VALOR GLOBAL: R\$108.150,60 (CENTO E OITO MIL E CENTO E CINQUENTA REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

PRAZO: 31 de dezembro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 27 de maio de 2021.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR

Prefeito Municipal de Catingueira -PB

Publicado por:

Ionara Félix Tavares

Código Identificador:42BCAD37

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 01.053/ 2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Catingueira-PB.

CONTRATADO: MARIA DA GLÓRIA CABRAL COSTA VIEIRA – MEI; CNPJ Nº 22.570.237/0001-40

OBJETO: Aquisição parcelada de material de expediente, destinado a atender às atividades todas as secretarias do município de Catingueira-PB

VALOR GLOBAL: R\$76.424,50 (SETENTA E SEIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS CINQUENTA CENTAVOS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2021

PRAZO: 31 de dezembro de 2021.

DATA DA ASSINATURA: 27 de maio de 2021.

SUÉLIO FÉLIX DE ALENCAR

Prefeito Municipal de Catingueira -PB

Publicado por:

Ionara Félix Tavares

Código Identificador:1C32BA1C

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO – PUBLICADO NO DIÁRIO DA FAMUP EM 09/06/2021.

A Prefeitura de Coremas/PB, vem através do seu Pregoeiro e sua equipe de apoio torna público que realizará o **Pregão Presencial** Nº 017/2021 (Processo Administração Nº 080/2021). **Suporte legal:** Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/14. Vejamos a seguir: **Objeto:** Contratação de uma pessoa jurídica para prestar serviços parcelado de instalação, manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado, pertencentes as diversas Secretarias do Município de Coremas/PB, conforme termo de referência. **Data prevista para realização da sessão publicação:** 21/06/2021. **Horário prevista para início da sessão publicação:** 08h:00 (Oito horas). **Local previsto para realizada a sessão pública e recebimento e abertura dos envelopes (proposta e habilitação):** Rua Maria Alves Barbosa, S/N, Bairro: Centro, CEP: 58770-000, Cidade: Coremas/PB (Auditório do Centro de Cultura Shaolin). **Download do edital:** www.coremas.pb.gov.br ou Rua Capitão Antônio Leite, Nº 65, Bairro: Centro, Cidade: Coremas/PB (horário de expediente da CPL é das 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas). **Recomendações do Pregoeiro:**a)Os interessados, durante sua permanência na sala (Auditório) fiquem a uma distante mínima uns dos outros de 2,5 (Dois metro e meio);b)Os interessados maiores de 60 anos e os portadores de doenças crônicas, que compõem risco de aumento de mortalidade pela COVID-19, poderá nomear um procurador;c)No dia da realização da Sessão Pública, terão acesso até o limite de 30 (Trinta) pessoas, incluindo nesta conta, os membros da mesa julgadora, os credenciados e outros;d)Pessoas com sintomas (Gripe, Tosse, Febre, Dores de Cabeça/cordo e com dificuldade de respirar),poderá nomear um procurador;e)É obrigatório para todas as pessoas durante sua

permanência na Sessão Pública usar uma máscara e evitar contato físico, para sua maior segurança.

Coremas/PB, 08 de junho de 2021.

JACÉ ALVES DE OLIVEIRA

Pregoeiro

Publicado por:

Jacé Alves de Oliveira

Código Identificador:DFBFE1A1

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAL VELHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, às 09:00 horas do dia 22 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Registro de preços com validade de 12 (doze) meses para aquisição parcelada de descartáveis destinados diversas secretarias do Município de Curral Velho–PB, conforme termo de referência. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3487–1132. E-mail: cplcurralvelho@gmail.com.Edital: http://http://curralvelho.pb.gov.br/acesso-a-informacao/lici; www.tce.pb.gov.br.

Curral Velho - PB, 09 de Junho de 2021

MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Damião Allisson Cavalcante Diniz

Código Identificador:47CAD65B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, às 13:00 horas do dia 22 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Registro de preços com validade de 12 (doze) meses para aquisição parcelada de Água mineral destinados diversas secretarias do Município de Curral Velho–PB, conforme termo de referência. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3487–1132. E-mail: cplcurralvelho@gmail.com.Edital: http://http://curralvelho.pb.gov.br/acesso-a-informacao/lici; www.tce.pb.gov.br.

Curral Velho - PB, 09 de Junho de 2021

MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:50CE1126

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº
006/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, às 11:00 horas do dia 22 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Registro de preços com validade de 12 (doze) meses para aquisição parcelada de Descartáveis destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Curral Velho-PB, conforme termo de referência. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3487-1132. E-mail: cplcurralvelho@gmail.com. Edital: <http://http://curralvelho.pb.gov.br/acesso-a-informacao/lici>; www.tce.pb.gov.br.

Curral Velho - PB, 09 de Junho de 2021

MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:F263FF68

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº
007/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel Batista Sobrinho, 20 - Centro - Curral Velho - PB, às 14:00 horas do dia 22 de Junho de 2021, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Registro de preços com validade de 12 (doze) meses para aquisição parcelada de Água Mineral destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Curral Velho-PB, conforme termo de referência. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 3.555/00; Decreto Federal nº 7.892/13; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3487-1132. E-mail: cplcurralvelho@gmail.com. Edital: <http://http://curralvelho.pb.gov.br/acesso-a-informacao/lici>; www.tce.pb.gov.br.

Curral Velho - PB, 09 de Junho de 2021

MANOEL FRANCELINO DE SOUSA NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:74667501

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO
EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 049/2021 DA DISPENSA Nº
006/2021

A Prefeitura do Município de Curral Velho/PB, através de seu Prefeito, vem tornar público que na publicação do Extrato de Contrato

de Nº 049/2021 da Dispensa de Nº 006/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba (FAMUP) (Edição: 07/06/2021 - Pag.: 17) **onde se LÊ:** FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL, **LEIA-SE:** FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO.

Curral Velho - PB, 09 de Junho de 2021

TÁCIO SAMUEL BARBOSA DINIZ
Prefeito

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:FFC063F1

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO
EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 050/2021 DA DISPENSA Nº
007/2021

A Prefeitura do Município de Curral Velho/PB, através de seu Prefeito, vem tornar público que na publicação do Extrato de Contrato de Nº 050/2021 da Dispensa de Nº 007/2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba (FAMUP) (Edição: 07/06/2021 - Pag.: 17) **onde se LÊ:** FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL, **LEIA-SE:** FONTE DE RECURSOS: RECURSOS ORDINÁRIOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CURRAL VELHO.

Curral Velho - PB, 09 de Junho de 2021

TÁCIO SAMUEL BARBOSA DINIZ
Prefeito

Publicado por:
Damião Allisson Cavalcante Diniz
Código Identificador:9CB18140

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE EMPRESA PARA
ASSINATURA DE CONTRATO

EDITAL LICITAÇÃO Nº 016/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021

O Município de Diamante/PB, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, e em especial aos participantes do **PREGÃO 016/2021**, conforme sessão ocorrida no dia 18 de abril de 2021, que tendo em vista a convocação feita para a assinatura do termo de contrato e o não comparecimento da empresa vencedora **MARY SOARES E ALTAIR AUTOPEÇAS E PNEUS LTDA**, CNPJ nº 28.923.890/0001-22, sediada na avenida José Bonifácio, nº 30, São Cristóvão, Arcoverde-PE com valor de **R\$ 28.245,00 (vinte e oito mil e duzentos e quarenta e cinco reais)** para a assinatura do termo de contrato, **CONVOCAMOS** a empresa que ficou classificada em segundo lugar: **PREMIUM PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME**, CNPJ **16.782.879/0001-00**, sediada na rua Julia Freire nº 1351, já devidamente habilitada nos autos do pregão supracitado, para comparecer a sala de licitações do Município de Diamante em até 5 (cinco) dias úteis para a assinatura do termo de contrato. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pela empresa classificada em primeiro lugar, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 em sua redação atual, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 em sua redação final.

Em tempo, registramos que as empresas deverão comparecer no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Diamante, localizada à na Rua Possidônio José da Costa, 58, Bairro Centro – Diamante – PB.

Diamante, 09 de junho de 2021.

MIRIÃ OLIVEIRA ALVES

Pregoeira Oficial

Publicado por:

Francisco Jeanio Pereira Franco

Código Identificador:9C6CE8C0

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA

FUNPREVE - FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS
SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA
PORTARIA 12/2021

PORTARIA Nº 12/2021 DE 01 DE JUNHO DE 2021

A **AUTARQUIA MUNICIPAL – FUNPREVE – FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA**, nos termos da Lei Municipal nº 297 de 04 de agosto de 2017, em seu art. 28, § 1º, inciso II, por intermédio da sua Presidente de Previdência, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao Processo nº 006/2021:

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE COM PROVENTOS INTEGRAIS a servidora **LUCIENE ATAÍDE DA SILVA BARBOSA**, matrícula nº 285, professora, lotada na Secretaria de Educação, inscrita no cadastro de Pessoas Físicas – CPF/MF nº 675.718.404-49, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 1.327.729 – 2ª VIA - Órgão Expedidor - SSDS/PB, de acordo com o disposto no **art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c § 5º do art. 40 da Constituição Federal c/c o art. 6º da LC Nº 90/2019.**

ART. 2º - Registre-se, publique-se.

Esperança, PB, 01 de junho de 2021.

CAMILA DE OLIVEIRA CUNHA COELHO DA COSTA

Presidente do FUNPREVE

Publicado por:

Enio Silva Nascimento

Código Identificador:69B66C00

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1020/2021 DE: 04 DE JUNHO DE 2021

RECONHECE E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO RURAL DE CRAVOEIRO NESTA CIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica reconhecido e declarado de **UTILIDADE PÚBLICA, o NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO RURAL DE CRAVOEIRO**, Entidade Civil de direito privado, inscrita no CNPJ nº. **11.985.033/0001-54.**

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporanga(PB), 04 de Junho de 2021.

DIVALDO DANTAS

Prefeito Municipal

Publicado por:

Wesley Alves da Silva

Código Identificador:2073F124

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 036/2021 DE 04 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre regulamentação da realização de “Lives” promocionais por meio digital em razão de das medidas restritivas e temporárias de contenção à disseminação do Novo Coronavírus (COVID-19), estabelecidas no Decreto nº 035/2021 de 03 de junho de 2021 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV, art. 64 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e demais dispositivos aplicados a espécie, e ainda

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 035/2021 de 03 de junho de 2021, que dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a transmissibilidade da COVID-19 aumenta sensivelmente em ambientes fechados com mais de 10 (dez) pessoas, ou mesmo em ambientes abertos com aglomeração;

CONSIDERANDO o agravamento do cenário epidemiológico apresentado nas últimas semanas, no qual a média móvel de óbitos dos últimos quatorze dias retornou a patamares elevados, semelhantes aos que foram observados no mês maio de 2021, e a necessidade de adoção de medidas mais restritivas, com a finalidade de conter a expansão do número de casos em diversos municípios paraibanos;

CONSIDERANDO que em razão do período junino a realização de “Lives” promocionais, transmitida por meio digital na internet, como forma de promoção artística e da cultura local, será meio amplamente utilizado, face o atual cenário de pandemia;

D E C R E T A:

Art. 1º. Este Decreto regulamenta a realização de “Lives” promocionais por meio digital no âmbito do Município de Itaporanga.

Art. 2º. Para os fins de que trata este Decreto considera-se:

I – Live: em português significa, no contexto digital, "ao vivo". Na linguagem da *Internet*, a expressão passou a caracterizar as transmissões ao vivo feitas por meio das redes sociais;

II – Live Promocional: no contexto digital, são as transmissões ao vivo feitas por meio das redes sociais ou mídias digitais, no sentido de promover ações beneficentes, expressão artística, cultural e popular ou a comercialização de produtos já licenciados, possíveis de serem aplicados no formato *drive thru* ou *delivery*, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, as realizadas em residências particulares ou que se realizarem em recintos fechados sem acesso livre ao público.

Art. 3º. A realização de “Live” Promocional no formato de transmissões ao vivo, será permitida com as seguintes condições:

§ 1º. Indicação e manutenção de responsável para verificar todas as diretrizes e orientações sanitárias de prevenção ao coronavírus (COVID-19), quanto ao uso de máscara, higienização do local, disponibilização de álcool em gel 70% (setenta por cento), aferição da temperatura e distanciamento social;

§ 2º. Proibir a permanência de pessoas que não estejam relacionadas diretamente à produção ou assistência técnica para realização das

filmagens e transmissões, assim como público, plateia ou espectadores presenciais;

§ 3º. Respeitar o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre cada um dos presentes, que obrigatoriamente devem estar usando máscara facial de proteção individual;

§ 4º. Orientar todos os presentes das medidas sanitárias prescritas pelas autoridades de saúde, especialmente as contidas nos Decretos Municipal e Estadual;

§ 5º. Prevenir aglomerações no interior dos estabelecimentos ou área ocupada para o preparo, organização, apresentação de atrações, produtos ou serviços.

Art. 4º. É obrigatório o monitoramento de todos os presentes quanto aos sinais de gripe, coriza, tosse, e em caso de qualquer sintoma o mesmo deverá ser orientado a seguir o protocolo da Secretaria da Municipal da Saúde.

Art. 5º. A programação que conter apresentações artísticas ou similares, deve prever intervalos suficientes para a higienização completa dos ambientes, pausas regulares para lavagem das mãos e higienização de móveis, equipamentos, instrumentos e objetos.

Art. 6º. Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas por parte de todos os envolvidos na “Live”.

Art. 7º. O responsável pela “Live”, deve oficializar os órgãos de fiscalização com as seguintes informações:

I – deve-se descrever o tipo e / ou natureza do evento;

II – datas da realização e horários: informar a(s) data(s) de realização e/ou período, bem como os horários de início e final do evento;

III – apresentar documentação da Prefeitura Municipal de Itaporanga-PB e/ou Corpo de Bombeiros Militar que comprove a capacidade da edificação onde será realizada a “Live”;

IV – Identificar o responsável pela realização: descrevendo informações pertinentes ao organizador como: Nome ou Razão Social; CPF / CNPJ; endereço; telefone; representante (s) e responsáveis pelo monitoramento das medidas de controle e segurança impostas por Decretos e demais Leis pertinentes ao combate as ao coronavírus (COVID-19);

V – apresentar relação, assinada pelo responsável, contendo nome e CPF das pessoas integrantes do evento, como artistas, organizadores e técnicos, durante o período total;

VI – Identificação do imóvel e localização: deverá ser informado o local de realização, com endereço completo do imóvel, bem como detalhar as estruturas permanentes do local que serão utilizados para a realização do evento.

Art. 8º. Os órgãos de vigilância sanitária do município poderão atuar em conjunto com as Forças Policiais do Estado na fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas neste decreto.

Art. 9º. Os responsáveis pelas “Lives”, deverão zelar pela obediência a todas as medidas sanitárias estabelecidas no presente decreto.

§ 1º. Constatada qualquer infração, será o responsável notificado e multado.

§ 2º. O descumprimento às normas sanitárias de proteção contra a COVID-19, de que dispõe este decreto, ensejará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil) até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 3º. O disposto neste artigo não afasta a responsabilização civil e a criminal, nos termos do art. 268, do Código Penal, que prevê como crime contra a saúde pública o ato de infringir determinação do Poder

Público destinado a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa.

§ 4º. Os recursos decorrentes da aplicação das multas estabelecidas no § 2º deste artigo serão destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos a partir de 04 de junho de 2021, revogando-se demais disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporanga-PB, aos 04 de junho de 2021.

DIVALDO DANTAS

Prefeito Municipal

Publicado por:

Wesley Alves da Silva

Código Identificador:4BFFEC2

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº. 037/2021 DE 07 DE JUNHO DE 2021.

Proíbe o acendimento de fogueiras e a queima de material de entulho, bem como a utilização de fogos de artifícios de qualquer classe, como medidas de prevenção ao agravamento dos quadros respiratórios nos pacientes acometidos pelo Coronavírus (COVID-19) e outras doenças respiratórias, durante todo o período em que perdurar a Situação de Emergência em Saúde Pública, declarada por meio do Decreto nº 165/2020 de 18 de março de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIV, art. 64 da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e demais dispositivos aplicados a espécie, e ainda

CONSIDERANDO o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Município de Itaporanga editou os Decretos nº 165/2020 de 18 de março de 2020 e Decreto nº 175/2020 de 02 de maio de 2020 que, respectivamente, declararam Situação de Emergência em Saúde Pública e definiram medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19) no Município de Itaporanga-PB;

CONSIDERANDO o crescente número de casos confirmados de COVID-19 no Município de Itaporanga, de acordo com os Boletins Epidemiológicos emitidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 17/2º PJ - Itaporanga/2021 emitida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporanga, onde recomendou aos Municípios da circunscrição que “durante o período em que vigorar a pandemia do coronavírus (COVID-19), adotem as providências necessárias para proibir e fiscalizar, no perímetro urbano do território municipal, as fogueiras e fogos de artifícios, durante o período dos festejos juninos, considerando que a produção de fumaça e/ou gases decorrentes dessa utilização, agravarão os quadros respiratórios das pessoas acometidas pela referida enfermidade e outras doenças respiratórias.

DECRETA:

Art. 1º. Fica proibido, em todo o perímetro urbano do Município de Itaporanga, a montagem, o acendimento e a utilização, para qualquer finalidade, de fogueiras, queimas de entulho e fogos de artifícios de qualquer classe, durante o período que perdurar a Situação de Emergência em Saúde Pública, decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada por meio do Decreto nº 165/2020 de 18 de março de 2020.

Art. 2º. Fica estabelecida multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais) por descumprimento de qualquer uma das medidas de prevenção estabelecidas neste decreto, podendo ser aplicadas de forma cumulativa, sem prejuízos de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

Parágrafo único. Os recursos decorrentes da aplicação das multas estabelecidas neste artigo serão destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaporanga-PB, aos 07 de junho de 2021.

DIVALDO DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wesley Alves da Silva
Código Identificador:E9E6EC59

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO AVISO DE CANCELAMENTO

AVISO DE CANCELAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2021

A Comissão Permanente de Licitação comunica o cancelamento da sessão pública das 08:00 hs do dia 11 de Junho de 2021, destinada ao recebimento das propostas relativas a Tomada de Preços nº 00001/2021, que objetiva: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Limpeza Pública no município de Joca Claudino/PB, compreendendo os serviços de capinação, varrição manual de vias pavimentadas, coleta, transporte e destino final de resíduos sólidos domiciliares urbanos e rurais. Justificativa: Razões de interesse público decorrentes de equívocos constatados no Projeto Básico fornecido pelo ORC. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no seguinte endereço - Rua Francisca Claudino Fernandes, 001 - Centro - Joca Claudino - PB. Telefone: (83) 3563-1075. E-mail: jocaclaudinolicitacao@gmail.com.

Joca Claudino - PB, 08 de Junho de 2021

AUDINEIDE FREITAS DE SANTANA
Presidenta da Comissão

Publicado por:
Arthur de Almeida Pinto
Código Identificador:576EA58D

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUPIRANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUPIRANGA /PB-TERMO DE HOMOLOGAÇÃO- PROCESSO Nº 024/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2021. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021.

Examinados os autos do Processo de Licitação nº 024/2021, Pregão Eletrônico nº 004/2021, realizada em 18 de Maio de 2021. Tipo: menor preço por LOTE, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que couber, bem como pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e exigências estabelecidas neste Edital, objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição do objeto descrito no item 1, nas descrições e condições constantes no Termo de Referência, **ANEXO I**. A presente licitação tem como objeto o **Registro de Preços visando aquisição parcelada de materiais de Consumo e Permanente Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Jurupiranga – PB, nas especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência. O processo se deu através de Atas de Registro de Preços em favor das empresas: MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI, CNPJ nº 06.132.785/0001-32 situada na Rua Dona Maria de Souza, Nº 440 – Bairro Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PB – CEP 54400-260, doravante aqui denominada apenas FORNECEDOR, neste ato representada pelo Sra. SYLVYA LEAL NÓBREGA BEZERRA, CPF nº 063.076.494-88, Portadora do RG: 7.954.905 expedido pela SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Padre Manoel da Cunha, nº. 126 A, Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PE; valor: R\$ 1.992,50 (Um mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos). MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA, CNPJ nº 38.259.748/0001-86 situada na Rua Cipriano De Carvalho, Nº 195 – Bairro Cinquentenario – Belo Horizonte-MG, CEP 30.570-020, doravante aqui denominada apenas FORNECEDOR, neste ato representada pelo Sr. CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY, CPF nº 993.547.726-68, Portadora do RG: 6.066.360 expedido pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Inspetor José Aparecido, Nº 76, São Bento, CEP: 30.350-730, Belo Horizonte/Mg; valor: R\$ 24.688,00 (Vinte e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais).**

ORTOSHOP COMERCIO LTDA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 03.965.517/0001-03, sediada na Rua Professora Severina Moura, Nº 110, Sala 0000B, Torre João Pessoa-PB, CEP: 58.040-770, doravante aqui denominada apenas FORNECEDOR, neste ato representada pelo Sr. ROBERTO HUGO CAVALCANTE ANDRADE NETO, Brasileiro, Solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.838.916 2ª Via SSDS/PB, e CPF nº 053.045.644-30, residente a Rua Francisco Carneiro de Araújo, Nº 101, Apto. 401, Cabo Branco, João Pessoa-PB, CEP: 58.045-190; valor: R\$ 119.782,40 (Cento e dezenove mil e setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

PAULO JOSE MAIA ESMERALDO SOBREIRA, assim sendo possui um nome Fantasia de (DENTAL CAJAZEIRAS), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 09.210.219/0001-90, sediada na Avenida Severino Cordeiro, Nº 402, Bairro Jardim Oasis, Cajazeiras-PB, CEP: 58.900-000, doravante aqui denominada apenas FORNECEDOR, neste ato representada pelo Sr. PAULO JOSE MAIA ESMERALDO SOBREIRA, Brasileiro, Solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 99029168294, expedida pela Secretaria de Segurança Pública CE, e CPF nº 959.145.283-72, residente a Rua Vinte e Um de Julho, Nº 1091, Pimenta, Crato-CE, CEP: 63.105-100; Valor: R\$ 48.597,40 (Quarenta e oito mil quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).

PROMEDI DISTRIBUIDORA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 27.672.644/0001-82, sediada na Rua Brigadeiro Eduardo Gomes Nº 17, Bairro Rio Doce, Olinda-PE, CEP: 53.150-332, doravante aqui denominada apenas FORNECEDOR, neste ato representado pelo Sr. FLAVIO ALEXANDRE ANSELMO PEREIRA, Brasileiro, portadora da Carteira de Identidade nº 3124752, expedida pelo Secretaria de Segurança Pública PE, e CPF nº 492.095.074-87, casado em comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado: Rua B-17, Nº 27, I Etapa, Rio Doce, Olinda-PE, CEP: 53.150-390; valor: R\$ 33.047,82 (Trinta e três mil quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos).

MEDONTEC – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EM EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES E

ODONTOLOGICOS LTDA, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 05.797.987/0001-30, sediada na Rua Nilo Pecanha Nº 436, Bairro Prata, Campina Grande - PB, CEP: 58.400-515, doravante aqui denominada apenas **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo Sra. **JOSELMA BRITO GOMES FERNANDES**, Brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 1.120.460, expedida pela Secretaria de Segurança Pública PB, e CPF nº 504.561.304-97, residente a Rua Isolda de Barros Torquato, Nº 346, Bodocongó, Campina Grande – PB; **valor: R\$ 2.848,64 (Dois mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).**

O valor total somada todas as propostas das empresas acima mencionadas é **R\$ 230.956,76 (Duzentos e trinta mil novecentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos).** **HOMOLOGO** o processo para que produza efeitos jurídicos nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada.

Encerrando a licitação as propostas da Empresa vencedora são: **MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI**, CNPJ nº 06.132.785/0001-32. **MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**, CNPJ nº 38.259.748/0001-86. **ORTOSHOP COMERCIO LTDA**, CNPJ/MF sob o nº 03.965.517/0001-03. **PAULO JOSE MAIA ESMERALDO SOBREIRA**, assim sendo possui um nome Fantasia de (**DENTAL CAJAZEIRAS**), CNPJ/MF nº 09.210.219/0001-90. **PROMEDI DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ/MF nº 27.672.644/0001-82. **MEDONTEC – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EM EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA**, CNPJ/MF nº 05.797.987/0001-30. são as mais vantajosas para o Município de Juripiranga-PB, por apresentar menor preço, atendendo às necessidades a que a Prefeitura visou com a abertura do Processo Licitatório.

Juripiranga, 07 de junho de 2021.

JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO

Secretário Municipal de Saúde de Juripiranga/PB

Publicado por:

Arildo Nogueira Gonçalves

Código Identificador:902CD0B8

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - TERMO DE RATIFICAÇÃO -
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2021-PROCESSO Nº
031/2021**

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2021.

Dispensa Nº 016/2021.

Eu, Antonio Maroja Guedes Filho, Prefeito, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93, **RATIFICA** a **DISPENSA** de Licitação para a aquisição de imóvel rural de propriedade de Luiz Herminio dos Santos, brasileiro, Casado, residente a Rua 15 de Novembro, nº 517, Centro, Itambé-PE, inscrito no CPF nº 165.682.144-34, e inscrito com a cédula de identidade nº 444.830 – SSP/PB, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 031/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O referido imóvel rural está situado no endereço Sítio Salgado na Zona Rural, no Município de Juripiranga-PB, medindo 1,5 h (100m x 150m), conforme arquivo no Registro de Imóveis de Títulos e Documentos Livro 2-Q, Registro geral, dele às fls. 69, contam o registro Nº 1 da matrícula Nº 5949, do Cartório Imobiliário da Comarca de Itabaiana-PB, em data de 07/10/2008, destinado a construção da Unidade de Tratamento ou Processamento de Resíduos Solido, no qual já esta de acordo com o licenciamento ambiental concedido pela SUDEMA, conforme Alvará, Nº 2528/2019, expedido em 18/11/2019, na área rural do Município de Juripiranga-PB. Pela aquisição, objeto ora contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor estimado de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil

reais), sendo efetuado de acordo com a entrega do objeto, no período de 30 (Trinta) dias.

E autorizo o empenho da despesa.

Juripiranga-PB, 07 de Junho de 2021.

ANTONIO MAROJA GUEDES FILHO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Arildo Nogueira Gonçalves

Código Identificador:672F95BB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - EXTRATO DE CONTRATO Nº
039-2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2021-
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031-2021**

EXTRATO DO CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURIPIRANGA-PB.

CNPJ: 08.865.933/0001-53

SECRETARIA SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA.

MODALIDADE: DISPENSA Nº 016/2021.

PROCESSO: 031/2021.

OBJETO: Aquisição de imóvel situado no endereço Sítio Salgado na Zona Rural, no Município de Juripiranga-PB, medindo 1,5 h (100m x 150m), conforme arquivo no Registro de Imóveis de Títulos e Documentos Livro 2-Q, Registro geral, dele às fls. 69, contam o registro Nº 1 da matrícula Nº 5949, do Cartório Imobiliário da Comarca de Itabaiana-PB, em data de 07/10/2008, destinado a construção da Unidade de Tratamento ou Processamento de Resíduos Solido, no qual já esta de acordo com o licenciamento ambiental concedido pela SUDEMA, conforme Alvará, Nº 2528/2019, expedido em 18/11/2019, na área rural do Município de Juripiranga-PB.

CONTRATO Nº 039/2021.

CONTRATADO(A): Luiz Herminio dos Santos, brasileiro, Casado, residente a Rua 15 de Novembro, nº 517, Centro, Itambé-PE, inscrito no CPF nº 165.682.144-34, e inscrito com a cédula de identidade nº 444.830 – SSP/PB, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 031/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

PRAZO DO CONTRATO: O presente contrato terá a duração de 03 (três) meses, contados da data de sua assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Secretaria 02.080 Secretaria Munic da Infra Estrutura, Meio Ambiente e Agricultura.

Atividade: 15.451.0033.1014 Aquisições e Desapropriação de Imóveis

Elemento: 4490.61 99 Aquisição de Imóveis

Juripiranga-PB, 07 de Junho de 2021.

Publicado por:

Arildo Nogueira Gonçalves

Código Identificador:E0663628

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: contratação de empresa para aquisição de materiais de expediente, didáticos e de distribuição gratuitas a serem fornecidos de forma parcelada destinados. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Registro de Preços nº AD00005/2021 - Ata de Registro de Preços nº 00015/2020, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 00015/2020, realizado pelo PREFEITURA MUNICIPAL DE JURU – PB. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Massaranduba: 02003.04.122.0037.2003 – DESENVOLVER AS ATIV. DE ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO 001 (RECURSO ORDINÁRIO). VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Massaranduba e: CT Nº 00054/2021 - 27.05.21 - ANDERTON CAVALCANTE SOUTO - R\$ 132.355,07.

Publicado por:
Silvania Alves Santos
Código Identificador:D8C8E19F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

CÂMARA MUNICIPAL DE MATARACA
DECRETO 02/2021

DECRETA APROVADAS AS CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2019, DO PREFEITO EGBERTO COUTINHO MADRUGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Plenário da Câmara Municipal de Mataraca, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 14, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e o art. 46, inciso V, alínea “b” da Resolução No 02/99 (Regimento Interno), faço saber que a Câmara Municipal de Mataraca, Estado da Paraíba aprova e expede o seguinte Decreto Legislativo:

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, quanto à fiscalização do Município ser exercida pelo Poder Legislativo, com controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas, mediante prévio parecer, o qual só deixará de prevalecer por decisão qualificada de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

CONSIDERANDO que o processo de julgamento de Contas do gestor municipal seguiu rigorosamente as normas regimentais, constitucionais e infraconstitucionais em vigor, onde for oportunizado a ampla defesa e contraditório.

CONSIDERANDO a decisão soberana do Plenário desse Poder Legislativo Municipal, em que, obstante entendimento favorável da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento dessa Casa Legislativa, que opinou pela aprovação das contas analisadas, por maioria do Plenário de 06 x 03, deliberou por acolher o parecer resultado do **ACÓRDÃO APL-TC-100/21 DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, prolatados nos autos do Parecer PPL-TC-00043/21.

CONSIDERANDO que esta Casa do Poder Legislativo não reúne condições técnicas para refutar o trabalho dos auditores do Egrégio Tribunal de Contas do nosso Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam **aprovadas** as Contas relativas ao exercício financeiro do ano 2019 de responsabilidade do Sr. Egberto Coutinho Madruga.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Mataraca, 09 de junho de 2021.

JOSIVAN VIDAL DE NEGREIROS

Presidente da Câmara Municipal de Mataraca/PB

Publicado por:
Josilene Vicente Soares da Silva
Código Identificador:D2B517AD

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

SECRETARIA DA ADMINISTRACAO
NOTIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIALN.:0011/2021

Processo Administrativo número: 210405PP00011

Empresa: ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS - EIRELI

CNPJ: 00.22.324/0001-42

Endereço: R R5, 140 - SET OESTE - GOIANA - GO.

O MUNICÍPIO DE MONTADAS, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob número 08.739.351/0001-20, com sede na rua José Veríssimo de Souza, 106, Centro de Montadas - PB, representado pelos senhor JONAS DE SOUZA, prefeito constitucional com arrimo na legislação de regência a Lei 8.666/93, daqui para diante denominado de notificante vem NOTIFICAR

a empresa ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob número 00.22.324/0001-42, com sede na Rodovia R5, 140 - SET OESTE - GOIANA - GO, nos seguintes fundamentos.

1. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

A empresa celebrou com o município contrato 00044/2021-CPL, em data de 23 de abril de 2021 (23/04/2021), na qual deveria entregar **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA**, objeto do Pregão Presencial 0011/2021 para no prazo de 5 dias (cinco) após assinatura do contrato, **feita a homologação e adjudicação**, com fundamento na Lei 10.520/02 e combinado com a Lei 8.666/93, em conformidade com o Edital, itens 5.1.0 - “Entrega imediata”, 15.1, 16.1 a saber:

15.1.0 - prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato: **Entrega imediata.**

15.1 - Após a homologação pela autoridade superior do ORC. Oadjudicatário será convocado para, **dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação**, assinar o respectivo contrato, quando for o caso, elaborado em conformidade com as modalidades permitidas pela Lei 8.666/93. podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela referida norma. (pág. 33 no PA).

16.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, **deixar de entregar** ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, **ensejar o retardamento da execução desse objeto**, não mantiver a proposta [...]

20.6 - Decairá do direito de impugnar perante o ORC nos termos do presente instrumento aquele que, tendo-o aceitado sem objeção, venha a apresentar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que oviciaram hipótese em que tal comunicado não terá efeito de recurso.

Ocorre que a ora notificada, deixou de fazer a entrega do material licitado dentro do prazo especificado no Edital, assim infringindo as condições estabelecidas na Lei 10.520/02 e na Lei 8.666/93, em total afronta ao INTERESSE PÚBLICO.

Considerando ainda que foi encaminhado ofício número 001/2020-PMM, datado de 27 de maio de 2021, assinado pelos senhor RANUNFO LEANDRO DE SOUZA, Secretario Municipal de Infraestrutura, solicitando a regularização da entrega, tendo passado mais de 30 dias desde a data da assinatura do contrato e até a presente data não recebeu nenhuma resposta, a não ser do recebimento do ofício.

2. DO DIREITO

O pregão é uma modalidade de licitação e tem um conjunto de procedimentos que antecede a contratação, é através dela que a administração terá acesso à proposta mais vantajosa.

Vencer uma licitação caracteriza-se expectativa de direito em assinar o contrato, assunto já pacificado por doutrina e jurisprudência. Neste sentido veja decisão da Egrégia Corte de Contas:

[...] **o fato de o objeto de um dado certame ter sido adjudicado a uma empresa, não implica em direito subjetivo da mesma em obter a contratação.** O direito do adjudicatário é o de ser convocado em primeiro lugar caso a Administração decida celebrá-lo, conforme vastamente pacificado pela jurisprudência e pela doutrina” (Acórdão 868/2006 – Segunda Câmara, Processo 019.755/2005-2, Ministro Relator LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA, Aprovação 17/04/2006) (Grifo e negrito nosso)

Nesta toada, se houve a assinatura do contrato não estamos mais diante de uma expectativa de contratação mas sim da contratação de fato, criando direitos e deveres entre as partes e originando um contrato administrativo.

Destarte, findou-se o processo licitatório, portanto será a Lei 8.666/93 quem disciplinará o assunto, eis que regulamenta o art. 37. inc. XXI, da Constituição Federal e institui normas para os contratos da Administração Pública.

Ou seja, a licitação realizada pelo pregão (Lei nº 10.520/2002) regula somente a modalidade licitatória, os atos seguintes que dizem respeito ao contrato serão disciplinados pela Lei nº 8.666/93. Por oportuno transcrevemos, novamente, o que preconiza o art. 64, § 2º:

§ 2º É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

Deste modo caberia a fundamentação neste dispositivo para justificar a convocação de licitante remanescente mesmo diante da omissão legislativa encontra-se respaldada na decisão da Egrégia Corte de Contas a qual firmou entendimento de que a regra estabelecida no art. 64, § 2º pode ser usada analogicamente nestes casos. A saber:

1. O art. 64, § 2º da Lei 8.666/1993, pode ser utilizado, por analogia, para fundamentar a contratação de licitante remanescente, segundo a ordem de classificação, quando a empresa originalmente vencedora da licitação assinar o contrato e, antes de iniciar os serviços, desistir do ajuste e rescindir amigavelmente o contrato, desde que o novo contrato possua igual prazo e contenha as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado; **2. A ausência de menção expressa a tal situação fática na Lei 8.666/1993 não significa silêncio eloquente do legislador, constituindo lacuna legislativa passível de ser preenchida mediante analogia.**”

(BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão no 2737/2016. Plenário. Relator: Ministro Vital do Rêgo. Sessão de 26/10/2016.)

Corroborando ao entendimento:

RELATÓRIO DE AUDITORIA. OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA BR-156/AP, KM 577,99 A KM 743,7. INDÍCIOS DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATO 22/2011-SETRAP. PROPOSTA DE CAUTELAR. OITIVA PRÉVIA. ESTADO DO PROCESSO PERMITE A ANÁLISE DE MÉRITO DO CONTROLE OBJETIVO DO CONTRATO 22/2011-SETRAP. ARGUMENTOS APRESENTADOS PELA SETRAP/AP IDÔNEOS PARA AFASTAR A OCORRÊNCIA DA IRREGULARIDADE. ANÁLISE DA LEGALIDADE DA RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO 45/2010- SETRAP. DEFICIENTE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. OBRAS INICIADAS. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS POSSIBILITAM A CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SETRAP/AP. OFÍCIO DE CIÊNCIA. **1. O art. 64, § 2º da Lei 8.666/1993, pode ser utilizado, por analogia, para fundamentar a contratação de licitante remanescente, segundo a ordem de classificação, quando a empresa originalmente vencedora da licitação assinar o contrato e, antes**

de iniciar os serviços, desistir do ajuste e rescindir amigavelmente o contrato, desde que o novo contrato possua igual prazo e contenha as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado; 2. A ausência de menção expressa a tal situação fática na Lei 8.666/1993 não significa silêncio eloquente do legislador, constituindo lacuna legislativa passível de ser preenchida mediante analogia. 3. A rescisão amigável de contrato administrativa, especificada no art. 79, inciso II da Lei 8.666/1993, somente é cabível se houver conveniência para administração e não ocorrer nenhuma das hipóteses previstas na lei para a rescisão unilateral da avença. 4. Os princípios da proteção da confiança, da boa-fé, da proporcionalidade e da razoabilidade possibilitam, no presente caso concreto, a convalidação dos atos jurídicos praticados e a continuidade das obras.

(BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão no 740/2013. Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Sessão de 03/04/2013)

O licitante vencedor é conhecedor do Edital, inclusive dos prazos legais de 5 dias pós assinatura do contrato para entrega do objeto, conforme art.78 do dispositivo legal (lei de licitações), cujos motivos para rescisão do contrato **“I-o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;”**.

Em contra partida se a modalidade licitatória for o pregão as regras acerca da penalidade estão disciplinadas no art. 7º na Lei do Pregão:

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, **deixar de entregar** ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. DA NOTIFICAÇÃO

Diante do exposto,

RESOLVE NOTIFICAR, a empresa ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob número 00.22.324/0001-42, com sede na Rodovia R5, 140 - SET OESTE - GOIANA - GO, através do seu representante legal, para que cumpra a entrega do objeto contratado no prazo máximo de 5 dias (cinco) em conformidade com Edital, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, multas e da abertura de Processo de Inidoneidade com a administração pública.

Além disso, fixa prazo de 48 (quarenta e oito horas) para apresentar justificativa devidamente fundamentada qual a razão do atraso da entrega do referido objeto contratado.

Após decurso deste prazo, se não lograr êxito, será considerado RESCIDIDO O CONTRATO para todos os efeitos legais, e imediata abertura do Procedimento Licitatório para chamar a segunda colocada nos mesmos termos da vencedora e posterior abertura do Processo de Inidoneidade contra a empresa.

Montadas - PB, 08 de junho de 2021.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Constitucional

Autoridade Competente

Publicado por:

Saionara Lucena Silva

Código Identificador:7CDF29F9

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 022/2021 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SAÚDE EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 022/2021 DE 08 DE JUNHO DE 2021

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO EXTRAORDINÁRIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SAÚDE EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS ERON NOGUEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE HOREBE, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 60, da Lei Orgânica do Município de Monte Horebe/PB, e, ainda;

CONSIDERANDO a edição de Decreto Estadual nº 40.122, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o Território Paraibano, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece providências;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 001, de 19 de março de 2020, bem como suas posteriores edições, com ênfase ao Decreto de nº 021, publicado em 07 de junho de 2021;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal 016/2021, pelo qual se decreta Estado de Calamidade Pública em todo o território de Monte Horebe/PB, em razão da pandemia do coronavírus.

CONSIDERANDO a autorização constante nos termos da Lei 390/2020, que dispõe sobre a concessão de gratificação extraordinária aos servidores da saúde quando da vigência da calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19);

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, por igual período, o prazo estipulado no art. 1º, §1º, da Lei 390/2020, de modo que passa a dar continuidade ao pagamento da gratificação extraordinária aos servidores municipais à frente do combate à pandemia do Covid-19, neste município de Monte Horebe/PB.

Art. 2º Ficam mantidas e ratificadas todas as deliberações anteriormente adotadas pela Lei 390/2020, relativa à gratificação extraordinária dos agentes de combate à pandemia do coronavírus.

Art. 3º Novas medidas poderão ser adotadas, a qualquer momento, em função do cenário epidemiológico do Município.

Art.4º Este decreto terá a vigência pelo período de 60 (sessenta) dias e entrará em vigor na data sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de junho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Monte Horebe/PB, em 08 de junho de 2021.

MARCOS ERON NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Valdir Manuel da Silva

Código Identificador:E891F0D1

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV05009/2021. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2021. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Monteiro e: CT Nº

70001/2021 - 02.06.21 - EPC - EMPRESA PARAIBANA PRESTADORA DE SERVICOS COMBINADOS A CONVENIOS LTDA - R\$ 24.000,00.

Publicado por:

Erinaldo Araújo Sousa

Código Identificador:54EF81CF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DV05009/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV05009/2021, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA O MUNICÍPIO DE MONTEIRO-PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: EPC – EMPRESA PARAIBANA PRESTADORA DE SERVICOS COMBINADOS A CONVENIOS LTDA - R\$ 24.000,00.

Monteiro - PB, 02 de Junho de 2021

ANNA LORENA DE FARIAS LEITE NÓBREGA

Prefeita Constitucional

Publicado por:

Erinaldo Araújo Sousa

Código Identificador:6B5CF286

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZAREZINHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2021

ERRATA- Publicação do dia 09 de junho de 2021 no Jornal dos Municípios da Paraíba (FMAUP), pág 35.

ONDE SE LÊ: IMPERIO BANDEIRAS EIRELI, CT: 139/2021, com o valor de R\$ 26.040,00.

LÊ-SE CORRETAMENTE: IMPERIO BANDEIRAS EIRELI, CT: 141/2021, com o valor de R\$ 26.040,00.

Informações à Rua Antônio Vieira, nº 01 – Centro, Nazarezinho-PB.

Nazarezinho -PB, 09 de junho de 2021.

FRANCISCO JOSE DE SANTANA

Pregoeiro

Publicado por:

Francisco José de Santana

Código Identificador:B5BE86B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA POR VALOR
0006/2021

DISPENSA POR VALOR N.º 006/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB.

FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos Próprios do Município de NAZAREZINHO para o exercício no ano de 2021.

Secretaria Municipal de Infraestrutura. **Infraestrutura:** 15 451 1011 2027.

Elemento de Despesa 339039 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

CONTRATADO: DAMIAO LOPES DE SOUSA 02380858489.

VALOR GLOBAL: R\$16.350,00 (dezesesseis mil e trezentos e cinquenta reais).

Ratifico, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, o referido processo de Dispensa

NAZAREZINHO- PB. 01 de junho de 2021.

MARCELO BATISTA VALE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francisco José de Santana

Código Identificador:9638220A

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA POR VALOR
00006/2021**

**EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA 006/2021**

Nº. CONTRATO: 129/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de NAZAREZINHO

Contratado: DAMIAO LOPES DE SOUSA 02380858489

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO E DE IDENTIFICAÇÃO DE RUAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB.

Valor: R\$16.350,00 (dezesesseis mil e trezentos e cinquenta reais).

Data do Contrato: 01 de junho de 2021.

Vigência: será de 30(trinta) dias.

MARCELO BATISTA VALE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francisco José de Santana

Código Identificador:DB999385

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA POR VALOR
0007/2021**

DISPENSA POR VALOR N.º 007/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FREEZER PARA O CENTRO DA COVID-19 DESTINADO A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB.

FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93.

FONTE DE RECURSO: As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação: SUS.

Secretaria Municipal de Saúde. **Saúde:** 12 301 1002 2024.

Elemento de Despesa 44905299 – equipamentos e material permanente.

CONTRATADO: INTELIGENCIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI.

VALOR GLOBAL: R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Ratifico, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, o referido processo de Dispensa

NAZAREZINHO- PB. 01 de junho de 2021.

MARCELO BATISTA VALE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francisco José de Santana

Código Identificador:9A3A6016

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA POR VALOR
N.º07/2021**

**EXTRATO DE CONTRATO
DISPENSA 007/2021**

Nº. CONTRATO: 130/2021

Contratante: Prefeitura Municipal de NAZAREZINHO

Contratado: INTELIGENCIA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO DE FREEZER PARA O CENTRO DA COVID-19 DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAZAREZINHO-PB.

Valor: R\$3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Data do Contrato: 01 de junho de 2021.

Vigência: será de 30(trinta) dias.

MARCELO BATISTA VALE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francisco José de Santana

Código Identificador:F8ABC057

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 703/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021.**

DISPÕE SOBRE: ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS NO TOCANTE AO FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DE ESTABELECIMENTOS PRIVADOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB, DE 10 A 16 DE JUNHO DE 2021, DURANTE O PERÍODO DE CRISE SANITÁRIA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituições Federal e Estadual, bem como legislação pertinente:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 6º, elenca a saúde como direito social fundamental, garantido mediante a implementação de políticas públicas que, dentre outros objetivos, visem à redução do risco de doença, conforme preceitua o art. 196 da Carta Magna;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei 13.979/2020, que elenca medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o coronavírus, causador da COVID-19, caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a evolução dos casos de COVID-19 em todo o Brasil, já existindo casos confirmados neste município;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Picuí publicou Decretos estabelecendo medidas preventivas quanto ao funcionamento das repartições públicas municipais e estabelecimentos privados;

CONSIDERANDO que as medidas já impostas devem ser periodicamente reavaliadas, a fim de se aperfeiçoarem à realidade local, visando trazer o menor prejuízo possível ao bem comum;

CONSIDERANDO que compete aos municípios estabelecer normas de conduta para os estabelecimentos e eventos privados que estejam em seu domínio territorial, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO a Recomendação do Ministério Público da Paraíba no sentido de se estabelecer medidas preventivas em consonância com decretos do Governo do Estado da Paraíba;

CONSIDERANDO o aumento significativo de casos ativos, pessoas hospitalizadas e óbitos no município de Picuí ao longo dos últimos 15 dias;

CONSIDERANDO o elevado número de óbitos em decorrência da COVID-19 registrado, no município, nos últimos dias;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso o atendimento presencial em todas as repartições públicas municipais, salvo as Unidades Básicas de Saúde sede do Programa de Saúde da Família, inclusive quanto aos Agentes Comunitários de Saúde, o CVAMS, inclusive quanto aos Agentes de Combate a Endemias, o Laboratório Municipal, a Farmácia Central, o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, o Centro Municipal de Especialidades, o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

§ 1º - As Unidades Básicas de Saúde sede do Programa de Saúde da Família, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde, o CVAMS, inclusive os Agentes de Combate a Endemias, o Laboratório Municipal, a Farmácia Central, o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, o Centro Municipal de Especialidades, o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS deverão fazer triagem em relação aos atendimentos a serem realizados, evitando-se a concentração/aglomeração de pessoas em um mesmo espaço físico.

§ 2º - Nas demais repartições públicas, o atendimento ao público ocorrerá de forma remota (através de telefone ou internet), podendo serem realizados atendimentos presenciais em casos de urgência, mediante agendamento prévio, sendo estes entendidos como aqueles cujo não atendimento imediato ocasionará dano à integridade e segurança do cidadão.

§ 3º - Haverá expediente interno nas repartições públicas municipais de segunda a quarta-feira, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 17:00 h, e, nas quintas e sextas-feiras, das 08:00 às 13:00 h.

§ 4º - Fica permitido aos secretários municipais dispensar, na vigência deste decreto, outros servidores, que não os aqui constantes, de comparecerem ao local de trabalho, a depender da avaliação acerca da necessidade de cada repartição, bem como determinar rodízio/plantão de servidores, a fim de se evitar aglomeração.

Art. 2º - Permanecem suspensas as aulas da rede municipal de ensino, na modalidade presencial.

Parágrafo Único – Quanto aos estabelecimentos de ensino da rede particular, ficam igualmente suspensas a realização de aulas na modalidade presencial.

Art. 3º - Os procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Picuí deverão ser realizados na modalidade eletrônica, salvo os que, por lei, não puderem utilizar tal modalidade.

Parágrafo Único – A realização de procedimentos licitatórios na modalidade presencial, enquanto perdurar a vigência deste decreto, somente ocorrerá mediante necessidade inadiável da Administração, devidamente justificada.

Art. 4º - Ficam dispensados de comparecerem ao local de trabalho, para permanecerem em isolamento social os servidores municipais que, não tendo recebido todas as doses da vacina contra a COVID-19:

I – forem portadores de doença crônica que compõe o grupo de risco, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS/Brasil, de aumento de mortalidade pelo novo coronavírus (COVID-19), devidamente comprovada por atestado médico;

II – estiverem gestantes e, por meio de laudo médico, seja indicado seu afastamento do local de trabalho;

III – tiverem idade igual ou superior a 60 anos.

Parágrafo Único – Também ficam dispensados de comparecerem ao local de trabalho no período citado no *caput* deste artigo os servidores municipais que apresentarem sintomas de gripe, devidamente comprovados por atestado médico, enquanto perdurarem tais sintomas.

Art. 5º - Durante o período de vigência deste decreto, deverá ser disponibilizado aos servidores municipais, em todas as repartições públicas, produtos específicos de higienização.

Art. 6º - Permanece suspensa a concessão de férias aos servidores municipais lotados na Secretaria Municipal de Saúde, salvo deliberação contrária da autoridade competente.

Art. 7º - Ficam fechadas ao público e suspensas a realização de atividades, enquanto durar a vigência deste decreto, nas áreas públicas e privadas de prática desportiva do município de Picuí.

Art. 8º - Os estabelecimentos privados localizados no município de Picuí poderão funcionar, nos horários estabelecidos por este decreto, com número máximo de pessoas em seu interior equivalente a 30% (trinta por cento) de sua capacidade, desde que seus representantes legais tomem as medidas necessárias de prevenção à contaminação do coronavírus estabelecidas pelo Ministério da Saúde, disponibilizando ao público meios de higienização das mãos, evitando-se aglomerações e respeitando as seguintes regras:

I – Deve ser respeitada a distância mínima de 1,5 (um e meio) metros entre as pessoas que estiverem em seu interior;

II – Devem ser higienizadas as mãos das pessoas obrigatoriamente na entrada e na saída dos estabelecimentos;

III – Deve ser higienizado o interior dos estabelecimentos que estiverem em funcionamento ao menos duas vezes por dia;

IV – Não será admitida a entrada de pessoas que estiverem com sintomas gripais;

V – Todas as pessoas deverão obrigatoriamente estarem fazendo uso de máscaras, fabricadas ainda que de forma artesanal.

§ 1º - As academias do município de Picuí poderão funcionar, nos horários estabelecidos por este decreto, com número máximo de pessoas em seu interior equivalente a 30% (trinta por cento) de sua capacidade, desde que seus representantes legais tomem as medidas de prevenção à contaminação do coronavírus estabelecidas pelo Ministério da Saúde, devendo ainda:

I - Serem higienizadas as mãos das pessoas obrigatoriamente na entrada e saída dos estabelecimentos;

II – Serem higienizadas as mãos das pessoas obrigatoriamente na entrada e saída de cada equipamento;

II – Ser respeitada a distância mínima de 1,5 (um e meio) metros entre as pessoas que estiverem em seu interior;

III – Ser respeitada a distância mínima de 1,5 (um e meio) metros entre os equipamentos;

IV – Não ser admitida a entrada de pessoas que estiverem com sintomas gripais;

V – Usar obrigatoriamente máscaras, fabricadas ainda que de forma artesanal;

VI – Serem higienizados os equipamentos a cada 30 (trinta) minutos.

§ 2º - Permanece proibida a abertura de áreas de lazer, realização de eventos e shows/ música ao vivo/ som automotivo em todas as repartições localizadas no município de Picuí, salvo em caso de gravação de *lives*, onde será permitida tão somente a presença dos músicos/cantores e da equipe técnica responsável pela transmissão, devendo, todos, fazerem uso de máscara e manterem distância de, no mínimo, 1,5 (um e meio) metros.

Art. 9º – Será permitida a realização de obras de construção civil, públicas e privadas, das 07:00 às 17:00 h, de segunda a sexta-feira, desde que haja o fechamento de todo o entorno da obra e se adotem todas as medidas preventivas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, permanecendo restrito o acesso apenas aos trabalhadores e/ou responsáveis pela obra.

Art. 10 – Poderão ser realizadas missas, cultos e outras cerimônias religiosas com a presença dos fiéis, nos horários estabelecidos neste decreto, de segunda a sexta-feira, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

I – Haja ocupação máxima de 30% (trinta por cento) dos templos, considerando-se a quantidade de assentos disponibilizados;

II – Todas as pessoas que estiverem nos templos deverão usar máscaras, sendo permitida sua retirada apenas para aqueles que fizerem uso de microfone, enquanto o estiverem utilizando;

III – Haja controle de entrada de pessoas no templo, só sendo permitida tal entrada após a higienização das mãos com água e sabão ou álcool 70%, que deverão ser fornecidos pelas Igrejas;

IV – Haja uma distância mínima entre as pessoas de 1,5 (um e meio) metros, mantendo-se todas as janelas abertas e o ambiente arejado.

§ 1º – Enquanto não estiverem ocorrendo cerimônias religiosas, os templos poderão permanecer abertos para oração pessoal dos fieis, garantidas as mesmas exigências dos incisos *supra*.

§ 2º – As Igrejas e demais instituições religiosas somente poderão realizar missas, cultos ou cerimônias com a presença de fieis, nos finais de semana, das 05:00 às 21:00 h, com ocupação máxima de 20% (vinte por cento) dos templos, considerando-se a quantidade de assentos disponibilizados, e respeitando-se as regras estabelecidas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo.

Art. 11 – Permanecem abertos os cartórios de registro civil e de registro de imóveis localizados no município de Picuí, das 06:00 às 20:00 h, devendo tomar as medidas necessárias de prevenção à contaminação do coronavírus estabelecidas pelo Ministério da Saúde, disponibilizando ao público meios de higienização das mãos, evitando-se aglomerações e respeitando a distância mínima de 1,5 (um e meio) metros entre as pessoas que estiverem em seu interior, controlando a entrada e saída de pessoas.

Art. 12 – O horário de funcionamento das pessoas jurídicas de direito privado no município de Picuí será, de segunda a sexta-feira:

I – Das 05:00 às 21:00 h, no caso de academias;

II – Das 10:00 às 18:00 h, no caso de lojas de conveniência, bares, espetinhos e restaurantes, com venda e consumo de bebidas alcólicas, salvo os que estejam situados em pousadas e hotéis, que poderão funcionar em tempo integral para os seus respectivos hóspedes, desde que não haja venda e consumo de bebidas alcólicas;

III – Das 05:00 às 20:00 h, no caso de lanchonetes, quiosques, espetinhos e restaurantes que não exerçam a venda e o consumo de bebidas alcólicas;

IV – Das 06:00 às 20:00 h, no caso dos demais estabelecimentos comerciais/empresariais;

V – Das 05:00 às 21:00 h, no caso de Igrejas e demais instituições religiosas.

Art. 13 – Durante o final de semana, nenhum estabelecimento público ou privado poderá funcionar com atendimento ao público, com exceção dos seguintes serviços:

I – hospitais e laboratórios de análises clínicas;

II – farmácias, exclusivamente para a venda de medicamentos destinados a seres humanos;

II – distribuição e comercialização de combustíveis e derivados e distribuidores e revendedores de água e gás;

III – padarias, com atendimento ao público somente das 05:00 às 08:00 horas;

IV – agências bancárias e correspondentes bancários, apenas para realização de transações através de caixas eletrônicos;

V – cemitérios e serviços funerários;

VI – segurança privada;

VII – empresas de saneamento básico e energia elétrica;

VIII – borracharias;

IX – órgãos de imprensa e meios de comunicação;

X – hotéis e pousadas.

Art. 14 – Fica suspensa a feira livre no município de Picuí.

Art. 15 – De segunda a sexta-feira, fora dos horários de funcionamento com atendimento presencial estabelecidos por este decreto, será permitido o funcionamento dos estabelecimentos comerciais em sistema de atendimento de entrega domiciliar/*delivery* no tocante aos serviços que for cabível até às 22:00 h.

Parágrafo Único – Aos sábados e domingos, fora dos horários de funcionamento com atendimento presencial estabelecidos por este decreto, somente será permitida a realização de *delivery* no tocante à comercialização de gêneros alimentícios, até às 22:00 h, sendo proibida a comercialização de bebidas alcólicas.

Art. 16 – De segunda a sexta-feira, poderão funcionar a qualquer horário, desde que tomadas todas as medidas sanitárias cabíveis, os seguintes estabelecimentos:

I – estabelecimentos médicos, hospitalares, odontológicos, farmacêuticos, psicológicos, laboratórios de análises clínicas e as clínicas de fisioterapia e de vacinação;

II – clínicas e hospitais veterinários, bem como os estabelecimentos comerciais de fornecimento de insumos e gêneros alimentícios pertinentes à área;

III – distribuição e comercialização de combustíveis e derivados e distribuidores e revendedores de água e gás;

IV – supermercados, mercados, açougues, peixarias e padarias;

V – agências bancárias, correspondentes bancários e casas lotéricas;

VI – cemitérios e serviços funerários;

VII – atividades de manutenção, reposição e assistência e instalação de máquinas de refrigeração e climatização;

VIII – segurança privada;

IX – empresas de saneamento básico e energia elétrica;

X – borracharias e lava jatos;

XI – órgãos de imprensa e meios de comunicação;

XII – serviços de assistência técnica;

XIII – hotéis e pousadas.

§ 1º – Nos estabelecimentos em que funcionarem, concomitantemente, serviços caracterizados por este decreto como essenciais e não essenciais, o funcionamento a qualquer dia e horário se dará tão somente quanto aos serviços essenciais, sendo proibido o funcionamento, em tais estabelecimentos de serviços não essenciais fora das hipóteses dos arts. 12 e 13 deste Decreto.

§ 2º – Os estabelecimentos comerciais que também funcionarem como correspondentes bancários somente poderão funcionar, fora dos horários estabelecidos pelos arts. 12 e 13 deste Decreto, exclusivamente para atividades de tal atividade essencial, sendo proibido o funcionamento de outras atividades consideradas, neste Decreto, como não essenciais.

Art. 17 – Permanece obrigatório o uso de máscaras em todos os espaços públicos do município de Picuí, ainda que produzidas de forma artesanal.

§ 1º – Fica determinado o toque de recolher no município de Picuí, das 21:00 horas até às 05:00 horas do dia seguinte, só podendo os cidadãos ausentarem-se de suas casas em tais períodos para realização de atividades urgentes e/ou essenciais, devidamente comprovadas.

§ 2º – Das 21:00 horas até às 22:00 horas, fica permitida a circulação de pessoas para a realização de serviços *delivery*.

Art. 18 – A desobediência a este decreto acarretará na sanção de multa de 1 (um) a 5 (cinco) UFR por evento, conforme estabelece o Código de Posturas Municipal, bem como configurará crime de desobediência, nos termos do que dispõe o Código Penal Brasileiro.

Art. 19 – O descumprimento a este decreto, por qualquer pessoa física ou jurídica, acarretará a lavratura de Auto de Infração, conforme modelo anexo a este decreto, lavrado pelos fiscais de Vigilância Sanitária do município ou por suas respectivas autoridades superiores.

§ 1º – Ao ser lavrado Auto de Infração, a autoridade competente deverá reunir provas (inclusive fotográficas do momento da autuação, se possível) da situação infracional e entregar uma via do documento ao autuado/infrator, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa junto à Administração Municipal.

§ 2º – Transcorrido o prazo citado no parágrafo anterior, com ou sem defesa, será remetido o processo administrativo à Procuradoria Jurídica Municipal para emissão de parecer.

§ 3º – Emitido o parecer, os autos serão encaminhados à Vigilância Sanitária, a fim de que sejam aplicadas, ou não, as sanções nos termos da lei.

§ 4º – Aplicada a sanção de multa, deverá ser expedida certidão à Secretaria Municipal de Finanças, a fim de que seja procedida a cobrança dos valores, sem prejuízo de encaminhamento dos autos à Polícia Civil e ao Ministério Público Estadual para apuração do crime de desobediência.

§ 5º – O autuado/infrator será notificado para efetuar o pagamento de multa no prazo de 10 (dez) dias úteis, findo o qual, se não houver pagamento, a dívida será inscrita nos cadastros de devedores do município, sem prejuízo de inscrição na Dívida Ativa.

Art. 20 – A reincidência na emissão de Auto de Infração acarretará, além das sanções previstas no art. 18 deste Decreto, o fechamento do estabelecimento pelo prazo de 7 (sete) dias.

Art. 21 – Em havendo alteração da situação epidemiológica do município de Picuí quanto à pandemia da COVID-19, será publicado novo decreto regulando o encerramento ou a ampliação das medidas preventivas constantes do presente instrumento normativo.

Art. 22 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Picuí-PB, 08 de junho de 2021.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

ANEXO I

AUTO DE INFRAÇÃO Nº _____/2021

IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR

Nome: _____

CNPJ/CPF: _____ RG (Pessoa Física): _____

Endereço: _____

LOCAL E DATA DA INFRAÇÃO

Local: _____

Data: _____ Horário: _____

DADOS DA INFRAÇÃO

Tipo de Estabelecimento:

- () Academias/Áreas de Prática Desportiva () Áreas de Lazer/Casas de Show ou Eventos
() Construção Civil () Igrejas
() Cartórios () Bares/Restaurantes/Espetinhos
() Salões de Beleza/Barbearias () Estabelecimentos de serviços pessoais
() Hotéis/Pousadas () Lanchonetes/Quiosques
() Estabelecimentos de Saúde () Farmácias
() Postos de combustíveis () Supermercados/Mercados/Quitandas
() Padarias/Lojas de conveniência () Agências e correspondentes bancários
() Serviços funerários () Oficinas/ Borracharias/ Lava Jatos
() Outros. Identificar: _____

Autuação Legal:

- () Aglomeração de pessoas, tendo superado o limite máximo de 30%. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Ausência de disponibilização de meios para higienização das mãos. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Não respeito à distância mínima de 1,5 m entre as pessoas. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Pessoas sem máscaras no interior dos estabelecimentos. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Não respeito à distância mínima de 1,5 m entre os equipamentos/Acad. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Não higienização dos equipamentos de academia a cada 30 minutos. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Áreas de Lazer em funcionamento. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Realização de eventos/show/música ao vivo. Art. 8º, Dec. 703/2021.
() Realização de obras de construção civil fora das determinações legais. Art. 9º, Dec. 703/2021.
() Realização de eventos religiosos fora das determinações legais. Art. 10, Dec. 703/2021.
() Funcionamento de cartórios fora das determinações legais. Art. 11, Dec. 703/2021.
() Desobediência aos horários de funcionamento. Arts. 12, 13 e 14, Dec. 703/2021.
() Estabelecimentos que realizam atividades essenciais praticando atividades não essenciais fora dos limites estabelecidos na legislação. Art. 16, Dec. 703/2021.

() Não uso de máscaras nos espaços públicos. Art. 17, Dec. 703/2021.

() Outras infrações. Identificar: _____

Breve resumo da diligência (Anexar ao Processo Administrativo as provas obtidas):

IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA AUTUAÇÃO

Nome: _____

Matrícula: _____

Fica vossa senhoria notificado acerca do presente Auto de Infração para apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, defesa junto à Administração Municipal. A defesa poderá ser encaminhada para o e-mail: visapicuiPB@gmail.com ou protocolada na sede da Vigilância Sanitária de Picuí.

Picuí, _____ de _____ de 2021

Servidor responsável pelo Auto Autuado

Recebido em: _____/_____/2021

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador: A6EC29A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 326/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008 e considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 397/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Incorporar ao tempo de serviço da servidora **MARIA DO LIVRAMENTO DE ARAÚJO MARQUES**, matrícula nº 0000372, Auxiliar Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o quantum de 1.009 (um mil e nove) dias, referentes ao período de 01/04/1992 a 09/01/1995, nos termos do art. 40, § 9º da Constituição Federal combinado com o art. 71 da Lei Complementar Municipal nº 01, de 23 de maio de 2008.

Picuí-PB, 09 de junho 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador: 29ACFC82

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 327/2021

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008, e considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 364/2021** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Indeferir o pedido de cômputo de tempo de serviço à servidora **JUCILEIDE GOMES DE MEDEIROS**, Agente Comunitária de Saúde, matrícula nº 0000651, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Picuí-PB, 09 de junho de 2021.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS

Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:4FEE1688

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 006/2021 AVISO DE
RESULTADO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria n.º 0013/2021 de 11 de janeiro de 2021, através de seu presidente, após análise da documentação apresentada julga **CREDENCIADAS:** CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM SANTA CECILIA LTDA, inscrita no CNPJ: 08.948.697/0001-39; CEMOAN - CENTRO MÉDICO DR. OZIAS ARRUDA NETO LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 17.456.087/0002-90. **NÃO CREDENCIADA:** CITO MAMA SERVIÇOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM inscrita no CNPJ: 30.431.360/0001-09, por descumprir as alíneas “j” e “q” do item IV do edital. Mais informações e ata de julgamento dos documentos de credenciamento em todos os dias úteis, sala das CPL, na Prefeitura Municipal de Pombal, situada à Praça Mons. Valeriano Pereira, 15, 1º andar, Centro, Pombal-PB, no horário: 07h:00min às 11h:00min e 13h:00min às 17h:00min.

Pombal/PB, 09 de junho de 2021

LEONARDO FARIAS DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Thatiane de Araujo Costa
Código Identificador:5C615EB1

COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO
AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇO
CONCORRÊNCIA N.º 001/2021

OBJETO: CONCLUSÃO DA OBRA CIVIL PÚBLICA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS JAIRO VIEIRA FEITOSA, PROFESSOR NEWTON SEIXAS, CROMACIO WANDERLEY.

A comissão permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Pombal, constituída através da Portaria n.º 0013/2021 de 11 de janeiro de 2021, comunica aos interessados que fica determinado que a reunião para abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais ocorrerá no dia **11/06/2021 às 08:00hs** no local abaixo consignado. Mais informações no departamento de licitações, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Pombal situada na Praça Mons. Valeriano Pereira, 15, 1º andar, Centro, Pombal-PB, no horário das 07h:00min às 11h:00min e 13h:00min às 17h:00min ou pelo fone: (83) 3431-2204 ramal: 205.

Pombal, 09 de junho de 2021.

LEONARDO FARIAS DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Thatiane de Araujo Costa
Código Identificador:1437F1C3

GABINETE
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2021 EXTRATO DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS N.º 0138/2021

No dia 04 de junho de 2021, a Prefeitura Municipal de Pombal, situada Praça Monsenhor Valeriano Pereira, 15, 1º andar, Centro, Pombal-PB, CEP.: 58.840-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 08.948.697/0001-39, ora representado pelo Senhor Prefeito Municipal Abmael de Sousa Lacerda, portador do CPF/MF n.º 132.872.144-20, RG n.º 249.256- 2ªVIA - SSP-PB, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, alterações, subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, Decretos Municipal n.º 1.995/18 e

2071/2019 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial n.º 020/2021, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor:

Ata de Registro de Preços N.º 0138/2021
Fornecedor: BIOMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E LABORATORIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
CNPJ: 07.936.090/0001-76
Itens: 16 – 40 – 42 – 43 – 44 – 45 – 46 – 47 – 49 – 50 – 52 – 53 – 54 – 55 – 56 – 57- 58 – 59 – 60 – 62 – 63 – 64 – 65 – 68 – 69 – 70- 73 – 74 – 76 – 77 – 78 – 79 – 81 – 82 – 83 – 84 – 85 – 87 – 88 – 91 – 92.
Valor: R\$ 211.628,80 (Duzentos e Onze Mil e Seiscentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta Centavos).

Da validade de ata de registro de preço: A ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no Diário Oficial.

Dos órgãos participantes: Participará deste certame a Prefeitura Municipal.

Pombal/PB, 04 de junho de 2021.

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito/ Contratante

BIOMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E LABORATORIAL
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Proponente Vencedor

Publicado por:
Thatiane de Araujo Costa
Código Identificador:A69EA0DB

GABINETE
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO - 020/2021
EXTRATO DO CONTRATO N.º 0366/2021

Pombal/PB, 04 de junho de 2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REAGENTES E MATERIAL LABORATORIAL.

CONTRATO N.º 0366/2021
CONTRATADO: BIOMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E LABORATORIAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
CNPJ: 07.936.090/0001-76
VIGÊNCIA: 31/12/2021
VALOR: R\$ 211.628,80 (Duzentos e Onze Mil, Seiscentos e Vinte e Oito Reais e Oitenta Centavos).
DOTAÇÃO: **02.070 - Secretaria de Saúde - 10 301 1044 2041 Manutenção da Secretaria de Saúde - Recursos Ordinários - 02.150 Fundo Municipal de Saúde - 10 302 1044 2078 Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada- Recursos Próprios - 3390.39 99 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.**

ABMAEL DE SOUSA LACERDA
Prefeito

BIOMED DISTRIBUIDORA HOSPITALAR E LABORATORIAL
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA
Contratado

Publicado por:
Thatiane de Araujo Costa
Código Identificador:AFE933BE

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
AVISO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E
NOTIFICAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE
PREÇOS DE N.º 009/2021

A Prefeitura de Princesa Isabel/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público que após a inabilitação de todos os participantes da Tomada de Preços de Nº 009/2021, foi concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis para sanar as pendências em suas habilitações de acordo com o Art. 48, inciso 3º da Lei 8666/93, e a única que sanou suas pendências, que entregou seus documentos faltantes foi a Empresa TORRE CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA EM ENGENHARIA EIRELI, CNPJ de Nº 29.050.310/0001-00. Fica notificados aos interessados para às 14:h:00mn (quatorze horas), do dia 17/06/2021, para a 2ª Sessão Publicada para abertura e julgamento das propostas de preços.

Princesa Isabel/PB, 09 de Junho de 2021.

SILVINO ALBERTO FELIX ISIDIO

Presidente da CPL

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:D537BA72

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
AVISO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E
NOTIFICAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE
PREÇOS DE Nº 010/2021**

A Prefeitura de Princesa Isabel/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público que após a inabilitação de todos os participantes da Tomada de Preços de Nº 010/2021, foi concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis para sanar as pendências em suas habilitações de acordo com o Art. 48, inciso 3º da Lei 8666/93, e a única que sanou suas pendências, que entregou seus documentos faltantes foi a Empresa TORRE CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA EM ENGENHARIA EIRELI, CNPJ de Nº 29.050.310/0001-00. Fica notificados aos interessados para às 14:h:00mn (quinze horas), do dia 17/06/2021, para a 2ª Sessão Publicada para abertura e julgamento das propostas de preços.

Princesa Isabel/PB, 09 de Junho de 2021.

SILVINO ALBERTO FELIX ISIDIO

Presidente da CPL

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:D798F2A6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
AVISO DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E
NOTIFICAÇÃO DE SESSÃO PÚBLICA DA TOMADA DE
PREÇOS DE Nº 011/2021**

A Prefeitura de Princesa Isabel/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público que após a inabilitação de todos os participantes da Tomada de Preços de Nº 011/2021, foi concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis para sanar as pendências em suas habilitações de acordo com o Art. 48, inciso 3º da Lei 8666/93, e a única que sanou suas pendências, que entregou seus documentos faltantes foi a Empresa TORRE CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA EM ENGENHARIA EIRELI, CNPJ de Nº 29.050.310/0001-00. Fica notificados aos interessados para às 09:h:00mn (nove horas), do dia 18/06/2021, para a 2ª Sessão Publicada para abertura e julgamento das propostas de preços.

Princesa Isabel/PB, 09 de Junho de 2021.

SILVINO ALBERTO FELIX ISIDIO

Presidente da CPL

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:006281C2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA
DE PREÇOS DE Nº 012/2021**

A Prefeitura de Princesa Isabel/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público o resultado do julgamento da habilitação da Tomada de Preços de Nº 012/2021: **Licitantes habilitados:**Pessoa jurídica: REAL SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 37.452.665/0001-46. Obs.: O quadro de julgamento de habilitação está disponível no Portal do Município <https://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>. Fica aberto vista do processo aos interessados para conhecimento dos autos e ainda fica notificados os licitantes para às 09:h:00mn (nove horas), do dia 17/06/2021, para a 2ª Sessão Publicada para abertura e julgamento das propostas de preços.

Princesa Isabel/PB, 09 de Junho de 2021.

SILVINO ALBERTO FELIX ISIDIO

Presidente da CPL

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:F6D113A2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA
DE PREÇOS DE Nº 014/2021**

A Prefeitura de Princesa Isabel/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público o resultado do julgamento da habilitação 014/2021: **Licitantes habilitados:**Pessoa jurídica: OLIVEIRA LOCAÇÃO, SERVIÇOS E CONTRUÇÕES - CNPJ: 28.114.128/0001-03. **Licitante inabilitado:** Pessoa jurídica: AF AMARO ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - CNPJ: 29.107.599/0001-49 (**ITENS** 8.2.1., 8.2.2. 8.2.3., 8.2.4. 8.2.8. 8.2.10. 8.2.14. 8.2.15 E 8.3.1.); **Pessoa jurídica:** BERNARDINO DE CARVALHO CAMARA NETO - CNPJ: 28.676.712/0001-44 (**ITEM** 8.2.1.); **Pessoa jurídica:** CONSTRUTORA APODI EIRELI - CNPJ: 17.620.703/0001-15 (**ITENS** 8.2.2. E 8.2.14); **Pessoa jurídica:** COVALE CONSTRUÇÕES E SERVICOS EIRELI - CNPJ: 11.170.603/0001-58 (**ITEM** 8.2.3.); **Pessoa jurídica:** EOS CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME - CNPJ: 29.656.195/0001-04 (**ITENS** 8.2.1., 8.2.3., 8.2.4. E 8.3.1.); **Pessoa jurídica:** RDA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - CNPJ: 21.120.333/0001-24 (**ITENS** 8.2.2., 8.2.3., 8.2.4. 8.2.14 E 8.3.1.); **Pessoa jurídica:** REAL SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 37.452.665/0001-46 (**ITEM** 8.3.1.); **Pessoa jurídica:** SERTAO CONSTRUÇÕES SERVICOS E LOCACOES LTDA - CNPJ: 21.181.254/0001-23 (**ITEM** 8.3.1.). Obs.: O quadro de julgamento de habilitação estão no Portal do Município <https://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>. Fica aberto vista do processo aos interessados para conhecimento dos autos, sendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação e ainda fica notificados os licitantes para às 11:h:00mn (onze horas), do dia 17/06/2021, para a 2ª Sessão Publicada para abertura e julgamento das propostas de preços.

Princesa Isabel/PB, 09 de Junho de 2021.

SILVINO ALBERTO FELIX ISIDIO

Presidente da CPL

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:4A4EEC26

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA
DE PREÇOS DE Nº 015/2021**

A Prefeitura de Princesa Isabel/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público o resultado do julgamento da habilitação 015/2021: **Licitantes habilitados:**Pessoa jurídica: OLIVEIRA LOCAÇÃO, SERVIÇOS E CONTRUÇÕES - CNPJ: 28.114.128/0001-03. **Licitante inabilitado:** Pessoa jurídica: AF AMARO ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI - CNPJ: 29.107.599/0001-49 (**ITENS** 8.2.1., 8.2.3., 8.2.8. 8.2.15, 8.3.2. E 8.3.3.); **Pessoa jurídica:** BERNARDINO DE CARVALHO CAMARA NETO - CNPJ: 28.676.712/0001-44 (**ITENS** 8.2.1. E 8.3.2.); **Pessoa jurídica:** CONSTRUTORA APODI EIRELI - CNPJ:

17.620.703/0001-15 (**ITENS** 8.2.2., 8.2.14, 8.3.2 E 8.3.3.); **Pessoa jurídica:** COVALE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 11.170.603/0001-58 (**ITENS** 8.2.2. 8.2.3. 8.2.14 E 8.3.2.); **Pessoa jurídica:** EOS CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME - CNPJ: 29.656.195/0001-04 (**ITENS** 8.2.1., 8.2.3., 8.2.4., 8.3.1. 8.3.2 e 8.3.3.); **Pessoa jurídica:** RDA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI - CNPJ: 21.120.333/0001-24 (**ITENS** 8.2.2., 8.2.3., 8.2.4. 8.2.14, 8.3.1. E 8.3.2 E 8.3.3.); **Pessoa jurídica:** REAL SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 37.452.665/0001-46 (**ITENS** 8.3.1. 8.3.2. E 8.3.3.); **Pessoa jurídica:** SERTAO CONSTRUÇÕES SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - CNPJ: 21.181.254/0001-23 (**ITEM** 8.3.1.); COFEM CONSTRUÇÕES SERVIÇOS TECNOLOGIA E LOCAÇÕES EIRELI - ME - CNPJ: 17.440.286/0001-29 (**ITENS** 8.2.2., 8.2.3., 8.2.10., 8.2.10., 8.2.14., 8.3.1., 8.3.2 E 8.3.3.); AMETISTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - CNPJ: 29.828.673/0001-16 (**ITENS** 8.2.1., 8.2.3., 8.3.1. E 8.3.2.). Obs.: O quadro de julgamento de habilitação estão no Portal do Município <https://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>. Fica aberto vista do processo aos interessados para conhecimento dos autos, sendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação e ainda fica notificados os licitantes para às 11h:00mn (onze horas), do dia 18/06/2021, para a 2ª Sessão Publicada para abertura e julgamento das propostas de preços.

Princesa Isabel/PB, 09 de Junho de 2021.

SILVINO ALBERTO FELIX ISIDIO

Presidente da CPL

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:EFA6A16D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL AVISO DE RETIFICAÇÃO DO OBJETO DA TOMADA DE PREÇOS DE Nº 003/2020

A Prefeitura de Princesa Isabel/PB, através do Presidente da CPL vem tornar público a Retificação do Objeto da Tomada de Preços de Nº 003/2021, onde tem como objeto: **Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestar serviço de engenharia na construção de pavimentos em paralelepípedos e construção de passagem molhada no Sítio Cachoeira de Minas e ainda construção de pavimento em paralelepípedo do estacionamento da UAI e UAA na Várzea, município de Princesa Isabel/PB, conforme planilhas de custo, e com a Retificação o objeto passar a ser: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestar serviço de engenharia na construção de pavimentos em paralelepípedos e construção de passagem molhada no Sítio Tamboril e ainda construção de pavimento em paralelepípedo do estacionamento da UAI e UAA na Várzea, município de Princesa Isabel/PB, conforme planilhas de custo.** Obs.: A nova planilha e a justificativa do Setor de Engenharia estão no Portal do Município <https://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes>. Fica aberto vista do processo aos interessados para conhecimento dos autos.

Princesa Isabel/PB, 09 de Junho de 2021.

SILVINO ALBERTO FELIX ISIDIO

Presidente da CPL

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:4820ACBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019 EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2021

A Prefeitura de Princesa Isabel, Estado da Paraíba, **RETIFICA** o Edital de Convocação 003/2021, o qual CONVOCA os candidatos, discriminados no ANEXO I, aprovados no Concurso Público Edital 01/2019, homologado no dia 07 de novembro de 2019 e publicado no Jornal Oficial do Município no dia 07 de novembro de 2019, para substituir o referido ANEXO I, convocando os aprovados e classificados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde e aptos no

curso eliminatório de formação e AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO EM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, ministrado pela empresa Conexão Saúde – MB Cursos e Treinamentos LTDA – Tecnologia e Informações para os Serviços de Saúde.

Substituindo o item, passando-se a ler:

6. Os candidatos que estão posicionados na lista de convocação de 04 a 05, irão ser submetidos aos critérios de desempate, conforme termos estabelecidos no Edital do Concurso Público 01/2019, capítulo IV, item 3. Levando em consideração que o número de vagas ofertadas no presente Edital para o Cargo Agente Comunitário de Saúde ser de 04 (quatro) vagas para ampla concorrência.

Substituindo também o ANEXO I do Edital de Convocação nº 003/2021, aprovados e classificados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, pelas convocações e anexos a seguir:

ANEXO I

LISTA DE CONVOCADOS

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

INSC	NOME DO CANDIDATO	ORDEM CLASS.	SITUAÇÃO
01063	JOSÉ APARECIDO DINIZ BARBOSA	1	Classificado
06792	RAFAEL PATRIOTA ALVES	2	Classificado
00080	DAIZA DE LIRA DINIZ	3	Classificado
07095	MAYARA DE MOURA SOUZA FERREIRA	4	Classificado
03215	LAURA BEATRIZ DE ALMEIDA CARNEIRO	5	Classificado

Para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, faz baixar o presente EDITAL que será publicado no Diário Oficial do Município e afixado no quadro de publicações da Prefeitura e Câmara Municipal de Princesa Isabel, e nos endereços eletrônicos www.princesa.pb.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/famup.

Princesa Isabel-PB, 09 de junho de 2021.

RICARDO PEREIRA O NASCIMENTO

Prefeito

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:CF0C78D6

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00006/2021

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de locação de caminhões, veículos de passeio e utilitários para manutenção das atividades e serviços públicos no Município de Santa Cecília – PB. **Constitui este 1º termo aditivo a prorrogação de prazo do contrato nº 00006/2021, conforme estipulado no artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.** Justificativa: CONSIDERANDO a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais à administração. CONSIDERANDO que o objeto contratado é imprescindível ao bom funcionamento do Órgão Público.

Santa Cecília - PB, 02 de junho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Ernando Souza de Sales

Código Identificador:686F4B46

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00007/2021

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de locação de caminhões, veículos de passeio e utilitários para manutenção das atividades e serviços públicos no Município de Santa Cecília – PB.

Constitui este 1º termo aditivo a prorrogação de prazo do contrato nº 00007/2021, conforme estipulado no artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93. Justificativa: CONSIDERANDO a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais à administração. CONSIDERANDO que o objeto contratado é imprescindível ao bom funcionamento do Órgão Público.

Santa Cecília - PB, 02 de junho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:68EA30BE

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - 1º
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00008/2021**

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de locação de caminhões, veículos de passeio e utilitários para manutenção das atividades e serviços públicos no Município de Santa Cecília – PB. **Constitui este 1º termo aditivo a prorrogação de prazo do contrato nº 00008/2021, conforme estipulado no artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.** Justificativa: CONSIDERANDO a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais à administração. CONSIDERANDO que o objeto contratado é imprescindível ao bom funcionamento do Órgão Público.

Santa Cecília - PB, 02 de junho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:D62CF6CA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - 1º
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00009/2021**

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de locação de caminhões, veículos de passeio e utilitários para manutenção das atividades e serviços públicos no Município de Santa Cecília – PB. **Constitui este 1º termo aditivo a prorrogação de prazo do contrato nº 00009/2021, conforme estipulado no artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.** Justificativa: CONSIDERANDO a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais à administração. CONSIDERANDO que o objeto contratado é imprescindível ao bom funcionamento do Órgão Público.

Santa Cecília - PB, 02 de junho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:8BA48950

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - 1º
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00010/2021**

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de locação de caminhões, veículos de passeio e utilitários para manutenção das atividades e serviços públicos no Município de Santa Cecília – PB. **Constitui este 1º termo aditivo a prorrogação de prazo do contrato nº 00011/2021, conforme estipulado no artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.** Justificativa: CONSIDERANDO a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais à administração. CONSIDERANDO que o objeto contratado é imprescindível ao bom funcionamento do Órgão Público.

Santa Cecília - PB, 02 de junho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:4C546460

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - 1º
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00011/2021**

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de locação de caminhões, veículos de passeio e utilitários para manutenção das atividades e serviços públicos no Município de Santa Cecília – PB. **Constitui este 1º termo aditivo a prorrogação de prazo do contrato nº 00011/2021, conforme estipulado no artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.** Justificativa: CONSIDERANDO a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais à administração. CONSIDERANDO que o objeto contratado é imprescindível ao bom funcionamento do Órgão Público.

Santa Cecília - PB, 02 de junho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:503D128B

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - 1º
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 00012/2021**

OBJETO: Contratação para prestação de serviços de locação de caminhões, veículos de passeio e utilitários para manutenção das atividades e serviços públicos no Município de Santa Cecília – PB. **Constitui este 1º termo aditivo a prorrogação de prazo do contrato nº 00012/2021, conforme estipulado no artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.** Justificativa: CONSIDERANDO a continuidade da prestação dos serviços que são essenciais à administração. CONSIDERANDO que o objeto contratado é imprescindível ao bom funcionamento do Órgão Público.

Santa Cecília - PB, 02 de junho de 2021

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Ernando Souza de Sales
Código Identificador:702788D2

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO**

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021

O pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública do Pregão Presencial Nº 028/2021, como objeto: Locação de veículo para atender as necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do município de São Francisco, que seria realizado no dia **11 de Junho de 2021 às 11:00 horas**, será adiado para o próximo dia útil, **14 de Junho de 2021** no mesmo horário, em virtude do dia 11 ser um Feriado Oficial do Município. Para quaisquer dúvida a Comissão Permanente de Licitação deixa disponível a público o email cpl@saofrancisco.pb.gov.br e o telefone (83)3545-1003.

São Francisco, 09 de Junho de 2021.

FRANCISCO NASCIMENTO DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Francisco Lopes de Lima
Código Identificador:9E89A414

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO TIGRE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

Portaria PMSJT/GCPE N.º. 150/2021.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TIGRE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, item VI, da Lei Complementar n.º. 26, de 04 de dezembro de 1981 e art. 7º, item VI, da Lei n.º. 4.601, de 26 de dezembro de 1984, de acordo com os termos da Lei Municipal n.º. 388/2016, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São João do Tigre, define a sua composição e atribuições, com o propósito de implementar as recomendações da Resolução N.º. 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, considerando também o resultado do Processo Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de São João do Tigre, com vistas ao biênio 2021/2022, conforme orienta a Resolução n.º.01, **de 03 de fevereiro de 2021**, Edital de Convocação n.º 01/2021, como resultado das eleições ocorridas no dia 07/04/2021.

R E S O L V E

I – Designar os representantes titulares e suplentes, abaixo relacionados, para composição do **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO TIGRE (CMS/SJT)**, órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), integrante da estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Tigre (SMS/SJT), com vistas ao biênio 2021/2022, de acordo com as indicações dos órgãos, entidades e movimentos sociais representativos e Atas de eleições das Plenárias dos Segmentos respectivos, das três esferas de Governos, dos Prestadores de Serviços de Saúde, dos Trabalhadores de Saúde dos Usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A – Representantes de Governos:

1 - Secretaria Municipal de Saúde de São João do Tigre (SMS/SJT)

TITULAR: Elisandro de Andrade Silva
SUPLENTE: Natália de Freitas Cordeiro Ibiapino

TITULAR: Sandra Maria de Freitas Mendes
SUPLENTE: José Anderson Amaro da Silva

TITULAR: Cyro Victor de Oliveira Medeiros
SUPLENTE: Roberto Jardel Costa

B - Representantes dos Usuários de Saúde

2 – Entidades Representativas das Associações dos Pequenos Produtores do Sítio Ingá:

TITULAR: Nailza Helenúbia de Freitas
SUPLENTE: Luciana de Fátima Barros Farias

3 – Entidades Representativas da Igreja Assembléia de Deus:

TITULAR: Robson Ferreira Jessé da Silva
SUPLENTE: Félix Mateus de Souza

4 – Entidades Representativas da Associação dos Criadores de Caprino/Ovinos/Bovinos de São João do Tigre:

TITULAR: Maria Gracileide de Sousa Medeiros
SUPLENTE: Sebastião Freire Vasconcelos

C - Representantes dos Trabalhadores de Saúde

2 – Entidades Representativas dos Trabalhadores de Saúde do SUS:

TITULAR: Patrícia de Paula Coelho de Araújo
SUPLENTE: Edna Eloísa Souza Rodrigues

TITULAR: Lígia Maria da Silva
SUPLENTE: Paula Graciete de Brito Barbosa

TITULAR: Raniere de Freitas Tutu
SUPLENTE: Siete Aparecida Bezerra da Silva

A eleição da Mesa Diretora, realizada em atendimento à convocação da Reunião Ordinária do CMS/SJT, ocorreu logo após a Eleição dos Conselheiros, com apresentação de chapa única. Na ocasião foram eleitos:

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRIMEIRA SECRETÁRIA:

SEGUNDA SECRETÁRIA:

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Junho de 2021.

MÁRCIO ALEXANDRE LEITE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Wanderley Correia Gonçalves

Código Identificador:61060885

SECRETARIA DE SAÚDE
DECRETO DO CHEFE DO EXECUTIVO N.º. 019/2021, DE 9 DE JUNHO DE 2021.

Decreto do Chefe do Executivo n.º. 019/2021, de 9 de junho de 2021.

Dispõe sobre a prorrogação das medidas de prevenção a Pandemia do Covid-19 em razão do aumento de casos no mês de maio e início de junho de 2021 e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de São João do Tigre, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e demais disposições aplicáveis e,

Considerando que o Município de São João do Tigre vem editando seguidos atos normativos que estabeleceram medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da infecção humana pelo novo Covid-19;

Considerando que desde o ano de 2020 o Município encontra-se formalmente sob emergência, com adoção de um grande número de medidas para enfrentamento da pandemia decorrente do Covid-19;

Considerando que em 2020 e já em 2021 se decretou estado de calamidade pública para enfrentamento da pandemia decorrente do Covid-19;

Considerando o disposto na Lei Federal n.º. 13.979/2020, de 6 de fevereiro de 2020, e suas alterações, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19;

Considerando a recente avaliação do cenário epidemiológico do Estado da Paraíba em relação à infecção pelo Covid-19;

Considerando o registro pela Secretaria Municipal de Saúde do aumento de casos de pessoas contaminadas pelo Coronavírus em relação aos números da primeira semana do mês de maio de 2021;

Considerando que o recente aumento de casos no Município tem sua incidência predominante na região do Distrito de Cacimbinha;

Considerando as disposições do Decreto Municipal n.º. 016/2021, de 20 de maio de 2021;

Considerado ser a vida do cidadão o maior bem, além de ser o direito fundamental da mais alta expressão constitucional, sendo obrigação do Poder Público, em situações excepcionais, agir com seu poder de polícia para a proteção desse importante direito, adotando todas as

ações necessárias, por mais que, para tanto, restrições a outros direitos se imponham,

Faz saber que Decreta:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o estabelecimento de medidas de restrição visando o distanciamento social como forma de prevenir o contágio e promover o combate à propagação do Covid-19, a serem observadas no período compreendido entre os dias 10 a 30 de junho de 2021, excepcionalmente, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade.

Art. 2º Fica determinada a restrição de locomoção noturna, vedados a qualquer indivíduo a permanência e o trânsito em vias, equipamentos, locais e praças públicas, das 21h:00min às 05h:00min, no período previsto no artigo anterior.

§ 1º Ficam excetuadas da vedação prevista no *caput* deste artigo as hipóteses de deslocamento para ida e volta a serviços de saúde ou farmácia, para compra de medicamentos, ou situações em que fique comprovada a urgência, ficando o responsável pelas informações sujeito às penalidades legais caso não se comprove a veracidade da justificativa apresentada.

§ 2º A restrição prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos servidores, funcionários e colaboradores, no desempenho de suas funções, que atuam nas unidades públicas de saúde, segurança e demais atividades essenciais.

Art. 3º Fica determinado, no período previsto no artigo 1º deste Decreto, o fechamento dos seguintes estabelecimentos nos horários a seguir determinados:

de segunda a sexta-feira:

restaurantes, bares e assemelhados às 16h:00min; e supermercados, mercadinhos, mercearias, lanchonetes e lojas às 21h:00min, sendo vedada a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nesses locais após às 16h;

aos sábados:

restaurantes, bares e assemelhados às 14h:00min; e supermercados, mercadinhos, mercearias, lanchonetes e lojas às 17h:00min, sendo vedada a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nesses locais após às 14h:00min;

aos domingos:

restaurantes, bares e assemelhados às 12h:00min; e supermercados, mercadinhos, mercearias, lanchonetes e lojas às 12h:00min;

Parágrafo Único. De segunda a sexta-feira, fica autorizado o funcionamento dos serviços de delivery ou para retirada pelos próprios clientes, em restaurantes, bares e assemelhados até, no máximo, às 20h00min, vedado aos sábados e domingos.

Art. 4º É proibido no Município a realização de eventos sociais ou corporativos em casas de festas, bares, restaurantes, ambientes públicos fechados ou abertos, espaço de dança, praças etc., enquanto estiver em vigor o presente Decreto, tais como:

congressos, seminários, encontros científicos;

festas, paredões de som, shows;

casamentos ou assemelhados.

Parágrafo único - Nos estabelecimentos autorizados a funcionar, fica também proibida a prática de dança, em todas as suas vertentes e categorias diante de suas características de contato corporal e de aproximação entre os indivíduos.

Art. 5º Na área do Distrito de Cacimbinha, Comunidade Quilombola e Adjacências, no período estabelecido no artigo 1º deste Decreto, fica suspenso o funcionamento de:

restaurantes, lanchonetes e similares;

bares e assemelhados; e,

academias de musculação.

§ 1º Nos mercadinhos e mercearias autorizados a funcionar na forma prevista no artigo 3º deste Decreto, fica proibida a venda e o consumo de bebidas alcoólicas.

§ 2º Os demais estabelecimentos deverão funcionar conforme as regras previstas neste Decreto.

Art. 6º É obrigatória a aferição de temperatura na entrada dos estabelecimentos autorizados a funcionar, nos termos deste Decreto,

bem como a colocação de *dispensers* de álcool 70% em locais estratégicos, para que os frequentadores possam realizar a higienização constante.

Art. 7º O funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados devem observar o limite de 50% da capacidade do local, com quantidade máxima de 4 (quatro) pessoas por mesa, mantendo-se entre as mesas distanciamento de, no mínimo, 1,5m (um metro e meio), limitado a 12 (doze) consumidores por vez em cada estabelecimento, sendo obrigatória a colocação de álcool em gel em cada uma delas, devendo esses estabelecimentos, sempre que possível, prestigiar as áreas livres e abertas.

Parágrafo Único. Ficam proibidas transmissões audiovisual de jogos e competições desportivas em aparelho de televisão e similares, além de apresentações artísticas nos bares, restaurantes e similares.

Art. 8º Fica proibida:

a aglomeração nas calçadas situadas em praças do Município;

a prática de atividades físicas nas praças, calçadas e academias públicas.

Art. 9º As academias de ginástica deverão funcionar com a limitação de 04 (quatro) pessoas por vez, sendo vedada, nestes espaços, as atividades coletivas.

Art. 10. É obrigatório, em todo território do Município, o uso de máscara, mesmo que artesanal, pelas pessoas estejam em circulação nas vias públicas.

§ 1º O uso de máscara previsto no *caput* é compulsório nos espaços de acesso aberto ao público, incluídos os bens de uso comum da população, vias públicas, no interior dos órgãos públicos, nos estabelecimentos privados que estejam autorizados a funcionar de forma presencial.

§ 2º Os órgãos públicos, os estabelecimentos privados e os condutores e operadores de veículos ficam obrigados a exigir o uso de máscaras pelos seus servidores, empregados, colaboradores, consumidores, usuários e passageiros.

§ 3º A disposição constante no *caput* deste artigo não se aplica às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, deficiências sensoriais ou outras deficiências que as impeçam de usar uma máscara facial adequadamente, conforme declaração médica.

Art. 11. A inobservância do disposto neste Decreto sujeita o infrator às penas previstas no artigo 10 da Lei Federal n.º. 6.437/1977, de 20 de agosto de 1977, além das sanções previstas na legislação municipal.

§ 1º Todos os órgãos municipais responsáveis pela fiscalização poderão autuar e aplicar as penalidades tratadas nesse artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não afasta a responsabilização civil e a criminal, nos termos do artigo 268 do Código Penal, que prevê como crime contra a saúde pública o ato de infringir determinação do Poder Público destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa.

§ 3º A reincidência no descumprimento das regras previstas neste Decreto acarretará a cassação do alvará do estabelecimento infrator.

Art. 12. Classifica-se como infração disciplinar o fato de servidor público do Município se envolver em ocorrências que caracterize violação as normas estabelecidas neste Decreto, sujeitando-o às sanções legais por meio de processo administrativo disciplinar, aumentada no caso de servidor público com lotação perante órgão do Serviço Público Municipal de Saúde.

Art. 13. Qualquer cidadão poderá noticiar fatos e pessoas em comportamento de violação as regras estabelecidas neste Decreto, utilizando-se do WhatsApp de número (83) 99961-0360, quando lhe será assegurado o anonimato.

Art. 14. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 15. Este Decreto terá vigência temporária para o período compreendido no período estabelecido no artigo 1º, com sua

publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado da Paraíba.

Gabinete do Prefeito, São João do Tigre, Paraíba, 9 de junho de 2021.

MÁRCIO ALEXANDRE LEITE

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Elisandro de Andrade Silva

Código Identificador:BA1CDB1C

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO
CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2021

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2021

PROCESSO LICITATÓRIO nº 078/ 2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, art. 25, caput

A Comissão Permanente de Licitação do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB** vem a público comunicar que, a partir do dia **10 de junho de 2021**, no site: **www.saojosedobrejodocruz.pb.gov.br**, será disponibilizado o Edital para o **Credenciamento de profissionais e de microempreendedores individuais para execução gradativa de diárias de pedreiro e auxiliar de pedreiro**. O envelope contendo a **DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO** será recebido a partir do dia **10 de junho de 2021, das 07:00 às 13:00 horas** (de segunda a sexta-feira, em dias úteis), na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – situada na Av Fundador Saraiva Leão, 192, Centro – CEP: 58.893-000, ficando o presente credenciamento aberto até o dia **10 de junho de 2022** para os possíveis interessados. Maiores informações serão fornecidas pelo e-mail: **licitacao@saojosedobrejodocruz.pb.gov.br**.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 09 de junho de 2021.

GENILDA SARAIVA DE ANDRADE

Presidente

Publicado por:

Genilda Saraiva de Andrade

Código Identificador:745852BC

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO
UMBUZEIRO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA PMSSU/GCPE N.º. 174/2021

PORTARIA PMSSU/GCPE n.º. 174/2021.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 59, inciso V, bem como Art. 67, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR a Srª. **DANIELLA ARAUJO DE SOUZA**, com matrícula nº 679, inscrita no CPF (MF) 101.524.324-00 e Doc. Identidade nº. 8812870 SDS/PE, para exercer sua função de PROFESSOR TIPO A, do município de São Sebastião do Umbuzeiro-PB, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Proceda-se com as comunicações de estilo. Registre-se. Arquive-se. Cumpra-se.

São Sebastião do Umbuzeiro (PB), em 09 de junho do 2021.

ADRIANO JERÔNIMO WOLFF

Prefeito Constitucional

Publicado por:

João Paulo Pereira da Silva

Código Identificador:27CC1AF1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA PMSSU/GCPE N.º. 175/2021.

PORTARIA PMSSU/GCPE n.º. 175/2021.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 59, inciso V, bem como Art. 67, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR o Srº. **JOSE JADIEL MONTEIRO DE ALMEIDA**, com matrícula nº 680, inscrito no CPF (MF) 060.595.244-27 e Doc. Identidade nº. 7096879 SDS/PE, para exercer sua função de PROFESSOR TIPO A, do município de São Sebastião do Umbuzeiro-PB, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Proceda-se com as comunicações de estilo. Registre-se. Arquive-se. Cumpra-se.

São Sebastião do Umbuzeiro (PB), em 09 de junho do 2021.

ADRIANO JERÔNIMO WOLFF

Prefeito Constitucional

Publicado por:

João Paulo Pereira da Silva

Código Identificador:94D58A7D

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ

CPL
EXTRATO DE CONTRATOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAPÉ

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: Locação de veículos diversos para atender a necessidade do Fundo Municipal de Saúde. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00003/2021. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Sapé:50.100-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 50100.10.301.3007.2094 – MANUTENÇÃO ASPS: BLC CUSTEIO – ATENÇÃO BASICA 50100.10.301.3007.2096 – MANUTENÇÃO ASPS: BLC CUSTEIO – OUTROS PROGRAMAS/R 50100.10.301.3007.2099 – MANTER ATIVIDADES DE AÇÕES BÁSICAS E SERVIÇOS DE S 50100.10.302.3007.2100 – MANTER ATIVIDADES DO SERVIÇOS DE ATENÇÃO DOMICILIA 3.3.90.36.00.00 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA FISICA 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERV.DE TERC.PESSOA JURIDICA. **PARTES CONTRATANTES:** Fundo Municipal de Saúde de Sapé e: CT Nº 00034/2021 - 31.05.21 até 31.05.22 - ELISETTE CUNHA DE OLIVEIRA - ME - R\$ 47.880,00; CT Nº 00035/2021 - 26.05.21 até 26.05.22 - JOSE JOBSON SILVA DE PAIVA 07033071426 - R\$ 26.400,00.

Publicado por:

Elaine Cunha da Silva

Código Identificador:06D8E5F5

CPL
RATIFICAÇÃO - ADESAO A REGISTRO DE PREÇOS Nº
AD00002/2021

RATIFICAÇÃO - ADESÃO A REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00002/2021

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão a Registro de Preços nº AD00002/2021, que objetiva: Aquisição de kits cestas básicas, destinados a distribuição gratuita aos estudantes da rede municipal de ensino; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: JOSE PHILLYPE DOS SANTOS BRITO - R\$ 587.000,00.

Sapé - PB, 01 de Junho de 2021

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:4C014B2B

CPL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de kits cestas básicas, destinados a distribuição gratuita aos estudantes da rede municipal de ensino. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão a Registro de Preços nº AD00002/2021 - Ata de Registro de Preços nº 049/2021, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2021, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Sapé: 20.600-SEC.EDUCACAO,CULTURA,ESPORTE E TURISMO-SEDCET 20600.12.306.3004.2020 - MANter ATIVIDADES DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR 20600.12.361.3004.2021 - MANter ATIVIDADES DE AÇÕES EDUCATIVAS - RECURSOS F 20600.12.361.3004.2023 - MANter ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO BASICA - CONVENIO 20600.12.361.3004.2025 - 3 MANter ATIVIDADE DA EDUCAÇÃO BASICA - FUNDEB 40% 20600.12.361.3004.2028 - MANter ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BASICA - MDE 20600.12.365.3004.2033 - MANter ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHE - 20600.12.365.3004.2034 - MANter ATIVIDADES DE APOIO A CRECHES - FNDE 20600.12.366.3004.2035 - MANter ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 20600.12.366.3004.2037 - MANter ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 3.3.50.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2021.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Sapé e: CT Nº 00041/2021 - 01.06.21 - JOSE PHILLYPE DOS SANTOS BRITO - R\$ 587.000,00.

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:F1F6717F

GABINETE DO PREFEITO
RESENHA Nº 035/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB, usando das atribuições, que lhe são conferidas e tendo em vista as servidoras abaixo relacionadas, **DEFERIU** o seguinte pedido de Licença para Tratamento de Saúde.

Matrícula	Nome	Função	Secretaria	Período
2122537	Kamila Paschoal M. Nascimento	Dermatologista	Saúde	08/06/2021 17/06/2021
2123750	Maria da Guia Guedes da Silva	Professor P1	Educação	13/05/2021 11/08/2021

Sapé, 09 de junho de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:61407CD5

GABINETE DO PREFEITO
RESENHA Nº 036/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB, usando das atribuições, que lhe são conferidas e tendo em vista a servidora abaixo relacionada, **DEFERIU** o seguinte pedido de Licença à Gestante.

Matrícula	Nome	Função	Secretaria	Período
2123350	Hadassa Nyedja Elias Duarte	Assistente Social	Secretaria de Saúde	01/05/2021 27/10/2021

Sapé, 09 de junho de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:D417E296

GABINETE DO PREFEITO
RESENHA Nº 037/2021

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB, usando das atribuições, que lhe são conferidas e tendo em vista a servidora abaixo relacionada, **DEFERIU** o seguinte pedido de Renovação de Licença sem Vencimento.

Matrícula	Nome	Função	Secretaria	Período
945	Maria Rizonilda Izidro	Merendeira	Secretaria de Educação	25/05/2021 25/05/2024

Sapé, 09 de junho de 2021.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:5BAF69CB

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021**EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO**

Em cumprimento ao disposto no art. 109, I, alínea b, da Lei nº 8.666/93, torna-se público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe:

As empresas **CANAPU COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ: 08.449.096/0001-81, com sede Rua Anísio Salatiel, S/N, Galpão 03, Bairro Roger, João Pessoa - PB, CEP: 58.020-000, representada pelo Sr. CARLOS WILSON GUEDES CHAVES, portador do CPF: 953.895.634-68 e RG: 1.764.506 SSP/PB, residente e domiciliado na Cidade de João Pessoa - PB, venceu todos os itens licitados, perfazendo valor global de **R\$ 90.600,00 (Noventa Mil e Seiscentos Reais)**.

Tavares - PB, 09 de junho de 2021.

JOÃO LOPES DE SOUSA NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:25F49641

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O **PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TAVARES**, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe as Leis de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e a Lei nº 10.520/2002 resolve **ADJUDICAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021**, objetivando a Aquisição de Material Elétrico destinado a manutenção da iluminação pública do Município de Tavares, em favor da empresa: **CANAPU COMÉRCIO DE DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ: 08.449.096/0001-81, com sede Rua Anísio Salatiel, S/N, Galpão 03, Bairro Roger, João Pessoa - PB, CEP: 58.020-000, representada pelo Sr. CARLOS WILSON GUEDES CHAVES, portador do CPF: 953.895.634-68 e RG: 1.764.506 SSP/PB, residente e domiciliado na Cidade de João Pessoa - PB, venceu todos os itens licitados, perfazendo valor global de **R\$ 90.600,00 (Noventa Mil e Seiscentos Reais)**, conforme análise da proposta apresentada.

Tavares - PB, 09 de junho de 2021.

JOÃO LOPES DE SOUSA NETO

Pregoeiro

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:47A44BA8

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RESULTADO DE JULGAMENTO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO

OBJETO: Aquisição de Gás de Cozinha para o desenvolvimento das ações e programas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Tavares - PB

Em cumprimento ao disposto no art. 109, I, alínea b, da Lei nº 8.666/93, torna - se público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe:

As empresas **ALAEELSON HENRIQUES DA SILVA EPP**, CNPJ: **07.601.872/0001-54**, com sede na Rua Presidente Dutra, S/N, Bairro Centro, Princesa Isabel - PB, CEP: 58.755-000, portador do CPF: 024.307.874-90 e RG: 2218728 SSP/PB, residente e domiciliado na Cidade de Princesa Isabel - PB, venceu todos os itens licitados, perfazendo valor global de **R\$ 268.000,00 (Duzentos e Sessenta e Oito Mil Reais)**.

Tavares - PB, 08 de junho de 2021.

JOÃO LOPES DE SOUSA NETO

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:EE34CAC2

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O **PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE TAVARES**, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe as Leis de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e a Lei nº 10.520/2002 resolve **ADJUDICAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2021**, objetivando a Aquisição de Gás de Cozinha para o desenvolvimento das ações e programas das Secretarias Municipais da Prefeitura de Tavares - PB, em favor da empresa: **ALAEELSON HENRIQUES DA SILVA EPP**, CNPJ: **07.601.872/0001-54**, com sede na Rua Presidente Dutra, S/N, Bairro Centro, Princesa Isabel -

PB, CEP: 58.755-000, portador do CPF: 024.307.874-90 e RG: 2218728 SSP/PB, residente e domiciliado na Cidade de Princesa Isabel - PB, venceu todos os itens licitados, perfazendo valor global de **R\$ 268.000,00 (Duzentos e Sessenta e Oito Mil Reais)**, conforme análise da proposta apresentada.

Tavares - PB, 09 de junho de 2021.

JOÃO LOPES DE SOUSA NETO

Pregoeiro

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:A3D6CF37

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Tavares Prefeitura Municipal de Tavares
Pregão Eletrônico - 018/2021

Resultado da Homologação

Item: 0001

Descrição: GLICOSE ENZIMÁTICA - 1/500ml

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Kit

Valor Referência 60,00

Valor Final: 58,99

Valor Total: 1.474,75

Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA

Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME

Modelo: BIOCLIN

Item: 0002

Descrição: COLESTEROL ENZIMÁTICO - 2/100 ml

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Kit

Valor Referência 88,90

Valor Final: 75,00

Valor Total: 1.875,00

Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA

Modelo: KATAL

Item: 0003

Descrição: TRIGLICÉRIDEOS ENZIMÁTICO- 2/100 ml

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Kit

Valor Referência 207,50

Valor Final: 188,00

Valor Total: 4.700,00

Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA

Modelo: KATAL

Item: 0004

Descrição: URÉIA CE ENZIMÁTICA - 500 TESTES

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Kit

Valor Referência 117,10

Valor Final: 88,00

Valor Total: 2.200,00

Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA

Modelo: KATAL

Item: 0005

Descrição: CREATININA ENZIMÁTICA - 300 TESTES 35 -100
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 52,99
Valor Final: 45,00
Valor Total: 1.125,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0006
Descrição: AST/TGO – 4/30 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 123,67
Valor Final: 72,00
Valor Total: 1.800,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0007
Descrição: ALT/TGP – 4/30 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 123,67
Valor Final: 70,00
Valor Total: 1.750,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0008
Descrição: URIQUEST. PLUS – 150 TIRAS
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 145,75
Valor Final: 49,99
Valor Total: 1.249,75
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: WAMA

Item: 0009
Descrição: COLESTEROL HDL – 200 TESTES
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 40,00
Valor Final: 26,00
Valor Total: 650,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: BIOCLIN

Item: 0010
Descrição: ÁCIDO ÚRICO – 4/30 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Lata
Valor Referência 62,30
Valor Final: 90,00
Valor Total: 2.250,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0011
Descrição: FOSFATASE ALCALINA LIQUIF. – 4/30 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 106,50
Valor Final: 72,00
Valor Total: 1.800,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0012
Descrição: GAMA GT – 2/30 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 84,45
Valor Final: 80,00
Valor Total: 2.000,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0013
Descrição: BETATEST. PLUS - 25 TIRAS
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 44,30
Valor Final: 26,90
Valor Total: 672,50
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
Modelo: KIT

Item: 0014
Descrição: PT HEMOSTASIS – 5/2 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 122,30
Valor Final: 79,90
Valor Total: 1.997,50
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
Modelo: KIT

Item: 0015
Descrição: TTPA HEMOST
Quantidade: 15
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 148,40
Valor Final: 42,90
Valor Total: 643,50
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
Modelo: KIT

Item: 0016
Descrição: GLISTAB 020 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência 12,00
 Valor Final: 6,30
 Valor Total: 157,50
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
 Modelo: BIOCLIN

Item: 0017
 Descrição: HEMSTAB 020 ML
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 14,00
 Valor Final: 6,30
 Valor Total: 157,50
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
 Modelo: BIOCLIN

Item: 0018
 Descrição: LIQUÍDO DE TURKE - 500 ML
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 27,10
 Valor Final: 25,00
 Valor Total: 625,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: NEWPROV

Item: 0019
 Descrição: SORO ANTI-A - 10 ML
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 33,00
 Valor Final: 18,00
 Valor Total: 450,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: EBRAM

Item: 0020
 Descrição: SORO ANTI-B - 10 ML
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 33,00
 Valor Final: 19,00
 Valor Total: 475,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: EBRAM

Item: 0021
 Descrição: SORO ANTI-D – 10 ML
 Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 70,00
 Valor Final: 33,00
 Valor Total: 825,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: EBRAM

Item: 0022
 Descrição: TROPONINA TESTE

Quantidade: 10
 Unidade de Fornecimento: Caixa
 Valor Referência 110,00
 Valor Final: 100,00
 Valor Total: 1.000,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda
 Modelo: medteste troponina
 Item: 0023
 Descrição: VDRL CAT. 119-250
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 40,00
 Valor Final: 39,00
 Valor Total: 975,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
 Modelo: KIT

Item: 0024
 Descrição: SEROLATEX AEO CAT. 67K- 60 – 60 TESTES
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 76,35
 Valor Final: 31,00
 Valor Total: 775,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: WAMA

Item: 0025
 Descrição: REUMALATEX 114 K-60 – 60 TESTES
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Frasco
 Valor Referência 54,20
 Valor Final: 22,00
 Valor Total: 550,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: WAMA

Item: 0026
 Descrição: PCR LATEX P/ 50 TESTES
 Quantidade: 25
 Unidade de Fornecimento: Caixa
 Valor Referência 59,00
 Valor Final: 24,00
 Valor Total: 600,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: WAMA

Item: 0027
 Descrição: TUBO PP 12X75 MM 5 ML 1000UN
 Quantidade: 20
 Unidade de Fornecimento: Pacote
 Valor Referência 100,20
 Valor Final: 110,00
 Valor Total: 2.200,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
 Modelo: CRAL

Item: 0028
Descrição: PSA TESTE RAPIDO – 20 TESTES
Quantidade: 40
Unidade de Fornecimento: Kit

Valor Referência 160,00
Valor Final: 94,31
Valor Total: 3.772,40
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
Modelo: KIT

Item: 0030
Descrição: TUBO VACUETTE TAMPA ROXA 2 ML EDTA
Quantidade: 20
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 63,50
Valor Final: 70,00
Valor Total: 1.400,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: VACUPLAST

Item: 0031
Descrição: CK – MB LIQUIFORM
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 509,10
Valor Final: 370,00
Valor Total: 3.700,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0032
Descrição: CK – NAC LIQUIFORM
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Kit
Valor Referência 199,60
Valor Final: 160,00
Valor Total: 1.600,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KATAL

Item: 0034
Descrição: LĂMINULA P/ MICROSC. 24 x 32 mm C/100 UNDS
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 7,90
Valor Final: 7,05
Valor Total: 176,25
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: LABOR IMPORT

Item: 0035
Descrição: PONTEIRAS AMARELA PACOTE COM 1000 UND
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Pacote
Valor Referência 12,00
Valor Final: 14,50
Valor Total: 362,50
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KASVI

Item: 0036
Descrição: PIPETADOR VOL. FIXO 20 M
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Pacote
Valor Referência 93,20
Valor Final: 93,20
Valor Total: 932,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KACIL

Item: 0037
Descrição: PIPETADOR AUTOMAT. AJUST.100 - 1000 UL
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 167,90

Valor Final: 350,00
Valor Total: 3.500,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: OLEN

Item: 0038
Descrição: PIPETADOR PIPETA 05 - M
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 140,00
Valor Final: 39,50
Valor Total: 395,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: CRAL

Item: 0039
Descrição: PIPETADOR VOL. AJUSTAVEL 10 A 100 M
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 170,00
Valor Final: 350,00
Valor Total: 3.500,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: OLEN

Item: 0040
Descrição: PIPETADOR VOL. FIXO 10 M
Quantidade: 10
Unidade de Fornecimento: Pacote
Valor Referência 90,00
Valor Final: 155,00
Valor Total: 1.550,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: KACIL

Item: 0041
Descrição: MÁSCARA DESCARTAVEL TRIPLA C/ ELÁSTICA CX.C/50
Quantidade: 30
Unidade de Fornecimento: Caixa

Valor Referência 15,00
Valor Final: 18,00
Valor Total: 540,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: DESCARBOX

Item: 0043
Descrição: SERINGA 03 ML C/AG.
Quantidade: 4.000
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 0,28
Valor Final: 0,41
Valor Total: 1.640,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: SR

Item: 0044
Descrição: SERINGA 05 ML C/ AG
Quantidade: 7.000
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 0,31
Valor Final: 0,43
Valor Total: 3.010,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: SR

Item: 0045
Descrição: SERINGA 10 ML C/ AG.
Quantidade: 7.000
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 0,44
Valor Final: 0,68

Valor Total: 4.760,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: PHARMAPLUS LTDA
Modelo: UND

Item: 0046
Descrição: LÂMINA FOSCA CX C/ 100UND
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 7,10
Valor Final: 11,28
Valor Total: 282,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: LABOR IMPORT

Item: 0047
Descrição: LÂMINA LISA CX C/ 100 UND
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 6,00
Valor Final: 10,80
Valor Total: 270,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: LABOR IMPORT

Item: 0048
Descrição: CURATIVO POS COLETA CX C/ 500 UN.
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 14,20
Valor Final: 18,00

Valor Total: 450,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: STOPPER

Item: 0049
Descrição: TUBO VACUPLAST GEL E ARTICULADOR DECOAGULO 4 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 86,50
Valor Final: 88,00
Valor Total: 2.200,00
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA
Modelo: VACUPLAST

Item: 0050
Descrição: GAZE ROLO 91X91 9 FIOS
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Rolo
Valor Referência 78,10
Valor Final: 27,83
Valor Total: 695,75
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: V & E

Item: 0051
Descrição: ALCOOL 70% 1.000 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 10,80
Valor Final: 7,39
Valor Total: 184,75
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: PHARMAPLUS LTDA
Modelo: L

Item: 0052
Descrição: TUBO YACUPLAST COM CITRATO DE SÓDIO 2 ML
Quantidade: 20
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 70,00
Valor Final: 70,00
Valor Total: 1.400,00

Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: LABOR IMPORT

Item: 0053
Descrição: ÁGUA DESTILADA C/ 5 LITROS
Quantidade: 50
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 17,90
Valor Final: 12,83
Valor Total: 641,50
Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME
Modelo: ASFER

Item: 0054
Descrição: RUBEOLA IGG – IGM – ECO 25 TESTE
Quantidade: 15
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 356,80
Valor Final: 356,80

Valor Total: 5.352,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
 Modelo: KIT
 Item: 0055
 Descrição: TESTE RAPIDO TOXO IGG – IGM COMBO 30 TESTE
 Quantidade: 50
 Unidade de Fornecimento: Caixa
 Valor Referência 300,00
 Valor Final: 450,00
 Valor Total: 22.500,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
 Modelo: KIT
 Item: 0056
 Descrição: CITO IGG E IGM CX 25 TESTE
 Quantidade: 30
 Unidade de Fornecimento: Unidade
 Valor Referência 450,00
 Valor Final: 450,00

Valor Total: 13.500,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais
 Modelo: KIT
 Item: 0057
 Descrição: DENGUE CX 25 TESTE
 Quantidade: 30
 Unidade de Fornecimento: Unidade
 Valor Referência 250,00
 Valor Final: 125,00
 Valor Total: 3.750,00
 Situação: Homologado em 09/06/2021 15:29:53 Por: GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Nome da Empresa: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda
 Modelo: medteste dengue igg/igm

GENILDO JOSÉ DA SILVA
 Autoridade Competente

Publicado por:
 João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:B4A96946

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURIPIRANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA /PB-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
009/2021-PROCESSO Nº 024/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021. OBJETO Registro de Preços visando a Aquisição parcelada de Materiais Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Juripiranga – PB.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA, Estado da Paraíba, pessoa jurídica do direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 11.164.805/0001-97, com sede na Av. Brasil, nº 380, Bairro Centro, nesta Cidade de Juripiranga, Estado da Paraíba, neste ato, representado pelo seu ordenador de despesa, o secretário municipal de saúde, o Sr. **JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO**, portador da Carteira de Identidade nº 248568 SSP/PB e CPF Nº 040.870.844-18, residente e domiciliado no município de Juripiranga-PB, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, do outro lado, a empresa **MEDONTEC – MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO EM EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA**, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 05.797.987/0001-30, sediada na Rua Nilo Pecanha Nº 436, Bairro Prata, Campina Grande - PB, CEP: 58.400-515, doravante aqui denominada apenas **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo Sra. **JOSELMA BRITO GOMES FERNANDES**, Brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 1.120.460, expedida pela Secretaria de Segurança Pública PB, e CPF nº 504.561.304-97, residente a Rua Isolda de Barros Torquato, Nº 346, Bodocongó, Campina Grande - PB, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014, e do **Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2021 - FMS – Processo Licitatório nº 024/2021**, independentemente de transcrição, bem como das cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços**, visando a contratação de empresa para fornecimento parcelado de material médico hospitalar, nas especificações, quantidades e prazos constante neste edital e seus anexos, visando futuras aquisições, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	AGULHA PARA IRRIGAÇÃO ENDODONTIA ANVISA: 80632310009	LM	UNID	40	R\$37,99	R\$ 1.519,60
31	CAIXA (OU BLISTER) DE EXTIRPA-NERVOS SORTIDOS. ANVISA: 10392990076	MK LIFE	CAIXA	10	R\$55,00	R\$ 550,00
144	TESOURA IRIS CURVA ANVISA: 80632310001	ML	UNID	6	R\$ 19,99	R\$ 119,94
145	TESOURA IRIS RETA ANVISA: 80632310001	ML	UNID	6	R\$ 19,99	R\$ 119,94
186	DESCOLADO R DE MOLT ANVISA: 80632310004	ML	UNID	12	R\$ 23,68	R\$ 284,16
203	KIT DE POLIMENTO E ACABAMENTO DE RESINAS ANVISA: 10434570002	MICRODON T	KIT	3	R\$ 85,00	R\$ 255,00
Valor Total: R\$ 2.848,64 (Dois mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).						

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. – **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA – GERENCIADOR**

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários, condições e locais previstos no item 5. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Juripiranga para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente **Ata de Registro de Preços** que, lida e achada conforme, é assinada, em **02 (duas) vias**, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga.

Juripiranga, 07 de Junho de 2021.

JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO

Secretário de Saúde
Contratante

MEDONTEC – Manutenção E Reparação Em Equipamentos Medico Hospitalares E Odontologicos LTDA

CNPJ: 05.797.987/0001-30

JOSELMA BRITO GOMES FERNANDES

CPF: 504.561.304-97

Contratada

Publicado por:

Arildo Nogueira Gonçalves

Código Identificador:0036C6A8**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUPIRANGA /PB-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021-PROCESSO Nº 024/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2021****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2021. OBJETO Registro de Preços visando a Aquisição parcelada de Materiais Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Juripiranga – PB.

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JURUPIRANGA, Estado da Paraíba**, pessoa jurídica do direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 11.164.805/0001-97, com sede na Av. Brasil, nº 380, Bairro Centro, nesta Cidade de Juripiranga, Estado da Paraíba, neste ato, representado pelo seu ordenador de despesa, o secretário municipal de saúde, o Sr. **JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO**, portador da Carteira de Identidade nº 248568 SSP/PB e CPF Nº 040.870.844-18, residente e domiciliado no município de Juripiranga-PB, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, do outro lado, a empresa, **MEDVIDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALAR EIRELI**, CNPJ nº 06.132.785/0001-32 situada na Rua Dona Maria de Souza, Nº 440 – Bairro Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PB – CEP 54400-260, doravante aqui denominada apenas **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo Sra. **SYLVYA LEAL NÓBREGA BEZERRA**, CPF nº 063.076.494-88, Portadora do RG: 7.954.905 expedido pela SDS/PE, residente e domiciliado na Rua Padre Manoel da Cunha, nº. 126 A, Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PE, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014, e do **Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2021 - FMS – Processo Licitatório nº 024/2021**, independentemente de transcrição, bem como das cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços**, visando a contratação de empresa para fornecimento parcelado de material médico hospitalar, nas especificações, quantidades e prazos constante neste edital e seus anexos, visando futuras aquisições, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADES	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total	MARCA
18	AVENTAL DESCARTÁVEL C/10 20G	UNIDADE	50	R\$ 39,85	R\$ 1.992,50	BE LIFE
Valor Total:		R\$ 1.992,50 (Um Mil Novecentos e Noventa e Dois Reais e Cinquenta Centavos).				

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**3.1. – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUPIRANGA – GERENCIADOR****4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA**

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- por razão de interesse público; ou
- a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários, condições e locais previstos no item 5. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Juripiranga para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente **Ata de Registro de Preços** que, lida e achada conforme, é assinada, em **02 (duas) vias**, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga.

Juripiranga, 07 de Junho de 2021.

JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO

Secretário de Saúde

Medvida Distribuidora De Medicamentos Hospitalar EIRELI

CNPJ: 06.132.785/0001-32

SYLVYA LEAL NÓBREGA BEZERRA

CPF: 063.076.494-88

Publicado por:

Arildo Nogueira Gonçalves

Código Identificador:33D988A9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA /PB-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

011/2021-PROCESSO Nº 024/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2021.

OBJETO Registro de Preços visando a Aquisição parcelada de Materiais Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Juripiranga – PB.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA, Estado da Paraíba, pessoa jurídica do direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 11.164.805/0001-97, com sede na Av. Brasil, nº 380, Bairro Centro, nesta Cidade de Juripiranga, Estado da Paraíba, neste ato, representado pelo seu ordenador de despesa, o secretário municipal de saúde, o Sr. JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO, portador da Carteira de Identidade nº 248568 SSP/PB e CPF Nº 040.870.844-18, residente e domiciliado no município de Juripiranga-PB, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e, do outro lado, a empresa, MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS

LTDA, CNPJ nº 38.259.748/0001-86 situada na Rua Cipriano De Carvalho, Nº 195 – Bairro Cinquentenario – Belo Horizonte–MG, CEP 30.570-020, doravante aqui denominada apenas FORNECEDOR, neste ato representada pelo Sr. CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY, CPF nº 993.547.726-68, Portadora do RG: 6.066.360 expedido pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Inspetor José Aparecido, Nº 76, São Bento, CEP: 30.350-730, Belo Horizonte/Mg, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014, e do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2021 - FMS – Processo Licitatório nº 024/2021, independentemente de transcrição, bem como das cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de empresa para fornecimento parcelado de material médico hospitalar, nas especificações, quantidades e prazos constante neste edital e seus anexos, visando futuras aquisições, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

Item	Descritivo, Modelo, Marca, Fabric., Proced. e RMS	Unid.	Qte.	Valor Unit.	Valor Total
160	APARELHO DE ULTRA SOM C/ JATO DE BICARBONATO "MODELO: PRIME MARCA: DENTEMED FABRICANTE: DENTEMED EQUIP. ODONT. PROCEDENCIA NACIONAL REGISTRO DA ANVISA: 80349600008"	UND	01	R\$ 1.890,00 (UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA REAIS)	R\$ 1.890,00 (UM MIL, OITOCENTOS E NOVENTA REAIS)
162	AUTOCLAVE 21 LITRO "MODELO: AUTOPRIME 21 - 110V OU 220V MARCA: DENTEMED FABRICANTE: DENTEMED (INOVA INOX) PROCEDENCIA NACIONAL REGISTRO DA ANVISA: 80349600006"	UND	02	R\$ 5.999,00 (CINCO MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS)	R\$ 11.998,00 (ONZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS)
167	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO PB "“Produto Fabricado Conforme Portaria Inmetro n.º 54 de 01/02/2016, Instruções normativas da ANVISA, n. 04 de 24/09/2015 e n.22 de 20.10.2017, ISO 14457:2017 – “Dentistry -- Handpieces and Motors”, Resolução RDC 39/2013 (ANVISA) - Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos, Sistema de Gestão ISO 9.001/2015 e ISO 13.485/2016”. MODELO: PRIME CX207-W-2 MARCA DENTEMED FABRICANTE DENTEMED PROCEDENCIA NACIONAL REGISTRO ANVISA: 80349600009”	UND	02	R\$ 420,00 (QUATROCENTOS E VINTE REAIS) R\$ 4.145,00	R\$ 840,00 (OITOCENTOS E QUARENTA REAIS) R\$ 4.145,00
173	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO 2 CABEÇOTES "MODELO: PRIME AIR 40 - 110V OU 220V MARCA: DENTEMED FABRICANTE: DENTEMED PROCEDENCIA NACIONAL RMS: DISPENSADO DE REGISTRO NA ANVISA (NÃO CONSIDERADO PRODUTO PARA SAÚDE CONFORME PARAGRAFO 2º ART. 2º- IV. DA RDC 260/02)"	UND	01	(QUATRO MIL, CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS)	(QUATRO MIL, CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS)
174	CONTRA ÂNGULO "“Produto Fabricado Conforme Portaria Inmetro n.º 54 de 01/02/2016, Instruções normativas da ANVISA, n. 04 de 24/09/2015 e n.22 de 20.10.2017, ISO 14457:2017 – “Dentistry - Handpieces and Motors”, ISO 3964:2016 – “Dental handpieces - Coupling Dimensions”, Resolução RDC 39/2013 (ANVISA) - Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos, Sistema de Gestão ISO 9.001/2015 e ISO 13.485/2016”. MODELO: CONTRA ANGULO PRIME CX235-IF MARCA: DENTEMED FABRICANTE DENTEMED PROCEDENCIA NACIONAL REGISTRO ANVISA: 80349609005”	UND	02	R\$ 445,00 (QUATROCENTO S E QUARENTA E CINCO REAIS)	R\$ 890,00 (OITOCENTOS E NOVENTA REAIS)
195	FOTOPOLIMERIZADOR LED "MODELO: PRIME LED MARCA: DENTEMED FABRICANTE: DENTEMED PROCEDENCIA NACIONAL REGISTRO DA ANVISA: 80349609004"	UND	02	R\$ 875,00 (OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)	R\$ 1.750,00 (UM MIL, SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)
204	MICRO MOTOR "“Produto Fabricado Conforme Portaria Inmetro n.º 54 de 01/02/2016, Instruções normativas da ANVISA, n. 04 de 24/09/2015 e n.22 de 20.10.2017, ISO 14457:2017 – “Dentistry - Handpieces and Motors”, ISO 3964:2016 – “Dental handpieces - Coupling Dimensions”, ISO 9168:2005 – “Dental handpieces - Hose connectors”, Resolução RDC 39/2013 (ANVISA) - Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos, Sistema de Gestão ISO 9.001/2015 e ISO 13.485/2016”. MODELO: MICROMOTOR PRIME CX235-3F MARCA DENTEMED FABRICANTE DENTEMED PROCEDENCIA NACIONAL REGISTRO ANVISA: 80349609006”	UND	05	R\$ 635,00 (SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)	R\$ 3.175,00 (TRÊS MIL, CENTO E SETENTA E CINCO REAIS)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 24.688,00 (VINTE E QUATRO MIL, SEISCENTOS E OITENTA E OITO REAIS)					

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUPIRANGA – GERENCIADOR

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- por razão de interesse público; ou
- a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Fundo Municipal de Saúde de Jurupiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários, condições e locais previstos no item 5. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Juripiranga para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga.

Juripiranga, 07 de Junho de 2021.

JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO

Secretário de Saúde
Contratante

Miamimed Produtos Odontológicos LTDA

CNPJ: 38.259.748/0001-86

CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY

CPF: 993.547.726-68

Contratada

Publicado por:
Arildo Nogueira Gonçalves
Código Identificador:681656DC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA /PB-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
012/2021-PROCESSO Nº 024/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2021**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021. OBJETO Registro de Preços visando a Aquisição parcelada de Materiais Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Juripiranga – PB.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA, Estado da Paraíba, pessoa jurídica do direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 11.164.805/0001-97, com sede na Av. Brasil, nº 380, Bairro Centro, nesta Cidade de Juripiranga, Estado da Paraíba, neste ato, representado pelo seu ordenador de despesa, o secretário municipal de saúde, o Sr. **JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO**, portador da Carteira de Identidade nº 248568 SSP/PB e CPF Nº 040.870.844-18, residente e domiciliado no município de Juripiranga-PB, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, do outro lado, a empresa **ORTOSHOP COMERCIO LTDA**, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 03.965.517/0001-03, sediada na Rua Professora Severina Moura, Nº 110, Sala 0000B,

Torre João Pessoa-PB, CEP: 58.040-770, doravante aqui denominada apenas **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo Sr. **ROBERTO HUGO CAVALCANTE ANDRADE NETO**, Brasileiro, Solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 2.838.916 2ª Via SSDS/PB, e CPF nº 053.045.644-30, residente a Rua Francisco Carneiro de Araújo, Nº 101, Apto. 401, Cabo Branco, João Pessoa-PB, CEP: 58.045-190, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014, e do **Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2021 - FMS – Processo Licitatório nº 024/2021**, independentemente de transcrição, bem como das cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços**, visando a contratação de empresa para fornecimento parcelado de material médico hospitalar, nas especificações, quantidades e prazos constante neste edital e seus anexos, visando futuras aquisições, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MODELO / FABRICANTE	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
1	ÁCIDO GEL 37% SERINGA COM 3MI	BIODINÂMICA/RE GISTRO1089855	UNIDADE	100	1,28	128,00
2	ADESIVO DENTÁRIO FOTOPOLIMERIZÁVEL 5MI	MASTER BOND / BIODINÂMICA	UNIDADE	50	10,60	530,00
4	AFASTADOR MINESOTA	GOLGRAN	UNIDADE	5	12,25	61,25
6	AGULHA GENGIVAL 27G LONGA cx com 100 unidades.	INJECTA	CAIXA	20	37,00	740,00
7	AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL CURTA 30G cx com 100 unidades	INJECTA	CAIXA	50	36,80	1.840,00
10	ALGODÃO HIDRÓFILO C/ 500G	NATHALYA	ROLO	200	11,40	2.280,00
11	ALGODÃO ROLO DENTAL C/100	S.S PLUS	PACOTE	150	2,20	330,00
12	ANESTÉSICO ARTICAIÑA 4%	DFL	CAIXA	50	228,00	11.400,00
13	ANESTÉSICO CITANEST 3% C/ VASO	DFL	CAIXA	50	90,00	4.500,00
16	ANESTÉSICO TÓPICO	DFL	FRAS CO	50	7,20	360,00
19	BICARBONATO DE SÓDIO 100G	BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298559009	UNIDADE	60	4,90	294,00
20	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 1014	CHAMPION / MICRODONT/REGI STRO 10434557001	UNIDADE	20	1,90	38,00
21	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 1015	CHAMPION / MICRODONT/REGI STRO 10434557001	UNIDADE	20	1,90	38,00
22	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 1016	CHAMPION / MICRODONT/REGI STRO 10434557001	UNIDADE	20	1,90	38,00
23	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 1016 HL	CHAMPION / MICRODONT/REGI STRO 10434557001	UNIDADE	20	3,40	68,00
24	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 3071 HL	CHAMPION / MICRODONT/REGI STRO 10434557001	UNIDADE	20	1,90	38,00
25	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 3116 HL	CHAMPION / MICRODONT/REGI STRO 10434557001	UNIDADE	20	4,90	98,00
27	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 3209 HL	CHAMPION / MICRODONT/REGI STRO 10434557001	UNIDADE	20	4,70	94,00
29	CABO DE BISTURI Nº 03	GOLGRAN/REGIST RO10401310049	UNIDADE	50	7,50	375,00
30	CABO DE ESPELHO BUCAL	GOLGRAN/ REGISTRO 10401310004	CAIXA	50	3,40	170,00
46	CAIXA DE LIMAS K 06 – 21 MM	EURODONT	CAIXA	20	29,90	598,00
47	CAIXA DE LIMAS K 06 – 25 MM.	EURODONT	CAIXA	20	29,90	598,00
50	CAIXA DE LIMAS K 10 – 21 MM.	EURODONT	CAIXA	20	29,00	580,00
51	CAIXA DE LIMAS K 10 – 25 MM.	EURODONT	UNIDADE	20	29,00	580,00
53	CALEN C/ PARAMONO	SS WHITE	UNIDADE	20	68,90	1.378,00
54	CIMENTO CIRÚRGICO (PERICEM)	MAQUIRA	UNIDADE	10	142,90	1.429,00
55	CIMENTO CIRÚRGICO LÍQUIDO	MAQUIRA	UNIDADE	15	13,10	196,50
56	CIMENTO CIRÚRGICO PÓ	MAQUIRA	KIT	15	16,00	240,00
57	CIMENTO DE ENDODONTICO SEALER 26 KIT	DENTSPLY	UNIDADE	10	129,00	1.290,00
58	CIMENTO DE FOSFATO DE PÓ	MAQUIRA	UNIDADE	50	18,50	925,00
59	CIMENTO DE FOSFATO DE ZINCO LÍQUIDO	MAQUIRA	KIT	50	17,50	875,00
61	CIMENTO DE IONÔMERO VIDRO R KIT	MICRODONT	UNIDADE	50	18,00	900,00
62	CIMENTO FIXAÇÃO PROVISÓRIO	ALLPLAN	KIT	10	12,80	128,00
63	CIMENTO PROVISÓRIO INTERMEDIÁRIO KIT	INTERIM / BIODINÂMICA/ REGISTRO 10298550041	KIT	10	28,80	288,00
64	CLOREXIDINA 2%	100ML / MAQUIRA	UNIDADE	20	12,40	248,00
66	COLGADURAS	TECNODENT	UNIDADE	20	5,30	106,00
69	EDTA	BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298550072	KIT	24	6,00	144,00
70	EMBALAGEM TUBULAR 0,15CM X 100M	150X100 / ESTÉRIL CARE	ROLO	10	83,00	830,00
71	EMBALAGEM TUBULAR 0,25CM X 100M	250X100 / ESTÉRIL CARE	UNIDADE	10	109,00	1.090,00
72	ENDO ICE	MAQUIRA	UNIDADE	30	36,00	1.080,00
73	ESCOVA DE ROBSON	MICRODONT	UNIDADE	100	1,10	110,00
82	EUCALIPTOL 30 ML	BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298550024	UNIDADE	10	9,90	99,00
86	FIO DE SUTURA NYLON 4,0	BIODINÂMICA/ REGISTRO 10298550011	UNIDADE	50	31,50	1.575,00
87	FIO DE SUTURA NYLON 5,0	BIOLINE FIOS	UNIDADE	30	31,00	930,00
88	FIO DENTAL 500MTS	TECHNOFIO	UNIDADE	30	12,90	387,00
89	FITA DENTAL 100MTS	TECHNOFIO	UNIDADE	50	3,00	150,00
90	FITA P/ AUTOCLAVE 19X30	HILLO	UNIDADE	60	4,90	294,00
91	FIXADOR ODONTOLÓGICO 475 ML	HILLO	UNIDADE	30	10,00	300,00
92	FLUÓR SOL DIÁRIO Á 0,05%	MISSNER	UNIDADE	30	10,90	327,00
93	FLUÓR TÓPICO GEL 200 ML	KULZER	UNIDADE	30	4,10	123,00
94	FORMOCRESOL 70 ML	IODONTOSUL	UNIDADE	30	7,40	222,00
96	GRAMPOS DIVERSOS	ALLPLAN	UNIDADE	50	24,00	1.200,00
97	GRAMPOS ESPECIAIS 14, W8A, 26, 12°, 13°,0,00 E 1 (IVORY)	BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298550021	UNIDADE	30	20,00	600,00
98	HEMOSPON C/10		UNIDADE	25	40,00	1.000,00
100	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA	BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298550086	UNIDADE	15	5,90	88,50
101	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PASTA	HYDCAL / MAQUIRA	KIT	15	0,89	13,35
102	LÂMINA DE BISTURI Nº 11	UNIQUED	CAIXA	10	32,00	320,00
103	LÂMINA DE BISTURI Nº 12	UNIQUED	CAIXA	10	32,00	320,00
104	LÂMINA DE BISTURI Nº 15	UNIQUED	CAIXA	10	32,00	320,00
105	LÂMINA DE BISTURI Nº 15 C	UNIQUED	CAIXA	20	32,00	640,00
110	LUVAS DE PROCEDIMENTOS G	C/ 100 UNID GLOMED REGISTRO 80273450013	CAIXA	120	82,00	9.840,00
111	LUVAS DE PROCEDIMENTOS M	C/ 100 UNID GLOMED REGISTRO 80273450013	CAIXA	200	83,90	16.780,00
112	LUVAS DE PROCEDIMENTOS P	C/ 100 UNID GLOMED REGISTRO 80273450013	CAIXA	200	80,00	16.000,00
113	LUVAS DE PROCEDIMENTOS PP	C/ 100 UNID GLOMED REGISTRO 80273450013	UNIDADE	100	83,90	8.390,00
120	ÓXIDO DE ZINCO	BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298550020	UNIDADE	50	4,50	225,00
122	PARAMONO	BIODINÂMICA/RE GISTRO	UNIDADE	10	11,00	110,00

123	PASTA PROFILÁTICA 90G MENTA	MAQUIRA	UNIDADE	5	5,50	27,50
124	PEDRA P/ AFAR INSTRUMENTOS	GOLGRAN	UNIDADE	20	95,00	1.900,00
126	PELÍCULA RADIOGRÁFICA ADULTO PERAPICAL	KULZER	CAIXA	10	249,00	2.490,00
129	RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL DIVERSAS CORES	MASTER FILL / BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298550040	UNIDADE	50	16,50	825,00
130	REVELADOR ODONTOLÓGICO 475 ML	KULZER	UNIDADE	10	14,50	145,00
131	SELANTE FOTOPOLIMERIZAVEL	BIOSEAL / BIODINÂMICA/RE GISTRO 10298550035	CAIXA	20	18,00	360,00
137	STOJO INOX (PERFURADO) COM SUPORTE PARA 72 INSTRUMENTOS – ESPECÍFICO PARA ENDODONTIA	AÇONOX	UNIDADE	10	98,00	980,00
138	SUGADOR DESCARTÁVEL	S.S PLUS	UNIDADE	50	5,90	295,00
139	SUGADOR METÁLICO	GOLGRAN/REGIST RO 10401310013	UNIDADE	10	45,00	450,00
140	TAÇA DE BORRACHA	MICRODONT	UNIDADE	30	1,15	34,50
141	TAMBOREL	ANGELUS	UNIDADE	10	50,00	500,00
142	TESOURA DE GOLDMAN FOX CURVA	GOLGRAN/REGIST RO 10401310024	UNIDADE	6	69,00	414,00
146	TIRA DE LIXA P/ POLIÉSTER C/ 150	IMPLA MEGA DENTAL	CAIXA	30	7,00	210,00
147	TIRA DE POLIÉSTER C/ 50	IMPLA MEGA DENTAL	CAIXA	50	2,00	100,00
148	TOUCA DE ELÁSTICO C/ 100	NOBRE	UNIDADE	50	14,00	700,00
149	TRICRESOL 10 ML	BIODINÂMICA	UNIDADE	20	10,00	200,00
150	VASELINA SÓLIDA	QUIMIDROL	UNIDADE	20	50,00	1.000,00
151	VERNIZ C/ FLUOR	DUOFLUORID / FGM	UNIDADE	20	40,00	800,00
152	VERNIZ CAVITÁRIO	VARNAL / BIODINÂMICA	UNIDADE	20	19,00	380,00
155	ALAVANCAS POTE DIREITA/ESQUERDA JOGO C/3	GOLGRAN/REGIST RO 10401310018	KIT	5	57,00	285,00
158	AMALGADOR VIBRAMAT CAPSULAR ANALÓGICO	KONDENTECH	UNIDADE	2	328,50	657,00
159	AMALGAMA EM CÁPSULA 1 PORÇÃO	SDI	UNIDADE	1000	4,00	4.000,00
161	APLICADOR DE DYCAL	GOLGRAN	UNIDADE	5	11,00	55,00
163	BALANÇA INFANTIL MECÂNICA CAPACIDADE 16KG	WELMY	UNIDADE	2	599,90	1.199,80
164	BANDA MATRIZ AÇO 0,5MM	PREVEN	UNIDADE	50	2,10	105,00
165	BANDA MATRIZ AÇO 0,7MM	PREVEN	UNIDADE	50	2,10	105,00
166	BANDEJA 22X0,9X1,5	AÇONOX	UNIDADE	10	23,70	237,00
188	FORCEPS Nº 150	GOLGRAN/REGIST RO 10401310015	UNIDADE	5	71,00	355,00
189	FORCEPS Nº 151	GOLGRAN/REGIST RO 10401310015	UNIDADE	5	71,00	355,00
190	FORCEPS Nº 16	GOLGRAN/REGIST RO 10401310015	UNIDADE	5	71,00	355,00
191	FORCEPS Nº 18 L	GOLGRAN/REGIST RO 10401310015	UNIDADE	5	70,00	350,00
198	JOGO COM 4 COMPACTADORES DE GUTA-PERCHA TIPO PAIVA.	GOLGRAN	UNIDADE	15	29,00	435,00
199	JOGO DE CAMPO CIRÚRGICO	NORDAMARKET	KIT	30	33,00	990,00
201	KIT DE POLIMENTO E ACABAMENTO DE AMALGAMA	C/6 MICRODONT	KIT	10	94,00	940,00
213	PINÇA HEMOSTÁTICA MOSQUITO RETA	GOLGRAN	UNIDADE	10	26,00	260,00
Valor Total da Proposta: R\$ 119.782,40 (Cento e Dezenove Mil e Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Quarenta Centavos)						

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUPIRANGA – GERENCIADOR

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório. 5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. 5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto lícitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA. 7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários, condições e locais previstos no item 5. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Juripiranga para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente **Ata de Registro de Preços** que, lida e achada conforme, é assinada, em **02 (duas) vias**, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga.

Juripiranga, 07 de Junho de 2021.

JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO

Secretário de Saúde
Contratante

Ortoshop Comercio LTDA
 CNPJ: 03.965.517/0001-03
ROBERTO HUGO CAVALCANTE ANDRADE NETO
 CPF: 053.045.644-30
 Contratado

Publicado por:
 Arildo Nogueira Gonçalves
Código Identificador:0C630871

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA /PB-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
013/2021-PROCESSO Nº 024/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2021. OBJETO Registro de Preços visando a Aquisição parcelada de Materiais Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Juripiranga – PB.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA, Estado da Paraíba, pessoa jurídica do direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 11.164.805/0001-97, com sede na Av. Brasil, nº 380, Bairro Centro, nesta Cidade de Juripiranga, Estado da Paraíba, neste ato, representado pelo seu ordenador de despesa, o secretário municipal de saúde, o Sr. **JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO**, portador da Carteira de Identidade nº 248568 SSP/PB e CPF Nº 040.870.844-18, residente e domiciliado no município de Juripiranga-PB, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, do outro lado, a empresa **PAULO JOSE MAIA ESMERALDO SOBREIRA**, assim sendo possui um nome Fantasia de (**DENTAL CAJAZEIRAS**), inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº 09.210.219/0001-90, sediada na Avenida Severino Cordeiro, Nº 402, Bairro Jardim Oasis, Cajazeiras-PB, CEP: 58.900-000, doravante aqui denominada apenas **FORNECEDOR**, neste ato representada pelo Sr. **PAULO JOSE MAIA ESMERALDO SOBREIRA**, Brasileiro, Solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 99029168294, expedida pela Secretaria de Segurança Pública CE, e CPF nº 959.145.283-72, residente a Rua Vinte e Um de Julho, Nº 1091, Pimenta, Crato-CE, CEP: 63.105-100, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014, e do **Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2021 - FMS – Processo Licitatório nº 024/2021**, independentemente de transcrição, bem como das cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços**, visando a contratação de empresa para fornecimento parcelado de material médico hospitalar, nas especificações, quantidades e prazos constante neste edital e seus anexos, visando futuras aquisições, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	ÁGUA DESTILADA 5 LITROS	PRIME	GARRAFÃO	100	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00
9	ÁLCOOL 70% 5L	BELLOBELL	GARRAFÃO	50	R\$ 18,05	R\$ 902,50
14	ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2%	SS WHITE	CAIXA	50	R\$ 110,00	R\$ 5.500,00
15	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 3% SEM VASO	DLAPHARMA	CAIXA	30	R\$ 155,00	R\$ 4.650,00
65	CLOREXIDINA A 0,12% 250ML - PERIOGARD	IODONTOSUL	PACOTE	50	R\$ 32,00	R\$ 1.600,00
67	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5 9 FIOS P/ C/500G	V&E	UNIDADE	50	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
74	ESCOVA DENTAL ADULTO	DENTALK	UNIDADE	100	R\$ 0,85	R\$ 85,00
75	ESCOVA DENTAL INFANTIL	DENTALK	UNIDADE	100	R\$ 0,85	R\$ 85,00
78	ESPÁTULA Nº 07	COOPERFLEX	UNIDADE	20	R\$ 9,00	R\$ 180,00
79	ESPÁTULA Nº 36	COOPERFLEX	UNIDADE	20	R\$ 9,00	R\$ 180,00
80	ESPÁTULA Nº 72	COOPERFLEX	UNIDADE	20	R\$ 9,80	R\$ 196,00
85	FIO DE SUTURA 3-0 SEDA AGULHADA C/ 24	TECNHEW	UNIDADE	50	R\$ 38,00	R\$ 1.900,00
95	GERMICIDAL 5 LT	ASFER	UNIDADE	60	R\$ 15,86	R\$ 951,60
99	HEMOSTÁTICO	MAQUIRA	UNIDADE	15	R\$ 19,00	R\$ 285,00
106	LAMPADA A ALCOOL OU MAÇARICO	PREVEN	UNIDADE	5	R\$ 44,00	R\$ 220,00
107	LENÇOL DE BORRACHA	MADEITEX	CAIXA	5	R\$ 32,00	R\$ 160,00
108	LIMA PARA OSSO Nº 11	COOPERFLEX	CAIXA	50	R\$ 43,00	R\$ 2.150,00
115	MÁSCARA TRIPLA C/ ELÁSTICO C/ 50 UNID	INOVEN	UNIDADE	150	R\$ 23,00	R\$ 3.450,00
116	MICROBUSCH REGULAR	KG	CAIXA	100	R\$ 16,00	R\$ 1.600,00
117	MOLDEIRAS DE CERA C/24 P/ FLUOR	PREVEN	UNIDADE	50	R\$ 34,00	R\$ 1.700,00
118	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR	IPANEMA	UNIDADE	12	R\$ 5,00	R\$ 60,00
119	ÓLEO DE LUBRIFICAÇÃO ALTA E BAIXA ROTAÇÃO 200 ML	PREVEN	UNIDADE	30	R\$ 21,00	R\$ 630,00
121	PAPEL CARBONO C/ 12 FOLHAS	PREVEN	UNIDADE	15	R\$ 2,40	R\$ 36,00
125	PEDRA POMES FINA 100G	IODONTOSUL	CAIXA	20	R\$ 4,99	R\$ 99,80
127	PELÍCULA RADIOGRÁFICA INFATIL PERAPICAL	KODAK	UNIDADE	20	R\$ 350,00	R\$ 7.000,00
128	REMOVEDOR DE MANCHAS PERT X	IODONTOSUL	UNIDADE	50	R\$ 19,90	R\$ 995,00
132	SERINGA CARPULE	COOPERFLEX	UNIDADE	5	R\$ 40,00	R\$ 200,00
133	SONDA EXPLORADORA	COOPERFLEX	UNIDADE	20	R\$ 8,00	R\$ 160,00
134	SONDA MILIMETRADA WILLIANS	COOPERFLEX	UNIDADE	10	R\$ 19,35	R\$ 193,50
135	SONDA NANBERS Nº 1	COOPERFLEX	UNIDADE	10	R\$ 12,93	R\$ 129,30
136	SONDA NANBERS Nº 2	COOPERFLEX	PACOTE	10	R\$ 12,92	R\$ 129,20
145	TESOURA JOSEPH RETA/CURVA	COOPERFLEX	PACOTE	6	R\$ 83,00	R\$ 498,00
153	ALAVANCAS APICAL JOGO C/3	COOPERFLEX	KIT	5	R\$ 98,00	R\$ 490,00
154	ALAVANCAS HEIDBRINK JOGO C/3	COOPERFLEX	KIT	5	R\$ 80,00	R\$ 400,00
156	ALAVANCAS SEIDIN JOGO C/3	COOPERFLEX	KIT	5	R\$ 89,00	R\$ 445,00
157	ALVEOLO TOMO CURVO	COOPERFLEX	UNIDADE	5	R\$ 94,00	R\$ 470,00
175	CUBA RIM REDONDA 13X6 500ML	FAVA	UNIDADE	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
181	CURETA DE LUCAS	COOPERFLEX	UNIDADE	5	R\$ 9,20	R\$ 46,00
184	CURETAS PULPARES	COOPERFLEX	UNIDADE	20	R\$ 59,98	R\$ 1.199,60
187	FORCEPS Nº 1	COOPERFLEX	UNIDADE	5	R\$ 72,00	R\$ 360,00
192	FORCEPS Nº 18 R	COOPERFLEX	UNIDADE	5	R\$ 72,00	R\$ 360,00
193	FORCEPS Nº 65	COOPERFLEX	UNIDADE	5	R\$ 72,00	R\$ 360,00

194	FORCEPS Nº 69	COOPERFLEX	UNIDADE	10	R\$ 72,00	R\$ 720,00
203	KIT ENDO-LÜER COM SUPORTE E AGULHAS PARA ASPIRAÇÃO	COOPERFLEX	KIT	4	R\$ 82,35	R\$ 329,40
205	PEÇA RETA	DENSTCLER	UNIDADE	2	R\$ 620,00	R\$ 1.240,00
206	PINÇA ALLIS	COOPERFLEX	UNIDADE	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
207	PINÇA BACKAUS	COOPERFLEX	UNIDADE	20	R\$ 36,00	R\$ 720,00
212	PINÇA HEMOSTÁTICA MOSQUITO CURVA	COOPERFLEX	UNIDADE	30	R\$ 32,00	R\$ 960,00
214	PLACA DE VIDRO 10 MM	PREVEN	UNIDADE	20	R\$ 12,00	R\$ 240,00
215	PONTAS DIAMANTADAS DIVERSAS	FAVA	UNIDADE	100	R\$ 5,00	R\$ 500,00
222	POTE DAPPEN	PREVEN	UNIDADE	10	R\$ 3,25	R\$ 32,50
224	SINDESMOTOMO	COOPERFLEX	UNIDADE	11	R\$ 9,00	R\$ 99,00
Valor Total:					48.597,40 (Quarenta e oito mil quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).	

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA – GERENCIADOR

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- por razão de interesse público; ou
- a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários, condições e locais previstos no item 5. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Juripiranga para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente **Ata de Registro de Preços** que, lida e achada conforme, é assinada, em **02 (duas) vias**, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga.

Juripiranga, 07 de Junho de 2021.

JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO

Secretário de Saúde
Contratante

Dental Cajazeiras

CNPJ: 09.210.219/0001-90

PAULO JOSE MAIA ESMERALDO SOBREIRA

CPF: 959.145.283-72

Contratada

Publicado por:
Arildo Nogueira Gonçalves
Código Identificador:FB9926B7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA /PB-ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021-PROCESSO Nº 024/2021-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004-2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021.**

OBJETO Registro de Preços visando a Aquisição parcelada de Materiais Odontológicos para atender ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Juripiranga – PB.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JURIPIRANGA, Estado da Paraíba,

pessoa jurídica do direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 11.164.805/0001-97, com sede na Av. Brasil, nº 380, Bairro Centro, nesta Cidade de Juripiranga, Estado da Paraíba, neste ato, representado pelo seu ordenador de despesa, o secretário municipal de saúde, o Sr. **JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO**, portador da Carteira de Identidade nº 248568 SSP/PB e CPF Nº 040.870.844-18, residente e domiciliado no município de Juripiranga-PB, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e, do outro lado, a empresa **PROMEDI DISTRIBUIDORA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 27.672.644/0001-82, sediada na Rua Brigadeiro Eduardo Gomes Nº 17, Bairro Rio Doce, Olinda-PE, CEP: 53.150-332, doravante aqui denominada apenas **FORNECEDOR**, neste ato representado pelo Sr. **FLAVIO ALEXANDRE ANSELMO PEREIRA**, Brasileiro, portadora da Carteira de Identidade nº 3124752, expedida pelo Secretaria de Segurança Pública PE, e CPF nº 492.095.074-87, casado em comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado: Rua B-17, Nº 27, I Etapa, Rio Doce, Olinda-PE, CEP: 53.150-390, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002, LC nº 123/2006 e LC nº 147/2014, e do **Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2021 - FMS – Processo Licitatório nº 024/2021**, independentemente de transcrição, bem como das cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços**, visando a contratação de empresa para fornecimento parcelado de material médico hospitalar, nas especificações, quantidades e prazos constante neste edital e seus anexos, visando futuras aquisições, de acordo com a conveniência e necessidade da Administração Pública Municipal.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na (s) propostas (s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADES	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total	MARCA
3	AFASTADOR FARABEUF	UNIDADE	5	R\$ 19,90	R\$ 99,50	Golgran
17	ANTISÉPTICO BUCAL 500ML	UNIDADE	2	R\$ 15,50	R\$ 31,00	VICFARMA
26	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 3195 FF	UNIDADE	20	R\$ 5,20	R\$ 104,00	MICRODONT
28	BROCAS CIRÚRGICA DE ALTA 3216 HL	UNIDADE	20	R\$ 5,20	R\$ 104,00	MICRODONT
32	CAIXA CONES DE GUTA- PERCHA 1ª SÉRIE.	CAIXA	20	R\$ 67,50	R\$ 1.350,00	TANARIMAN
33	CAIXA CONES DE GUTA- PERCHA 2ª SÉRIE.	CAIXA	20	R\$ 55,00	R\$ 1.100,00	TANARIMAN
34	CAIXA DE BROCAS GATES- GLIDDEN NÚMEROS 1 A 6 – 32 MM	CAIXA	10	R\$ 9,90	R\$ 99,00	MICRODONT
35	CAIXA DE CONES GUTA- PERCHA ACESSÓRIOS B 8.	CAIXA	20	R\$ 24,90	R\$ 498,00	TANARIMAN
36	CAIXA DE CONES GUTA- PERCHA ACESSÓRIOS FF.	CAIXA	20	R\$ 29,00	R\$ 580,00	TANARIMAN
37	CAIXA DE ESPIRAL LENTULO – 25 MM (PARA CONTRA- ÂNGULO).	CAIXA	20	R\$ 78,00	R\$ 1.560,00	MK LIFE
38	CAIXA DE LIMAS FLEXOFIL – 15 A 40 – 21 MM.	CAIXA	20	R\$ 94,00	R\$ 1.880,00	MK LIFE
39	CAIXA DE LIMAS FLEXOFIL – 15 A 40 – 25 MM.	CAIXA	20	R\$ 96,00	R\$ 1.920,00	MK LIFE
40	CAIXA DE LIMAS FLEXOFIL – 15 A 40 – 31 MM.	CAIXA	20	R\$ 96,00	R\$ 1.920,00	MK LIFE

41	CAIXA DE LIMAS FLEXOFIL 15 – 21 MM.	CAIXA	20	R\$ 98,00	R\$ 1.960,00	MK LIFE
42	CAIXA DE LIMAS FLEXOFIL 15 – 25 MM..	CAIXA	20	R\$ 95,00	R\$ 1.900,00	MK LIFE
43	CAIXA DE LIMAS K – 45 A 80 – 21 MM.	CAIXA	20	R\$ 43,00	R\$ 860,00	MK LIFE
44	CAIXA DE LIMAS K – 45 A 80 – 25 MM.	CAIXA	20	R\$ 43,00	R\$ 860,00	MK LIFE
45	CAIXA DE LIMAS K – 45 A 80 – 31 MM.	CAIXA	20	R\$ 41,00	R\$ 820,00	MK LIFE
48	CAIXA DE LIMAS K 08 – 21 MM.	CAIXA	20	R\$ 37,00	R\$ 740,00	MK LIFE
49	CAIXA DE LIMAS K 08 – 25 MM.	CAIXA	20	R\$ 30,00	R\$ 600,00	MK LIFE
52	CALEN	UNIDADE	20	R\$ 72,00	R\$ 1.440,00	SSWHITE
60	CIMENTO DE IONÓMERO VIDRO F KIT	KIT	50	R\$ 23,87	R\$ 1.193,50	MAQUIRA
68	CONE DE GUTA PERCHA 3 SÉRIE	CAIXA	10	R\$ 24,80	R\$ 248,00	TANARIMAN
76	ESPAÇADORES DIGITAIS PONTA AFILADA – 25 MM – AZUL.	UNIDADE	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00	MK LIFE
77	ESPAÇADORES DIGITAIS PONTA AFILADA – 25 MM – VERMELHO.	UNIDADE	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00	MK LIFE
81	ESPÁTULA PARA MANIPULAÇÃO DE CIMENTO CIRÚRGICO	UNIDADE	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00	GOLGRAN
83	EUGENOL 20 ML	UNIDADE	10	R\$ 16,00	R\$ 160,00	MAQUIRA
84	EVIDENCIADOR DE PLACA	CAIXA	100	R\$ 7,90	R\$ 790,00	BIODINAMICA
109	LUPA	UNIDADE	2	R\$ 13,67	R\$ 27,34	PREVEN
114	MARTELO CIRÚRGICO	CAIXA	5	R\$ 79,98	R\$ 399,90	GOLGRAN
168	CINZEL (CURVO/RETO/BISEL) JOGO C/3	UNIDADE	5	R\$ 39,99	R\$ 199,95	GOLGRAN
169	CINZEL DE OCHSENBEIN Nº 1	UNIDADE	5	R\$ 28,95	R\$ 144,75	GOLGRAN
170	CINZEL DE OCHSENBEIN Nº 2	UNIDADE	5	R\$ 28,98	R\$ 144,90	GOLGRAN
171	CINZEL DE OCHSENBEIN Nº 3	UNIDADE	5	R\$ 28,95	R\$ 144,75	GOLGRAN
172	CINZEL DE OCHSENBEIN Nº 4	UNIDADE	5	R\$ 28,95	R\$ 144,75	GOLGRAN
176	COMPASSO PONTA SECA	UNIDADE	3	R\$ 247,46	R\$ 742,38	MKLIFE
177	CURETA DE GRACEY 11/12	UNIDADE	10	R\$ 9,98	R\$ 99,80	GOLGRAN
178	CURETA DE GRACEY 13/14	UNIDADE	10	R\$ 9,98	R\$ 99,80	GOLGRAN
179	CURETA DE GRACEY 5/6	UNIDADE	10	R\$ 9,95	R\$ 99,50	GOLGRAN
180	CURETA DE GRACEY 7/8	UNIDADE	5	R\$ 9,98	R\$ 49,90	GOLGRAN
182	CURETA MCCALL 13/14	UNIDADE	10	R\$ 9,95	R\$ 99,50	GOLGRAN
183	CURETA MCCALL 17/18	UNIDADE	5	R\$ 12,95	R\$ 64,75	GOLGRAN
186	ESTOJO INOX 18X8X3 PERFURADO	UNIDADE	5	R\$ 54,95	R\$ 274,75	GOLGRAN
196	GENGIVÔTOMO DE ORBAN	UNIDADE	10	R\$ 24,00	R\$ 240,00	CASSIFLEX
197	GENGIVÔTOMO KIRKLAND 15-15	UNIDADE	12	R\$ 19,00	R\$ 228,00	CASSIFLEX
200	KIT DE BROCAS PARA ACABAMENTO DE RESINAS	KIT	20	R\$ 74,60	R\$ 1.492,00	MICRODONT
208	PINÇA CLÍNICA ODONTOPEDIÁTRICA (ENDO)	UNIDADE	10	R\$ 29,98	R\$ 299,80	CASSIFLEX
209	PINÇA CRANE KAPLAN	UNIDADE	5	R\$ 179,99	R\$ 899,95	GOLGRAN
210	PINÇA DENTE DE RATO	UNIDADE	30	R\$ 18,98	R\$ 569,40	CASSIFLEX
211	PINÇA DENTE DE RATO SERRILHADA	UNIDADE	30	R\$ 18,98	R\$ 569,40	CASSIFLEX
216	PORTA AGULHA MATHIEU 14 CM	UNIDADE	5	R\$ 42,00	R\$ 210,00	GOLGRAN
217	PORTA AGULHA MAYO 16 CM	UNIDADE	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00	GOLGRAN
218	PORTA ALGODÃO C/ MOLA 8X8	UNIDADE	10	R\$ 51,00	R\$ 510,00	GOLGRAN
219	PORTA AMALGAMA PLÁSTICO AUTOCLAVAVEL	UNIDADE	20	R\$ 18,55	R\$ 371,00	MAQUIRA
220	PORTA MATRIZ IVORY	UNIDADE	5	R\$ 33,95	R\$ 169,75	GOLGRAN
221	POSICIONADOR AUTOCLAVAVEL ENDODONTICO KIT	UNIDADE	10	R\$ 70,50	R\$ 705,00	MAQUIRA
223	RÉGUA ENDODONTICA METÁLICA FOSCA	UNIDADE	10	R\$ 12,98	R\$ 129,80	PREVEN
Valor Total:				R\$ 33.047,82 (Trinta e três mil quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos).		

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURUPIRANGA – GERENCIADOR

4. CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA

4.1. O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

5.2. Na hipótese acima, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Administração Municipal poderá liberar o fornecedor do

compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido da ordem de serviço e convocar os demais para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7. Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - b) não assinar o contrato ou receber a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.
- 5.9. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 5.8 “a”, 5.8 “b” e 5.8 “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.10. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

5.11. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

5.12. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA ASSINATURA DOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

6.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinar contrato ou receber a nota de empenho, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.2. O Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga de Juripiranga poderá convocar para substituir o fornecedor registrado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo

em igual prazo, podendo ser negociada a obtenção de melhor preço, verificando-se a aceitabilidade da proposta e o cumprimento das exigências habilitatórias, ou revogará o Processo Licitatório, observado o interesse público.

6.3. No ato da contratação, se for o caso, a empresa vencedora poderá se fazer representar por representante, mediante apresentação de procuração com poderes expressos para firmar contrato.

6.4. A contratação será precedida da apresentação de toda a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista e da emissão de nota de empenho, sendo convocada a adjudicatária para assinatura do termo de contrato.

6.5. O contratado deverá, durante a execução contratual, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento de contratação.

6.6. As obrigações do contratado e as penalidades decorrentes de suas condutas são aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato anexos ao edital.

6.7. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado, nos termos do §1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo setor técnico competente, devendo ser comprovada a manutenção das exigências da habilitação.

7.2. O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

7.3. O CONTRATANTE deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

7.4. Qualquer atraso na apresentação da Nota Fiscal eletrônica/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos produtos sempre que solicitados, será realizado no prazo, horários, condições e locais previstos no item 5. do Termo de Referência, conforme o caso.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O órgão gerenciador providenciará a publicação do extrato da presente Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Município, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

9.2. Não será permitida a adesão/carona a esta Ata de Registro de Preços.

9.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. As obrigações que nortearão a relação contratual entre as partes estão previstas nas Cláusulas Quinta (obrigações da Contratada) e Sexta (obrigações da Contratante) da minuta do contrato.

9.5. Fica eleito o foro da Comarca de Juripiranga para dirimir qualquer dúvida oriunda desta Ata de Registro de Preços.

9.6. E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente **Ata de Registro de Preços** que, lida e achada conforme, é assinada, em **02 (duas) vias**, de igual teor e forma, pelas signatárias deste instrumento, tendo sido arquivada uma via na Sede Administrativa do Fundo Municipal de Saúde de Juripiranga.

Juripiranga, 07 de Junho de 2021.

JAMMES WALLYSOM FERREIRA DE ARAUJO

Secretário de Saúde
Contratante

Promedi Distribuidora LTDA

CPF: 27.672.644/0001-82

FLAVIO ALEXANDRE ANSELMO PEREIRA

CNPJ: 492.095.074-87

Contratado

Publicado por:
Arildo Nogueira Gonçalves
Código Identificador:D798769C

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Tavares Prefeitura Municipal de Tavares Pregão Eletrônico - 018/2021

Resultado da Adjudicação

Item:	0001
Descrição:	GLICOSE ENZIMÁTICA - 1/500ml
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	60,00
Valor Final:	58,99
Valor Total:	1.474,75
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)
Modelo:	BIOCLIN
Item:	0002
Descrição:	COLESTEROL ENZIMÁTICO - 2/100 ml
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	88,90
Valor Final:	75,00
Valor Total:	1.875,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	KATAL
Item:	0003
Descrição:	TRIGLICÉRIDEOS ENZIMÁTICO- 2/100 ml
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	207,50
Valor Final:	188,00
Valor Total:	4.700,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	KATAL
Item:	0004
Descrição:	URÉIA CE ENZIMÁTICA - 500 TESTES
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	117,10
Valor Final:	88,00
Valor Total:	2.200,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	KATAL
Item:	0005
Descrição:	CREATININA ENZIMÁTICA - 300 TESTES 35 -100
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	52,99
Valor Final:	45,00
Valor Total:	1.125,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	KATAL
Item:	0006
Descrição:	AST/TGO – 4/30 ML
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	123,67
Valor Final:	72,00

Valor Total: 1.800,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KATAL

Item: 0007

Descrição: ALT/TGP – 4/30 ML

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Kit

Valor Referência 123,67

Valor Final: 70,00

Valor Total: 1.750,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KATAL

Item: 0008

Descrição: URIQUEST. PLUS – 150 TIRAS

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Referência 145,75

Valor Final: 49,99

Valor Total: 1.249,75

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: WAMA

Item: 0009

Descrição: COLESTEROL HDL – 200 TESTES

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Kit

Valor Referência 40,00

Valor Final: 26,00

Valor Total: 650,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)

Modelo: BIOCLIN

Item: 0010

Descrição: ÁCIDO ÚRICO – 4/30 ML

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Lata

Valor Referência 62,30

Valor Final: 90,00

Valor Total: 2.250,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KATAL

Item: 0011

Descrição: FOSFATASE ALCALINA LIQUIF. – 4/30 ML

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Referência 106,50
Valor Final: 72,00
Valor Total: 1.800,00
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KATAL
Item: 0012
Descrição: GAMA GT – 2/30 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 84,45
Valor Final: 80,00
Valor Total: 2.000,00
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KATAL

Item:	0013
Descrição:	BETATEST. PLUS - 25 TIRAS
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência	44,30
Valor Final:	26,90
Valor Total:	672,50
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90)
Modelo:	KIT
Item:	0014
Descrição:	PT HEMOSTASIS – 5/2 ML
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	122,30
Valor Final:	79,90
Valor Total:	1.997,50
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90)
Modelo:	KIT
Item:	0015
Descrição:	TTPA HEMOST
Quantidade:	15
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	148,40
Valor Final:	42,90
Valor Total:	643,50
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90)
Modelo:	KIT
Item:	0016
Descrição:	GLISTAB 020 ML
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Frasco
Valor Referência	12,00
Valor Final:	6,30
Valor Total:	157,50
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)
Modelo:	BIOCLIN
Item:	0017
Descrição:	HEMSTAB 020 ML
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Frasco
Valor Referência	14,00
Valor Final:	6,30
Valor Total:	157,50
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)
Modelo:	BIOCLIN
Item:	0018
Descrição:	LIQUÍDO DE TURKE - 500 ML
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Frasco
Valor Referência	27,10
Valor Final:	25,00
Valor Total:	625,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	NEWPROV
Item:	0019
Descrição:	SORO ANTI-A - 10 ML
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Frasco
Valor Referência	33,00
Valor Final:	18,00

Valor Total: 450,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: EBRAM

Item: 0020

Descrição: SORO ANTI-B - 10 ML

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência 33,00

Valor Final: 19,00

Valor Total: 475,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: EBRAM

Item: 0021

Descrição: SORO ANTI-D – 10 ML

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência 70,00

Valor Final: 33,00

Valor Total: 825,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: EBRAM

Item: 0022

Descrição: TROPONINA TESTE

Quantidade: 10

Unidade de Fornecimento: Caixa

Valor Referência 110,00

Valor Final: 100,00

Valor Total: 1.000,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda (05.343.029/0001-90) Modelo: medteste troponina

Item: 0023

Descrição: VDRL CAT. 119-250

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência 40,00

Valor Final: 39,00

Valor Total: 975,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90) Modelo: KIT

Item: 0024

Descrição: SEROLATEX AEO CAT. 67K- 60 – 60 TESTES

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência 76,35

Valor Final: 31,00

Valor Total: 775,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: WAMA

Item: 0025

Descrição: REUMALATEX 114 K-60 – 60 TESTES

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência 54,20

Valor Final: 22,00

Valor Total: 550,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: WAMA

Item:	0026
Descrição:	PCR LATEX P/ 50 TESTES
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Referência	59,00
Valor Final:	24,00
Valor Total:	600,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	WAMA
Item:	0027
Descrição:	TUBO PP 12X75 MM 5 ML 1000UN
Quantidade:	20
Unidade de Fornecimento:	Pacote
Valor Referência	100,20
Valor Final:	110,00
Valor Total:	2.200,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	CRAL
Item:	0028
Descrição:	PSA TESTE RAPIDO – 20 TESTES
Quantidade:	40
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	160,00
Valor Final:	94,31
Valor Total:	3.772,40
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90)
Modelo:	KIT
Item:	0030
Descrição:	TUBO VACUETTE TAMPA ROXA 2 ML EDTA
Quantidade:	20
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Referência	63,50
Valor Final:	70,00
Valor Total:	1.400,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	VACUPLAST
Item:	0031
Descrição:	CK – MB LIQUIFORM
Quantidade:	10
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	509,10
Valor Final:	370,00
Valor Total:	3.700,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	KATAL
Item:	0032
Descrição:	CK – NAC LIQUIFORM
Quantidade:	10
Unidade de Fornecimento:	Kit
Valor Referência	199,60
Valor Final:	160,00
Valor Total:	1.600,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	KATAL
Item:	0034
Descrição:	LÁMINULA P/ MICROSC. 24 x 32 mm C/100 UNDS
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Referência	7,90
Valor Final:	7,05

Valor Total: 176,25

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)

Modelo: LABOR IMPORT

Item: 0035

Descrição: PONTEIRAS AMARELA PACOTE COM 1000 UND

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Pacote

Valor Referência 12,00

Valor Final: 14,50

Valor Total: 362,50

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KASVI

Item: 0036

Descrição: PIPETADOR VOL. FIXO 20 M

Quantidade: 10

Unidade de Fornecimento: Pacote

Valor Referência 93,20

Valor Final: 93,20

Valor Total: 932,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KACIL

Item: 0037

Descrição: PIPETADOR AUTOMAT. AJUST.100 - 1000 UL

Quantidade: 10

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Referência 167,90

Valor Final: 350,00

Valor Total: 3.500,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: OLEN

Item: 0038

Descrição: PIPETADOR PIPETA 05 - M

Quantidade: 10

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Referência 140,00

Valor Final: 39,50

Valor Total: 395,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: CRAL

Item: 0039

Descrição: PIPETADOR VOL. AJUSTAVEL 10 A 100 M

Quantidade: 10

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Referência 170,00

Valor Final: 350,00

Valor Total: 3.500,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: OLEN

Item: 0040

Descrição: PIPETADOR VOL. FIXO 10 M

Quantidade: 10

Unidade de Fornecimento: Pacote

Valor Referência 90,00

Valor Final: 155,00

Valor Total: 1.550,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: KACIL

Item:	0041
Descrição:	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA C/ ELÁSTICA CX.C/50
Quantidade:	30
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Referência	15,00
Valor Final:	18,00
Valor Total:	540,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)
Modelo:	DESCARBOX
Item:	0043
Descrição:	SERINGA 03 ML C/AG.
Quantidade:	4.000
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência	0,28
Valor Final:	0,41
Valor Total:	1.640,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)
Modelo:	SR
Item:	0044
Descrição:	SERINGA 05 ML C/ AG
Quantidade:	7.000
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência	0,31
Valor Final:	0,43
Valor Total:	3.010,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)
Modelo:	SR
Item:	0045
Descrição:	SERINGA 10 ML C/ AG.
Quantidade:	7.000
Unidade de Fornecimento:	Unidade
Valor Referência	0,44
Valor Final:	0,68
Valor Total:	4.760,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	PHARMAPLUS LTDA (03.817.043/0001-52)
Modelo:	UND
Item:	0046
Descrição:	LÂMINA FOSCA CX C/ 100UND
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Referência	7,10
Valor Final:	11,28
Valor Total:	282,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)
Modelo:	LABOR IMPORT
Item:	0047
Descrição:	LÂMINA LISA CX C/ 100 UND
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Referência	6,00
Valor Final:	10,80
Valor Total:	270,00
Adjudicado em:	09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por:	João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa:	RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)
Modelo:	LABOR IMPORT
Item:	0048
Descrição:	CURATIVO POS COLETA CX C/ 500 UN.
Quantidade:	25
Unidade de Fornecimento:	Caixa
Valor Referência	14,20
Valor Final:	18,00

Valor Total: 450,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: STOPPER

Item: 0049

Descrição: TUBO VACUPLAST GEL E ARTICULADOR DECOAGULO 4 ML

Quantidade: 25

Unidade de Fornecimento: Caixa

Valor Referência 86,50

Valor Final: 88,00

Valor Total: 2.200,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: LABINGA COMERCIO DE ARTIGOS PARA LABORATORIOS LTDA (04.886.103/0001-51)

Modelo: VACUPLAST
Item: 0050
Descrição: GAZE ROLO 91X91 9 FIOS
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Rolo
Valor Referência 78,10
Valor Final: 27,83
Valor Total: 695,75
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)

Modelo: V & E
Item: 0051
Descrição: ALCOOL 70% 1.000 ML
Quantidade: 25
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 10,80
Valor Final: 7,39
Valor Total: 184,75
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: PHARMAPLUS LTDA (03.817.043/0001-52)

Modelo: L
Item: 0052
Descrição: TUBO YACUPLAST COM CITRATO DE SÓDIO 2 ML
Quantidade: 20
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 70,00
Valor Final: 70,00
Valor Total: 1.400,00
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)

Modelo: LABOR IMPORT
Item: 0053
Descrição: ÁGUA DESTILADA C/ 5 LITROS
Quantidade: 50
Unidade de Fornecimento: Unidade
Valor Referência 17,90
Valor Final: 12,83
Valor Total: 641,50
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME (10.719.048/0001-08)

Modelo: ASFER
Item: 0054
Descrição: RUBEOLA IGG – IGM – ECO 25 TESTE
Quantidade: 15
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 356,80
Valor Final: 356,80
Valor Total: 5.352,00
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90) Modelo: KIT

Item: 0055
Descrição: TESTE RAPIDO TOXO IGG – IGM COMBO 30 TESTE
Quantidade: 50
Unidade de Fornecimento: Caixa
Valor Referência 300,00
Valor Final: 450,00
Valor Total: 22.500,00
Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11
Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto
Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90) Modelo: KIT

Item: 0056

Descrição: CITO IGG E IGM CX 25 TESTE

Quantidade: 30

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Referência 450,00

Valor Final: 450,00

Valor Total: 13.500,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: Diagfarma comercio e servicos de produtos hospitalares e laboratoriais (11.426.166/0001-90) Modelo: KIT

Item: 0057

Descrição: DENGUE CX 25 TESTE

Quantidade: 30

Unidade de Fornecimento: Unidade

Valor Referência 250,00

Valor Final: 125,00

Valor Total: 3.750,00

Adjudicado em: 09/06/2021 - 15:29:11

Adjudicado por: João Lopes de Sousa Neto

Nome da Empresa: Medlevensohn Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda (05.343.029/0001-90) Modelo: medteste dengue igg/igm

JOÃO LOPES DE SOUSA NETO

Pregoeiro

Publicado por:

João Lopes de Sousa Neto

Código Identificador:C8104A86

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:

www.diariomunicipal.com.br/famup

(61) 4063-6162

